

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 111, DE 2012
(Do Poder Executivo)
MSC 262/2012
AV 492/2012

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 896, de 05 de outubro de 2010, que outorga permissão à Fundação Bom Jesus para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR) REGIME
DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 - CF)

Mensagem nº 262

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 721, de 3 de agosto de 2010 – Rádio Lavras FM Ltda., no município de Lavras – MG;
- 2 - Portaria nº 791, de 26 de agosto de 2010 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Campanha – MG;
- 3 - Portaria nº 870, de 23 de setembro de 2010 – Rádio e Televisão Di Roma Ltda., no município de Caldas Novas – GO;
- 4 - Portaria nº 896, de 5 de outubro de 2010 – Fundação Bom Jesus, no município de Espera Feliz – MG;
- 5 - Portaria nº 1.029, de 5 de novembro de 2010 – Alô FM – Sociedade Ltda., no município de Serro – MG;
- 6 - Portaria nº 214, de 6 de junho de 2011 – Alô FM – Sociedade Ltda., no município de Diamantina – MG;
- 7 - Portaria nº 215, de 6 de junho de 2011 – Ocan Comunicação Digital SE Ltda., no município de Canaã dos Carajás – PA;
- 8 - Portaria nº 349, de 17 de agosto de 2011 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Mauaná – PA;
- 9 - Portaria nº 351, de 17 de agosto de 2011 – Sistema Haragon de Comunicação Ltda., no município de Registro – SP;

10 - Portaria nº 359, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Santa Cruz AM Ltda., no município de Santa Cruz – RN; e

11 - Portaria nº 545, de 6 de dezembro de 2011 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Paraisópolis – MG.

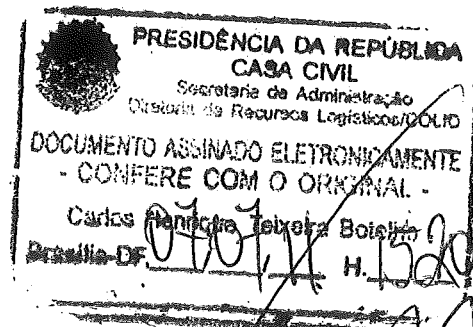
Brasília, 15 de junho de 2012.

Drussel

Port. 896/10

FMC

13/07/2011



EM nº. 222/2011 - MC

Brasília, 18 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Fundação Bom Jesus (Processo nº 53710.000239/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 27 de novembro de 2009, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 08 / 10 / 10	
Página: 100	Seção: 2
ANOTADO POR: <i>Rox</i>	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 896 , DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000239/2002, Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO BOM JESUS para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

EM 22/10/10 MC - 2011

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em 18/06/12 às 14:10 horas
O tempo 4.398
Ponto

Aviso nº 492 - C. Civil.

Em 15 de junho de 2012.

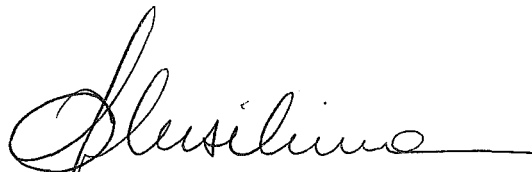
A Sua Excelência o Senhor
Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

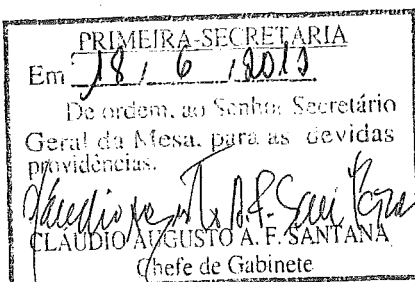
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada constantes das Portarias nºs 721, 791, 870, 896 e 1.029, de 2010; 214, 215, 349, 351, 359 e 545, de 2011.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Sec. - Geral da Mesa SETO 18/Jun/2012 - 17:30
Ponto 410000 Ass. J. Cavalcanti
C. 100000 F. Sec.

Cópia 1



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

53710

4 ABR 17 00 00 000239

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

EDITAL Nº 102/2001-SSR/MC

INTERESSADO:

FUNDAÇÃO BOM JESUS.

TIPO:

CÓDIGO:

TVR 111/2032

OUTROS DADOS:

Serviço: FM

Cidades: Espera Feliz/MG e Fervedouro/MG

(Vencedora)

MOVIMENTAÇÕES

Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	DMC/MG		04 04 02	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXO:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

16 08 10

000001

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

53710

4 ABR 00 23 28 000000

DELEGACIA DE MINAS GERAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO
DO PARTICIPANTE**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Comissão de Assessoramento Técnico

Concorrência - 102/01 - SSR / MC

Nome: *Fundação Bom Jesus*

CGC: *22.697.254/0001-43*

DELEGACIA DE MINAS GERAIS

4 ABR 17 00 28 000239

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
53710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

16

08

10

4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Delegacia do MC do Estado de Minas Gerais

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
53710
17 00 00 000239

DELEGACIA DE MINAS GERAIS

Concorrência 102/01 - SSR / MC
Dados das Proponentes

Nome Completo da Proponente:

Fundação Bone Jesus

Nome Completo do Representante Legal ou
Procurador da Proponente e de seus eventuais
substitutos, pela ordem:

Doc. de Identidade

1:	Romaldo Lopes Correia	M-2 492.936
2:		
3:		

Assinalar com X, na lista abaixo, as áreas pretendidas.

- ☐ CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
- ☒ ESPERA FELIZ
- ☒ FERVEDOURO
- ☐ GRÃO MOGOL
- ☐ GUAPÉ
- ☐ GUARACIABA
- ☐ URUCÂNIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

16.08.10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

53710

4 ABR 17 00 000239

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS**Termo de Autuação de Processo**
Dados Cadastrais da Empresa01. CONCORRÊNCIA: Nº 102 /2001-SSR/MC02. LOCALIDADE (S): Espera Feliz - Ferrelburgo03. SERVIÇO: FM (☒) OM (☐) TV (☐)04. RAZÃO SOCIAL: Fundação Bom Jesus05. CNPJ: 22.697.254/0001-4306. ENDEREÇO COMPLETO: Rua Nunes da Rosa, 70

07. NOME/CPF/CARGO:

NOME	CPF	CARGO
Romildo Lofes Correa	423471656 - 15	diretor - presidente.

08. PROCURADOR (A) CPF: _____

09. ENDEREÇO COMPLETO DO PROCURADOR: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

16, 08/04/01



ABR 17 00

000238

R. Nunes da Rosa, 70 - Cx. Postal 61 - Tel: (33) 3341-1491 - Fax (33) 341-2175
CNPJ 22.697.254/0001-43 - CEP: 36970-000 - Manhumirim - Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, dirigentes da Fundação Bom Jesus, declaram que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Manhumirim (MG), 28 de março de 2002

Padre Ronaldo Lopes Corrêa – CPF 423 471 656 - 15

Padre Heleno Raimundo da Silva, SDN

Padre Heleno Raimundo da Silva-CPF 454760094-53

José Geraldo Barbosa – CPF 068 857 136 - 00

Luciano Portilho Borchio – CPF 125896326-49

Neide Aparecida Ananias Nunes-CPF 658006136-72

RECEBIDO a firma de Padre Ronaldo Lopes Corrêa
em Manhumirim de 28 de março de 2002
Em testemunho, Sandra Elisabete Fraga de Miranda
Tabela 2.º Ofício

RECEBIDO a firma de Neide Aparecida Ananias Nunes
em Manhumirim de 28 de março de 2002
Em testemunho, Sandra Elisabete Fraga de Miranda
Tabela 2.º Ofício

Serviço Público
Ministério das Comunicações
Recebeu com o nº

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

53710



AM 780Khz 10.000 Watts

R. Nunes da Rosa, 70 - Cx. Postal 61 - Tel: (33) 3341-1491 - Fax (33) 341-2175
 CNPJ 22.697.254/0001-43 - CEP: 36970-000 - Manhumirim - Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, dirigentes da Fundação Bom Jesus, declaram que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Manhumirim (MG), 28 de março de 2002

Romulo Lopes Correa
 Padre Ronaldo Lopes Corrêa – CPF 423.471.656 - 15

Helena Raimundo da Silva SDN
 Padre Heleno Raimundo da Silva – CPF 454760094-53

José Geraldo Barbosa
 José Geraldo Barbosa – CPF 068 857 136 – 00

Luciano Portilho Borchio
 Luciano Portilho Borchio – CPF 125896326-49

Neide Aparecida Ananias Nunes
 Neide Aparecida Ananias Nunes – CPF 658006136-72

Sandra Elisabete Braga de Miranda
 Sandra Elisabete Braga de Miranda – CPF 000000000-00
 Em testemunho
 2.º Ofício
 SANDRA ELISABETE BRAGA DE MIRANDA

Neide Aparecida Ananias Nunes
 Neide Aparecida Ananias Nunes – CPF 658006136-72
 Em testemunho
 2.º Ofício
 SANDRA ELISABETE BRAGA DE MIRANDA

SANCHIA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA

000006

Oficial do Registro

MANHUMIRIM - M.O.

Jou

Ata da reunião de constituição da "Fundação Ben Jesus" nos
 dias 24 e 25 de abril de mil novecentos e oitenta e seis, às
 sete e seis, às sete e seis, no Salão Paroquial da Igreja de
 São Ben Jesus de Manhumirim, a Praça do Júlio
 Pessoa s/n, por convocação do Superior Local e Presidente do
 Instituto dos Missionários Sociedades de Nossa Senhora;
 na, Pe. Sebastião Sant'Ana Silva, reuniram-se as seguintes
 pessoas: Pe. Sebastião Sant'Ana Silva, Superior Local, Pe. Eu-
 genio Olaviano da Costa Franco, Vice Superior, Pe. Júlio
 Pessoa Franco, Diretor-Presidente da Fundação Expansão Cultu-
 ral de Manhumirim-CE, Pe. José Raimundo da Costa, Diretor
 do Seminário Apostólico, Pe. Paulo Dias Barbosa, Pároco, ara
 Mauro Humberto de Lima Brandão, Gerente do Banco de de
 Crédito Real de Minas Gerais S/A, Salma, Oficial, e a
 claria. Antonio Rio Lopes, Gerente da Rádio soc. a "Voz sus.
 de Manhumirim Ltd". Estavam presentes também os sócios mi-
 nistrantes da Rádio soc. a "Voz de Manhumirim Ltd", Pe.
 José Múcio Gonçalves de Souza e Desiderio Alves Botelho, Lopes
 o terceiro sócio-proprietário, Odilon de Oliveira Barreto, im-
 substituto de comparecer a reunião, deixou procuração
 ao Pe. José Raimundo da Costa para que o representasse.
 Durante os trabalhos o Pe. Sebastião Sant'Ana esclare-
 ceu que a reunião é consequência e continuação da
 reunião anterior, realizada no dia quatro de maio
 de mil novecentos e oitenta e seis, no mesmo local, com
 a participação de quase todos os que ora se achavam
 presentes. Recordou que na reunião do dia quatro de
 maio, entre outros assuntos, houve a proposta do Pe.
 Júlio Pessoa Franco para que se criasse em Manhumirim
 uma Fundação nos moldes da existente em São Paulo,
 a qual ele era o Diretor-Presidente; recordou, mas,
 ainda o Pe. Sebastião Sant'Ana que o Pe. Júlio Pessoa
 prestou diversos esclarecimentos sobre a fundação, e
 sugeriu que o seu patrocínio inicial dos

RD

IN

RD

RD

podem ser constituídos pelos bens do Rádio Sociedade a "Voz de Manhumirim Ltda" que serão dados à Fundação a exemplo do que ocorreu em Obidos; diante de tal proposta concordando com a "dotação" os sócios-proprietários da Rádio Sociedade a "Voz de Manhumirim Ltda" presentes a quella reunião, Desembal Aluis Botelho e José Alcides Tomalves de Souza desde que houvesse também o consentimento do terceiro sócio, Odilon de Oliveira Baneto, residente em Varginha, no sul de Minas. Informamos ainda o Pe. Sebastião Sant'Ana que o Sr. Odilon de Oliveira Baneto foi imediatamente contactado e que diante da proposta de se criar a Fundação, se mostrou inteiramente favorável, concordando com a dotação dos bens do Rádio para a mesma, prometendo estar em Obidos por ocasião dos festejos da Sagrada Episcopia de Dom Antônio Felipe de Cunha no dia seis de Abril de mil novecentos e oitenta e seis. Foi por este motivo - continuou o Pe. Sebastião Sant'Ana - que a presente reunião foi convocada para o dia de hoje, quando esperávamos contar com a presença do Sr. Odilon de Oliveira Baneto; infelizmente, tendo de viajar mais cedo, e podendo esperar pela reunião deixar procuração ao Pe. José Raimundo da Costa para que o representasse com plenos poderes no caso da "dotação" dos bens do Rádio à Fundação. Após esses esclarecimentos necessários, o Pe. Sebastião Sant'Ana Silva, Superior Geral dos Missionários Sacerdotes de Nossa Senhora, deu prosseguimento a reunião, declarando que em a parte do Conselho Diretor, fica constituída a Fundação Bom Jesus. Em seguida nomeou o Pe. Paulo Dias Barbosa para o cargo de Diretor Presidente da Fundação Bom Jesus e o Pe. José Raimundo da Costa para Diretor Vice-Presidente, entregando-os imediatamente nos respectivos cargos. O Pe. Paulo Dias Barbosa, Diretor

vidente usando de suas atribuições, embasou nos cargos
Doutores Assistentes os outros três membros do Conselho Di-
retor: Antonio Pio Lopes, Manoel Humberto de Lima Brandão e
Luiz Akaluf e fez também as seguintes nomeações: Pe. Jo-
sé Raimundo da Costa para o cargo de Diretor Geral do Departa-
mento de Rádio Difusão, o Antonio Pio para secretário;
Manoel Humberto de Lima Brandão para tesoureiro da Fun-
ção. Em seguida foram lembradas as providências im-
ediatas a serem tomadas pelo Conselho Diretor: a) con-
tinuar a elaboração dos Estatutos que devem seguir
normas próprias dos estatutos de Fundações; b) con-
vencimento de uma reunião do Conselho Diretor para
discussão dos mesmos; c) solicitação ao Dente de
imização para que a Rádio Sociedade a "Voz de Mo-
ninhos Ltda. seja incorporada à Fundação Bom Jesus.
Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião.
Antonio Pio Lopes, secretário, lavrou a presente ata
em Manhumirim, 08 de Abril de 1986. a) Antonio Pio Lopes
secretário - b) Sebastião Auffmann Silva

Pe. José Raimundo da Costa
Pe. Paulo Dias Barbosa
Pe. José Múcio Gonçalves de Sousa

Sebastião Auffmann Silva

Pe. José Raimundo da Costa

Pe. Paulo Dias Barbosa

Pe. José Múcio Gonçalves de Sousa

Pe. José Múcio Gonçalves de Sousa

Manoel Humberto de Lima Brandão
Luiz Akaluf

Certifico que a presente cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibida
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 10 de Abril de 1986.
Em test.º
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelão 2.º Ofício

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR
FUNDAÇÃO BOM JESUS - Nos dezesseis dias do mês de
Abril de mil novecentos e oitenta e seis, às vinte horas,
salão Paroquial da Matriz do Bom Jesus reuniram-se
membros do Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus. Os
diretores em pauta foram a apresentação e a aprovação dos

dos Estatutos e algumas providências a serem tomadas pela Diretoria. O Diretor Presidente, Pe. Paulo Dias Barbosa, fez a leitura dos Estatutos da FUNDAÇÃO BOM JESUS que, após algumas explicações solicitadas, foram aprovados pelos demais membros do Conselho Diretor que pediram sua publicação no livro de Atas. Foram lembradas algumas providências a serem tomadas pela Diretoria: a) requerimento assinado pelos sócios proprietários da RÁDIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM LTDA. ao Exmo. Promotor de Justiça da Comarca de Manhumirim, natural curador da fundação, não só para que autorize a "dotação" dos bens da Rádio para a FUNDAÇÃO BOM JESUS mas também para que examine e aprove os Estatutos; b) publicação dos Estatutos no "Minas Gerais"; c) Registro dos Estatutos e Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Manhumirim; d) registro da Escritura de constituição da fundação da "dotação" dos bens da RÁDIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM-LTDA. para a Fundação. Nada havendo a tratar, o Juiz Paulo Lopes, secretário, lavrou a presente ata. Manhumirim, 19 de Abril de 1986 - Juiz Paulo Lopes.

P. Paulo Dias Barbosa
Sandra Moaluf

Pe. José Raimundo da
Miranda

Conferido que a presente cópia corresponde ao original que me foi entregue para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 19 de Abril de 1986
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tábua 2ª Oficial do Registro

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO BOM JESUS; CAPÍTULO I - SEDE - FINALIDADE - Artigo 1º: A Fundação Bom Jesus Com de na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, constituída para as finalidades abaixo, obedecendo aos presentes estatutos e às disposições legais cabíveis. Artigo 2º: A Fundação tem por finalidade a formação cívica, moral, cultural e espiritual do povo brasileiro através da divulgação escrita, falada e televisada dos princípios patrióticos e cristãos da nacionalidade brasileira.

SAO PAULO - SUSANETH FRAGA
37 ANOS
Oficial do Registro
MANHUTIM - ME

SAO PAULO - SUSANETH FRAGA
37 ANOS
Oficial do Registro
MANHUTIM - ME

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por
 mim conferida com a original que me foi exibido
 para este fim e está fiel ao mesmo.
 Brachumirim, 18 de maio de 2002
 Em test.º Norma da verdade.

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
 Tabelão 2.º Oficial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
 DEPARTAMENTO DAS COMUNICAÇÕES
 DEPARTAMENTO DE COMANDO

os demais membros do Conselho Diretor, atribuições estas do Diretor-Presidente que poderão ser exercidas pessoalmente ou mediante outorga de mandato por procuração a um dos membros do Conselho Diretor. -

CAPÍTULO IV - DEPARTAMENTOS - Artigo 7º - Para a consecução de suas finalidades, a fundação criará tantos departamentos quantos se fizerem necessários, dando a cada um, uma denominação típica e ficando a sua geral e plena administração a cargo de um Diretor de Departamento, nomeado pelo Diretor-Presidente. - Parágrafo I - Sempre que a lei o exigir, os Diretores de Departamentos deverão ser brasileiros natos e ter os seus nomes aprovados pelo órgão competente do Governo Federal, previamente à sua posse no respectivo cargo. - Parágrafo II - No caso da vaga no cargo de Diretor de Departamento, o Diretor-Presidente escolherá entre os dois Diretores Assistentes um para exercer, cumulativamente, o cargo vago até a nomeação de um novo Diretor de Departamento, nos termos do artigo 7º deste estatuto. - Parágrafo 3º - Para efeito deste artigo, a posse efetiva de Diretor de Departamento far-se-á em reunião extraordinária do Conselho Diretor da Fundação, nos termos do artigo 5º deste estatuto. - Parágrafo IV - A organização dos Departamentos será disciplinada por disposições que se conterão no regimento interno da Fundação.

- **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 8º** - Os Diretores não respondem pessoal e subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade, salvo quando praticarem atos estranhos ao fim da Fundação, ou contrários à lei e seus estatutos. - Artigo 9º - A duração da Fundação Bom Jesus é por tempo indeterminado. - Artigo 10º - A extinção da Fundação ocorrerá se verificarem quaisquer das hipóteses previstas no artigo 30 do Código Civil Brasileiro e, nesse caso, seu patrimônio será incorporado à instituição congêneres ou alienado e o valor revertido a entidades de caráter, educacional, cultural, social ou assistencial, escolhidas pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim, cuja liquidação será assistida pelo representante do Ministério Público da Comarca de Manhumirim. - Artigo 11º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Fundação. Em caso de impossibilidade de solução pelo Conselho Diretor, este se socorrerá ao Poder Público, através do órgão competente, para fiscalizar Fundações. - Artigo 12º - Fica fazendo parte integrante da Fundação Bom Jesus, a pessoa jurídica, hoje denominada "RÁDIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM LTDA" -

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Artigo 13º - O primeiro Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus fica assim constituído: Pe. Paulo Dias Barboza, brasileiro, solteiro, sacerdote católico - CPF: 329.711.686/20, residente à praça Pe. Júlio Maria, s/n, Manhumirim/MG, para o cargo de Diretor-Presidente; José Raimundo da Costa, brasileiro, solteiro, sacerdote católico - CPF: 212.845.986/91, residente à rua Nunes da Rosa, 38, Manhumirim/MG, para o cargo de Diretor-Vice-Presidente. Os três Diretores Assistentes são: Antônio Pio Lopes, brasileiro, casado, aposentado - CPF: 032.920.616-87, residente à Travessa Capitão José Gomes, 37, Presidente Soares-MG, Mauro Humberto de Lima Brandão, brasileiro, casado, bancário - CPF: 032.919.876-91, domiciliado à Vila Quinca Barbeiro, 30, em Manhumirim/MG - Salma Maluf, brasileira, solteira, balconista, CPF: 094.020.716-87, residente à avenida Raul Soares, 400, em Manhumirim/MG. Parágrafo Único - O Diretor-Presidente e o Diretor-Vice-Presidente foram nomeados pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, conforme artigo 4º, parágrafo II, destes estatutos. - Artigo 14º - O mandato do primeiro Conselho Diretor será até o dia 31 de Dezembro de 1991. Manhumirim, 22 de abril de 1986. Pe. Paulo Dias Barbosa - Diretor-Presidente.

Eu, _____, secretário, copieei do Livro de Atas da FUNDAÇÃO BOM JESUS.

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - MG

Registrado no L.º AN-4 sob o n.º 6616 de ordem,
Registrado no L.º AN-2 de Registro Civil das Pessoas
Físicas sob o n.º 393 de ordem,
Manhumirim, 07 de junho de 98

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - MG

Certifico que a presente cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 10 de junho de 2000
Em test.º [assinatura] da Verdade,
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2º Ofício

REGISTRO

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Nº 166 - AN 1 - Fls. 92 V.

P. 2.597 - AN 4 - Fls. 78.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MANHUMIRIM.

ESTADO DE MINAS GERAIS.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO.

SUB-OFICIAL DO REGISTRO - SANDRA ELISABETH FRAGA DE MIRANDA.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

REG. ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO BOM JESUS.

PAULO DIAS BARBOSA

Carilhoes que a presente Cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 15 de maio de 2002
Sua test. o *[assinatura]* da verdade

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabellã 2º Ofício

PRESIDENTE.

AUTUAÇÃO.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecen-
tes e oitenta e oito, da Era Cristã, nesta Cidade e Comarca
de Manhumirim - MG., autuei a petição e documentos que se se-
guem. Do que para constar faço esta autuação. Eu, *Sandra*
Elisabeth Fraga de Miranda, Sub-Oficial, fiz a presente, deu
fé, subscrevo.

CARTÓRIO
RUA ESPÍRITO SANTO, 171

000013
9 2
Man
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Manhumirim - MG.

Ao Cartório do R. P. J. para proceder
o Registro observadas as formalidades
legais.

Manh. 26.8.88.

Bel. Rubens de Queiroz Torres.

Sebastião Sant'Ana Silva, brasileiro, solteiro,
religioso, Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacra-
mentinos de Nossa Senhora, vem, respeitosamente, a presença
de V. Exa., expor para depois requerer o que se segue:

I) Que é Superior Geral do Instituto dos Missio-
nários Sacramentinos de Nossa Senhora e um dos fundadores da
Fundação Bom Jesus.

Nessa qualidade, vem requerer seja a referida /
Fundação registrada no Cartório competente, na pasta de regis-
tro das Fundações e para tanto junta:

- A) Escritura de Fundação contendo os Estatutos da
Fundação Bom Jesus.
- B) O parecer favorável do respeitável represen-
tante do Ministério Público.
- C) A publicação por extrato dos Estatutos da /
Fundação Bom Jesus, acrescenta que o endereço
de funcionamento é: Rua Nunes da Rosa, 21, Ma-
nhumirim - MG.

Nestes termos pede e espera

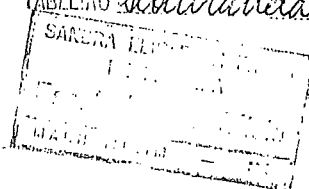
Cartifico que a presente cópia fotostática foi por-
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 26 de agosto de 1988.
Em test.º da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

Deferimento.

Manhumirim, 26 de agosto de 1988.

J. Sebastião Sant'Ana Silva
Pe. Sebastião Sant'Ana Silva - Superior Geral

RECONHEÇO
a assinatura de Sebastião Sant'Ana Silva
assistentemente por *pleno auto.*
Manhumirim, 26 de agosto de 1988
Em Testemunha da Verdade.
TABELÃO *securandae*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
TABELÃO
RUA ESPÍRITO SANTO, 21

Livro 1 Especial.
Fls. 95 V. a 101 V.

Escritura pública de
Constituição da Fundação Bom Je-
sus que fazem entre si Odilon //
de Oliveira Barreto, Dermeval //
Alves Botelho, José Múcio Gon- //
çalves de Souza, na forma abaixo:

SAIBAM quantos esta pública es-
critura de constituição da Fundação virem, que no ano do nas-
cimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e oiten-
ta e oito, aos trinta dias do mês de junho nesta Cidade e Co-
marca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, República Federa-
tiva do Brasil, em Cartório, perante mim, escrevente juramen-
tada, compareceram como outorgantes Odilon de Oliveira Barreto
e sua esposa Maria Bicalho Barreto, brasileiros, casados, in-
dustrial e do lar, residentes e domiciliados à Rua Mário Esdras
462, na Cidade de Varginha Estado de Minas Gerais, portador da
carteira de identidade Nº ML- 1.064.132, expedida de SSP. MG.,
CPF. Nº 003.024.306-87, neste ato representados pelo seu bas-
tante procurador José Raimundo da Costa, brasileiro, solteiro,
padre da Congregação dos Missionários Sacramentino de Nossa //
Senhora, residente e domiciliado à Rua Nunes da Rosa, 38, na //
Cidade de Manhumirim - MG., com procuração já arquivada neste
Cartório; Demerval Alves Botelho, brasileiro, solteiro, reli-
gioso, residente à Rua Nunes da Rosa, 38, na Cidade de Manhu-
mirim - MG., portador da carteira de identidade Nº M-87.891, ex-
pedida pela SSP.MG., CPF. 042.061.186-04; José Múcio Gonçalves
de Souza, brasileiro, solteiro, religioso, residente à Rua Dom
Carloto, 49, na Cidade de Espera Feliz, MG., portador da Car-
teira de Identidade Nº M-634.971, expedida pela SSP.MG., CPF.
126.118.596-04; todos os presentes são meus conhecidos e das //
testemunhas no final nomeadas e assinadas que conheço do que //
dou fé, e perante as testemunhas me foi dito pelos outorgantes
quo: a) que por ato legal e jurídico são os únicos sócios da //
Sociedade Limitada, denominada "Rádio Sociedade a Voz de Manhu-
mirim LTDA", com sede na Cidade de Manhumirim, Estado de Minas
Gerais, cujo contrato foi devidamente arquivado na Junta Comer-
cial do Estado de Minas Gerais sob o Nº 52.905, em 07.05.1.951
e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comer-
cial do Estado de Minas Gerais sob o Nº 228.015, em 03.11.1.9
69 e 315.666 em 27.12.73; inscrita no Cadastro Geral de Contri-
buintes do Ministério da Fazenda sob o Nº 22.296.032/0001-19;
b) que o capital social da "Rádio Sociedade a Voz de Manhu-
mirim LTDA" é de Cz\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzados) representa-
dos por 30.000 (Trinta mil) cotas, no valor de Cz\$ 1,00 (Um //
cruzado) cada uma; desse total, Odilon de Oliveira Barreto é //
possuidor de 10.000 (Dez mil) cotas, no valor de Cz\$ 10.000,00
(Dez mil Cruzados), Demerval Alves Botelho é possuidor de 10.
000 (Dez mil) cotas, no valor de Cz\$ 10.000,00 (Dez mil cruza-
dos), José Múcio Gonçalves é possuidor de 10.000 (Dez mil) co-
tas, no valor de Cz\$ 10.000,00 (Dez mil cruzados); d) a referi-
da sociedade tem por finalidade a execução de serviços de rádio
difusão, de acordo com a permissão que lhe foi outorgada pela
portaria 325/56, publicada no D.O.U. de 15.12.56, pela portaria
1.637/70, publicada no D.O.U. de 29.10.1.970, portaria 0851 de
09.10.1.975, publicada em 16.10.1.975, no D.O.U.; e) possuindo
os outorgantes essa organização devidamente equipada, em fun-
cionamento, livre e desembaraçada de ônus e responsabilidade,
que lhes dificultem ulterior funcionamento e desenvolvimento,
resolveram êlos outorgantes, na forma do artigo 24 do Código
Civil Brasileiro, dotar todos os bens que constituem o patri-
mônio da referida "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA"
na forma adiante indicada, para a criação de uma Fundação,

Certifico que a presente cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, de 14 de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

Fundação, com a finalidade expressa nos termos da letra "i", desta escritura a seguir descritos, que se denominará "Fundação Bom Jesus", com sede na Cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais; f) para isso, fica constituída por esta escritura, a dotação especial para a referida Fundação, a qual será administrada na forma estabelecida pelos mencionados Estatutos, e que são outorgados por este instrumento; g) a dotação referida é constituída pelos bens e haveres da mencionada sociedade "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA.", cuja relação é transcrita abaixo que, assinada por quem de obrigação, será enviada ao Órgão do Ministério Público, encarregado de velar pelas Fundações, ficando entendido que a Fundação ora constituída terá sua manutenção garantida pela renda oriunda da operação comercial da emissora e outras atividades por ela instituídas, bem como outros produtos obtidos a qualquer justo título; h) a entrega dos bens ora doados será efetivado após a autorização do Governo Federal, para que a Fundação Bom Jesus passe a executar os serviços de radiodifusão sonora outorgados a "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA.", através das portarias supramencionadas. Enquanto não for decidida a transferência da referida outorga, para a Fundação Bom Jesus, a "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA." continuará a executar os serviços dos quais é permissionária. Em caso de lhe ser negado a transferência da outorga acima mencionada, os bens ora doados reverterão aos doadores; i) de acordo com os termos das letras "c" e "f" acima expostos, são os seguintes os teores dos Estatutos pelos quais será regida e administrada a Fundação Bom Jesus: Estatutos da Fundação Bom Jesus: Capítulo I - Denominação - Sede - Finalidades. Artigo 1º: A Fundação Bom Jesus, com sede na Cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais é instituída para as finalidades abaixo: obedecendo aos presentes estatutos e às disposições legais cabíveis. Artigo 2º: A Fundação tem por finalidade a formação cívica, moral, cultural e esportiva do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisada, dentro dos princípios patrióticos e cristão da nacionalidade brasileira, podendo, para tanto, manter e operar emissores de rádio-difusão, sonora e de sons e imagens, jornais, revistas, livrarias, cinemas e outras atividades afins, de acordo com as concessões ou permissões que lhe venham a ser outorgadas pelo governo federal. Parágrafo I - A Fundação poderá: a) manter serviços subsidiários de natureza educacional, cultural, social e de promoção humana, desde que esteja habilitada financeiramente e sem prejuízo das suas atividades e finalidades primárias; b) fundar e manter, em qualquer parte do território nacional, departamentos, estabelecimentos e unidades patrimoniais, para o exercício de suas finalidades ou para obter meios para manutenção das mesmas. Parágrafo II - O ano social da Fundação coincide com o ano civil - Capítulo II - Patrimônio Artigo 3º - O patrimônio da Fundação é constituído de todos os bens que formam o ativo da "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA" e de todos aqueles que a Fundação vier a possuir a qualquer título - Parágrafo I - Os recursos financeiros da Fundação se constituem da receita oriunda de seus bens patrimoniais, de donativos e legados, subvenções e auxílios dos poderes públicos ou entidades. Parágrafo II - A Fundação não remunerará os membros de seu conselho diretor, pelo seu exercício de funções, não distribui lucros ou vantagens, bonificações e dividendos de qualquer espécie: aplica integralmente no Brasil o "superavit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais e nada envia para fora do país. - Capítulo III - Administração - Artigo 4º - A administração da Fundação será exercida por um Conselho Diretor, composto de 05 (cinco) membros, sempre brasileiros natos, dependendo a efetivação de qualquer um deles no respectivo cargo, de prévia autorização do órgão competente do governo.

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibida para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 10 de maio de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelão 2.º Ofício

Governo Federal nos termos da Lei. - Parágrafo I - Os cargos do Conselho Diretor serão: um Diretor Presidente, um Diretor vice - Presidente e 03 (Três) Diretores Assistentes - Parágrafo II - O Diretor - Presidente e Diretor - Vice - Presidente da Fundação serão sempre nomeados pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentino de Nossa Senhora, cuja sede se acha localizada na Cidade de Manhumirim, Minas Gerais, à Praça Padre Júlio Maria, 38, - Parágrafo III - Os três Diretores assistentes serão nomeados pelo Diretor-Presidente da Fundação, que destinará a um deles a função de secretário e a outro, a de tesoureiro da Fundação. Parágrafo IV - O mandato dos membros do Conselho Diretor será exercido pelo prazo de 05 (cinco) anos, renovável - Parágrafo V - As vagas que se verificarem no Conselho Diretor, serão preenchidas na forma estabelecida neste artigo, por quem de direito, no mais tardar até 15 (Quinze) dias consecutivos, após a efetivação da vacância. - Artigo 5º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez / cada três meses, e, extraordinariamente, por determinação do Diretor - Presidente, ou a pedido dos três Diretores Assistentes, mediante convocação por carta protocolada. - Parágrafo I - Todas as reuniões do Conselho Diretor serão dirigidas pelo 1º Diretor - Presidente, a quem cabe o voto de qualidade e as decisões devem ser tomadas por maioria absoluta. - Parágrafo II - Das reuniões deverão ser lavradas atas em livro próprio. - Parágrafo III - Para reuniões extraordinárias, far-se-á, na convocação, indicação do dia, hora, local e assunto, por carta protocolada. - Parágrafo IV - A posse de qualquer membro do Conselho Diretor, far-se-á sempre em reunião extraordinária. - Artigo 6º - Competem ao Conselho Diretor todas as atribuições necessárias à administração das Fundações especialmente - a) - garantir a realização das finalidades primárias da Fundação. - b) expedir regulamentos internos para cada departamento. - c) resolver sobre alienação dos bens patrimoniais. - d) votar as contas, balanços e relatórios anuais de cada departamento e o balanço geral, levantado no dia 31 de dezembro de cada ano a ser apresentado pelo Diretor - Presidente ao Conselho Diretor, durante o primeiro trimestre do ano seguinte. - e) reformar os estatutos, garantidas, sempre a natureza e a finalidade da Instituição. - Parágrafo I - Qualquer reforma dos estatutos deverá ser aprovada em reunião extraordinária do Conselho Diretor, e, antes de entrar em vigor, deverá ser aprovada pelo órgão competente do Governo Federal. - Parágrafo II - Ao Diretor - Presidente caberá a representação ativa e passiva, judicial ou não da Fundação, o exercício de todos atos normais de administração ordinária da Fundação, - ilimitada e plena, e a distribuição dos serviços e encargos entre os demais membros do Conselho Diretor, atribuições estas do Diretor-Presidente que poderão ser exercidas pessoalmente ou mediante outorga de mandato por procuração a um dos membros do Conselho - Diretor. - Capítulo IV - Departamentos - Artigo 7º - Para a consecução de suas finalidades, a Fundação criará tantos departamentos quantos se fizerem necessários, dando a cada um, uma denominação típica e ficando a sua geral e plena administração a cargo de um Diretor de Departamento, nomeado pelo Diretor-Presidente. - Parágrafo I - sempre que a Lei o exigir, os Diretores de Departamentos deverão ser brasileiros natos e ter os seus nomes aprovados pelo órgão competente do Governo Federal, previamente à sua posse no respectivo cargo. - Parágrafo II - No caso de vacância no cargo Diretor de Departamento o Diretor-Presidente escolherá entre os Diretores - Assistentes um para exercer, cumulativamente, o cargo vago até a nomeação de um novo Diretor de Departamento, nos termos do artigo 7º destes estatutos. - Parágrafo III - Para efeitos de posse efetiva do Diretor de Departamento

departamento far-se-á em reunião extraordinária do Conselho Diretor da Fundação, nos termos do artigo 52, destes estatutos - Parágrafo IV - A organização dos Departamentos será disciplinada por disposição que se conterão no regimento interno da Fundação. - Capítulo V - Disposições Gerais. - Artigo 82 - Os Diretores não respondem pessoal e subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade, salvo quando praticarem atos estranhos ao fim da Fundação, ou contrários à Lei e seus estatutos. Artigo 92 - A duração da Fundação Bom Jesus é por tempo indeterminado - Artigo 102 - A extinção da Fundação ocorrerá se verificarem quaisquer das hipóteses previstas no artigo 30 do Código Civil Brasileiro e, nesse caso, seu patrimônio será incorporado a instituições congêneres ou alienado e o valor revertido a entidades de caráter educacional, cultural, social ou assistencial, escolhidas pelo superior geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim, cuja liquidação será assistida pelo representante do Ministério Público da Comarca de Manhumirim - Artigo 112 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Fundação. Em caso de impossibilidade de solução pelo Conselho Diretor, este se socorrerá ao poder público, através do órgão competente para fiscalizar Fundações. - Artigo 122 - Fica fazendo parte integrante da Fundação Bom Jesus, a pessoa jurídica, hoje denominada "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA." - Capítulo VI - Disposições Transitórias - Artigo 132 - O primeiro Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus fica assim constituído: Pe. Paulo Dias Barboza, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, CPF. 329.711.686/20, residente à Praça Pe. Júlio Maria - S/Nº, em Manhumirim - MG., para o cargo de Diretor-Presidente, José Raimundo da Costa, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, CPF. 212.845.986-91, residente à Rua: Nunes da Rosa, 38, Manhumirim - MG., para o cargo de Diretor Vice-Presidente. Os três Diretores Assistentes são: Antonio Fio Lopes, brasileiro, casado, aposentado - CPF. 032.920.616-87, residente à Travessa Capitão José Gomes - 37 - Presidente Soares - MG., Mauro Humberto de Lima Brandão, brasileiro, casado, bancário, CPF. 032.919.876-91, domiciliado à Vila Quinca Barbeiro, Nº 30, em Manhumirim - MG., Salma Maluf, brasileira, solteira, balconista, CPF. 094.020.716-87, residente à Av. Raul Soares, 400, em Manhumirim - MG.. - Parágrafo Único - O Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente foram nomeados pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, conforme artigo 42, parágrafo II, destes estatutos. - Artigo 142 - O mandato do primeiro Conselho Diretor será até o dia 31 de dezembro de 1.991. Manhumirim, 22 de abril de 1.986. - Pe. Paulo Dias Barboza - Diretor-Presidente. Os bens que constituem o ativo da "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA", e que passam a constituir patrimônio da Fundação Bom Jesus são, no mínimo, os seguintes: 01 transmissor 1.000 Watts - 01 transmissor Phillips do Brasil, tipo HOZ / 20126 Nº 32, ondas médias 100/250 Watts. 1.580 KHZ em perfeito estado de conservação, digo, de funcionamento - 01 rádio monitor de frequência cativa para controle - 01 rádio transmissor "Motorádio" novo - 01 rádio sohora - 03 rádios de frequência cativa - 01 transformador automático 2.500 Watts - 01 transformador de alta-tensão de 10 HD - 01 torre de transmissão de 50 metros completa - 02 microfones Shure de transmissão esportiva - 02 microfones com pedestais de metal grandes - 02 microfones Shure novos - 01 telefone central 3411491 - 02 telefones extensão - 01 amplificador superperson - 01 fonte de alimentação Supersom - 01 fonte FR 776 / 2 Alpha - 01 móvel Alpha amplificador - 01 equalizador Alpha EQ 71/1 - 01 compressor limitador - 01 SNE - 01 pro-

000010
7 5
Jou 5
14

01 processador de audio EL 3 SNE - 01 console superson Elpha
16 canais e 02 saidas - 01 amplificador gravação - 04 toca
discos eletro equipe da Superson - 01 gravador - GX Akai 4.
000- 03 toca fitas - 02 cartucheiras Cartape - 02 estantes /
para discos - 01 estante para cartucho nova - 01 estante para
aparelhos elétricos (RACK) - 06 prateleiras de aço - 01 maleta
externa a pilha Superson - 01 maleta externa pilha/luz da
Superson - 02 máquinas olivetti - 120 cartuchos - 550 fitas //
magnéticas - 01 mesa de escritório - 03 gavetas 120 X 50 e //
04 gavetas 100 X 75 - 01 mesinha para telefone 30 X 20 - 01 //
conjunto armários, prateleiras, com parte em vidros 400 X 20.
01 mesa de aço para máquina - 01 toca disco manual portátil
01 perfurador - 02 granpeadores - 120 cadeiras - 01 bilhete-
ria - 01 gravador Superson para gravação - 3.000 discos long
plays - 1.300 compactos simples - 100 metros de fio para micro
fones e 300 para transmissão (esporte). Todos esses bens es-
tão contabilizados na atual entidade, "Rádio Sociedade a Voz
de Manhumirim LTDA", na conta imobilizados, perfazendo o total
Cz\$ 23.488,17, valores esses correspondentes ao tempo de suas
aquisições figurando na mesma escritura são contábil e corre-
ção monetária desse patrimônio no valor de: Cz\$ 18.354,30, //
perfazendo o valor final para o patrimônio no valor de: Cz\$
41.842,47. Esses são os bens que compõem o capital social de
todos os sócios da atual "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim
LTDA" que, por este instrumento de Constituição de Fundação //
doam a Fundação Bom Jesus que ora nasce. Estes foram os Esta-
tutos da Fundação Bom Jesus, outorgados perante mim, escre-
vente juramentada. Presente também o padre Sebastião Sant' Ana
Silva, Superior Geral dos Institutos dos Missionários Sacramen-
tinos de Nossa Senhora, portador da Carteira de Identidade Nº
M - 2.513.464 e, do C.P.F. Nº 106.375.326-00, residente e do-
miciliado à Praça Padre Julio Maria, 134, em Manhumirim - Es-
tado de Minas Gerais; pelo mesmo foi dito perante as testemu-
nhas que aceitava por si e por sucessores canonicamente elei-
tos ou nomeados, o encargo de sempre nomear o Diretor-Presi-
dente e o Diretor Vice-Presidente da Fundação Bom Jesus, nas
condições fixadas nos Estatutos, fazendo-o, no instante, nas
pessoas de Padre Paulo Dias Barboza, brasileiro, eclesiástico
residente e domiciliado na Cidade de Manhumirim - Minas Gerais
à Praça Padre Julio Maria, S/Nº, nascido a 28 de fevereiro de
1.944, Carteira de Identidade Nº M - 125.694, SSP.MG., CPF. //
Nº 329.711.686-20 e José Raimundo da Costa, brasileiro, soltei-
ro, sacerdote católico, residente domiciliado na mesma Cidade
de Manhumirim, à Rua Nunes da Rosa, 38, Carteira de Identidade
Nº M - 1.106.852, SSP.MG., CPF. 212.845.986.91, ambos de mim,
escrevente juramentada, conhecidos, do que dou fé. Por estes
me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que aceitavam no
instante os cargos para os quais estavam sendo nomeados. Pelo
já nomeado, Paulo Dias Barboza, na qualidade de Diretor-Presi-
dente da Fundação Bom Jesus, usando das prerrogativas estabele-
cidas no parágrafo III do artigo 4º e no artigo 7º dos Estatu-
tos da Fundação Bom Jesus, me foi dito, perante as mesmas tes-
temunhas, que nomeava para os cargos de Diretores Assisten-
tes, Antonio Fio Lopes, brasileiro, casado, aposentado, CPF. 7
032.920.616-87, residente à Travessa Capitão José Gomes, 37,
Presidente Soares - MG., Mauro Humberto de Lima Brandão, bra-
sileiro, casado, bancário, CPF. Nº 032.919.876-91, domiciliado
a Vila Quinca Barbeiro, 30, em Manhumirim - MG., Salma Maluf,
brasileira, solteira, balconista, CPF. 094.020.716-87, resi-
dente à Av. Raul Soares, 400, em Manhumirim-MG., e cumulativa-
mente com o cargo de Diretor Vice-Presidente, nomeava José Rai-
mundo da Costa, para Diretor do Departamento "Rádio Sociedade
a Voz de Manhumirim LTDA". Todos os presentes são conhecidos
de mim, Escrevente Juramentada do que dou fé, tendo todos decla-

Certifico que a presente cópia foi feita por
mim conferida com a original que me foi exibida
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 20 de abril de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade,
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelão 2.º Ofício

conhecimento integral do Estatuto da Fundação Bom Jesus e que aceitavam os cargos para os quais estavam sendo nomeados. Ainda por Paulo Dias Barboza, na qualidade de Diretor-Presidente da Fundação Bom Jesus, me foi declarado que a Fundação passava a funcionar de fato, desde o instante, sujeita, no entanto ao funcionamento "De Jure" tão logo venha a ser expressamente autorizada pelo Poder Público competente, conforme determina a Lei, para o que também assinava esta escritura o representante do Ministério Público, conforme Resolução 04/84 da Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, que estabelece normas a atuação da Curadoria das Fundações o Dr. Cário Abi-Ackel, D.D. promotor de Justiça, designado junto à Curadoria da Fundação desta Comarca de Manhumirim, a fim de que, de modo todo especial, fosse reconhecida a transferência, que os aludidos nomeados outorgantes faziam no ato, na qualidade de únicos sócios de todos os bens e haveres que constituíram até o momento, o patrimônio da sociedade "Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim LTDA", bens esses dos quais a Fundação Bom Jesus passava então a usar e gozar livremente, dispor dentro dos termos dos estatutos outorgados, observados os dispositivos da legislação específica, que rege a execução dos serviços de radiodifusão, como seus que fica sendo por força desta escritura. As taxas e emolumentos devidos serão recolhidos de conformidade com a Lei vigente. Assim por estarem justos e convencidos me pediram lhes lavrasse esta escritura que me foi distribuída pelo Bilhete de Distribuição de Nº 011479, que lhes li em voz alta, perante as partes e testemunhas, foi aceita em tudo por aquelas que reciprocamente aceitaram, outorgam e assinam com as testemunhas: Deusdete José Leonardo e Adail Marcelino de Oliveira, brasileiros, casados, funcionários públicos, meus conhecidos, aqui residentes. Eu, Sandra Elisabeth Fraga de Miranda escrevente juramentada a escrevi, dou fé, subscrevo e assino em público e raso. E eu, Julio Maria Galle de Miranda, Escrivão Substituto a conferi. Manhumirim, 30 de junho de 1.988. Em Teste (está o sinal público) da verdade. Sandra Elisabeth Fraga de Miranda. Julio Maria Galle de Miranda. P.P. Pe. José Raimundo da Costa. Pe. Demerval Alves Botelho. Pe. José Múcio Gonçalves de Souza. Pe. Sebastião Sant' Ana Silva. Pe. Paulo Dias Barboza. Pe. José Raimundo da Costa. Antonio Pio Lopes. Mauro Humberto de Lima Brandão. Salma Maluf. Cário Abi-Ackel. Deusdete José Leonardo. Adail Marcelino de Oliveira. Nada mais. Eu, Julio Maria Galle de Miranda, Escrivão Substituto extrai a presente datilografando, dou fé, subscrevo e assino em público e raso.

Manhumirim, 30 de junho de 1.988.

Em Teste da, da verdade.

Ass. Julio Maria Galle de Miranda, Esc.
Julio Maria Galle de Miranda - Esc.
Substituto.

21251-93

MANHUMIRIM - 1º Ofício Judicial,
Rua, 1.º andar
" AV. JACQUES TAVES, 143
CEP 36070

MANHUMIRIM - NO

JULIO MARIA GALLE DE MIRANDA
Esc. Substituto
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COM O ORIGINAL

PRIMA DA PUBLICAÇÃO
CARTÃO DE REGISTRO
RUA ESPÍRITO SANTO, 16

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 30 de junho de 1988
Em test.º Sandra Elisabeth Fraga de Miranda da verdade.
Tabellã 2.º Ofício



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE MANHUMIRIM

N.º

Natureza do pedido: Exame e aprovação de Estatutos de Fundação

~~ANEXO~~

~~SECRETARIA~~

~~SECRETARIA~~

Odilon de Oliveira Barreto, brasileiro, casado, industrial, por seu procurador constituído, José Raimundo da Costa, brasileiro, solteiro, padre da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, Demerval Alves Botelho, brasileiro, solteiro, religioso e José Múcio Gonçalves de Sousa, brasileiro, solteiro, religioso, aviaram o pedido de exame e aprovação dos Estatutos da Fundação Bom Jesus, com sede nesta cidade de Manhumirim, acompanhado dos documentos de fls. 2 a 8, sendo que foram observadas as formalidades legais, notadamente a Resolução de nº 04/84, da Douta Procuradoria de Justiça de Minas Gerais. Em síntese, é o relatório.

Verificamos "in casu" que foram atendidas "in totum" as exigências do artigo 1200 e seguintes do Código de Processo Civil, combinados com os artigos 1º a 4º da Resolução 04/84 da Egrégia Procuradoria Geral de Justiça e o Aviso nº 26/84 da Douta Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O pedido, além de estar devidamente instruído com a necessária e indispensável documentação (ata de constituição e estatutos), conforme se pode verificar às fls. e fls., preenche os requisitos do artigo 6º da citada Resolução. No caso presente, são desnecessárias outras provas ou diligências complementares.

Destarte, merece ser acolhido o postulado dirigido a esta Curadoria de Fundações, representadas pelo Ministério Público nesta Comarca. Isto posto, após examinar o pedido e a documentação que o acompanha, RESOLVEMOS APROVAR, como de fato e de direito aprovamos os ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO BOM JESUS na forma da legislação vigente, para que surtam os jurídicos e legais efeitos, devendo os requerentes adimplir o disposto nos artigos 7º e 8º da Resolução nº 04/84 já referida.

Manhumirim, 24 de agosto de 1988.

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 24 de agosto de 1988.
Em test.º
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

CARLO ARFACKEL
PROMOTOR DE JUSTIÇA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Terça-feira, 1º de dezembro de 1987 — 3.º ano

MOLAS NACIONAL IND. COM. LTDA, CGC nº 21.189.651/0001-80 e Insc. Est. nº 087.298.041-0078, estabelecida na BR 381 - Km 424 "Jardim Piemonte" Betim-MG, faz saber que foi extraviada, a 2ª via do conj. de nota fiscal nº 011107, Confeccionada conj. autorização nº 08700205/87 de 24/05/87, A Betim-MG.

19,836 + T. 493,273 - X

CONTRATOS A SEREM REGISTRADOS NO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE BELO HORIZONTE-MG:

Muralha Nova Empreendimentos Ltda. Objeto: Compra, venda e permuta de imóveis, dentre outros. Ascafi Contabil Ltda. Objeto: Assessoria a serviços de contabilidade. Empreiteira J F Construções Ltda. Objeto: Empreiteira e locadora de mão de obra. WZW Publicidade Ltda. Objeto: Publicidade. Assessoria & Cia. Objeto: Assessoria. Bonini - Consultores Associados S/C Ltda. Objeto: Consultoria e assessoria. Sociedade de Investimentos - JP Ltda. Objeto: Representação. Núcleo Educacional: Viver e Aprender Ltda. Objeto: Jardim de infância. S.B. F. Transportes Ltda. Objeto: Transportes de cargas. Sedladas em Belo Horizonte, MG.

19,809 - T. 493.230 - X

OAB/MG, EXTRAÍDO DE CARTÃO. O Presidente da OAB/MG, Dr. JAIR LEONARDO LOPES na forma da lei, faz saber aos que o presente edital tiverem conhecimento que se extraiu o Cartão nº 22824 expedida em 24.09.85 pertencente ao Advogado Nelson Neder, Findo o prazo de 15 dias do presente edital será emitido 7a. via do Cartão ao requerente.

19,804 - T. 493,212 - X

OAB/MG, EXTRAVIO DE CARTEIRA, O Presidente da OAB/MG, Dr. JAIR LEONARDO LOPES na forma da lei, faz saber aos que o presente edital tiverem conhecimento que se extraviou a carteira nº 34.730, expedida em 24.11.81, pertencente a Adg. Gilda Marilise de Siqueira Pereira, Findo o prazo de 15 dias do presente edital será emitida 2ª, via da carteira a recuperante.

19.848 - T. 493.287 - X

19.875 - T. 493.319 - X

EXTRATO DO ESTATUTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO CRISPIM-Sede Social - Crispim- Itacambira - (MG)- Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Tempo: Indeterminado; Finalidade: trabalhar pelo desenvolvimento da comunidade do Crispim, melhoria das condições de vida e bem estar da comunidade; promover eventos sociais e recreativos; desenvolver a agropecuária na região; Administração: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal; Compete a Assembleia Geral: Eleger a Diretoria; o Conselho Fiscal e empossá-los, aprovar a prestação de contas da Diretoria, destituir membros e extinguir a sociedade; Composição da Diretoria: A Diretoria é composta de um presidente e vice-presidente; 19 a 29 secretário, 19 a 29 tesoureiro, 19 a 29 Diretor Social; Patrimônio: Será constituído de subvenções ou auxílios de entidades públicas, rendas de promoções realizadas e mensalidades dos sócios. No caso de dissolução do Conselho Comunitário pela Assembleia Geral, os seus bens serão destinados a outra entidade de fins semelhantes.

19.847 - T. 493.286 - X

13.876 - P. 35.068 - X

INSTITUTO DOS MISSIONÁRIOS SACRAMENTINOS DE NOSSA SENHORA - EXTRATO DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO BEM JE-
SUS - A Fundação Bom Jesus, com sede e foro em
Manhumirim, Minas Gerais, de duração indetermina-
da, tem por finalidade a formação cívica, moral,
cultural e espiritual do povo brasileiro através
da divulgação escrita, falada e televisada, de
acordo com as concessões que lhe forem outorgadas
pelo Governo Federal. Seu patrimônio é constituí-
do dos bens do Ativo da "Rádio Sociedade A Voz de
Manhumirim Ltda" e de todos aqueles que vierem a
possuir a qualquer título. A administração da Fun-
dação será exercida por um Conselho Diretor, com
posto de Presidente, Vice-Presidente e 3 (três)
Assistentes. Os membros do Conselho, dirigentes,
mantenedores ou associados não recebem remunera-
ção. Em caso de extinção, seu patrimônio será in-
corporado a instituições congêneres ou alienado
e o valor será revertido a entidades de caráter
educacional, escolhidas pelo Superior dos Missio-
nários Sacramentinos de Nossa Senhora. Manhumiri-
m, 12 de agosto de 1987. (a.) Pe. Paulo Dias
Arboza - SDN - Presidente.

19,802 - T. 493.209

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL (ALTERAÇÃO) DO INSTITUTO DE PESQUISA ERNST MACH - sob esta denominação, fundado a 9/9/86, a como associação civil sem fins lucrativos, e sede na Rua Álvaro de Araújo nº 24, Bairro Santa Rita em Muriaé-MG, tem como finalidade a promoção de pesquisas em qualquer área, a realização de cursos, seminários, eventos culturais, vedada a pesquisa com finalidade bélica. É composta por um número ilimitado de associados e será dirigida por uma Diretoria composta de um Diretor Presidente, um

19,802 - T. 493.209

19,802 - T. 493.209

19,802 - T. 493.209

19,802 - T. 493.209

seba

18

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda, sub-oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Outros Papéis da Comarca de Manhumirim - MG., na forma da Lei, etc.

CERTIFICO atendendo o que foi requerido através de petição circunstanciada que os Estatutos e a Escritura de criação da FUNDAÇÃO BOM JESUS foram protocolados sob o Nº 2.597 Livro / AN. 4, folhas 78 e registrados no Livro AN 1, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o Nº 166, folhas 92 verso, em data de 26/08/88, sendo que terá como local de funcionamento a Rua Nunes da Rosa - Nº 21 - Manhumirim - MG.. É o que foi registrado e me cumpre certificar. Dou fé.

Manhumirim, 26 de agosto de 1.988.

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda.
Ass. Sandra Elisabeth Fraga de Miranda -
Sub-Oficial do Registro.

21251962/0001-93

MANHUMIRIM Cartório 2º Ofício Judicial,
Notas, Reg. Títulos

AV. TEÓFILO TOSTES, 143
CEP 30970

MANHUMIRIM

SEÇÃO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Esc. Subst. 2º Ofício
MANHUMIRIM - MG

FIRMA EM BELA VISTA NO
CARTÓRIO FEDERAL DOS SANTOS
RUA ESPÍRITO SANTO, 240

Protocolado no L^{AN} 4 sob o nº 2597 de ordem.
Registrado no L^{AN} 1 de Registro de Títulos Documentos e outros papéis sob o nº 166
de ordem, nesta data
Manhumirim, 26 de agosto de 1988.

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 26 de agosto de 1988
Em test.º Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2º Ofício

Sub-escritura de compra e venda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Cartório que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibida por este fim e está fiel ao mesmo.

Manhumirim, 27 de maio de 1997

Em test.º da verdade.

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda

Tabella, 2.º Oficial

Ata da Reunião extraordinária da Diretoria da Fundação Bom Jesus. Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e sete (25/04/97), às quinze horas, reúnem-se no escritório da Rádio, à rua Nunes da Rosa, nº 70, atendendo a uma solicitação feita pelo Diretor-Presidente da Fundação Bom Jesus, Padre Ronaldo Lopes Correa; com a presença do Padre Ronaldo, Padre Jesus Moreira de Rezende (Diretor Vice-Presidente), José Geraldo Barbosa, Lúcia no Portilho Borchio e Neide Aparecida Ananias (Diretores-Assistentes). Padre Ronaldo dá as boas-vindas e diz a todos que o objetivo da reunião é fazerem algumas alterações necessárias no Estatuto da Fundação Bom Jesus. Foi lido o Estatuto e discutido que teria um acréscimo neste após decisão unânime de todos os presentes. Ficando aprovado o seguinte acréscimo: no artigo 1º, A ENTIDADE POR SER CULTURAL E EVANGELIZADORA NÃO TEM FINALIDADES LUCRATIVAS, a ser acrescentado no final do artigo 2º do Capítulo 1º. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos, da qual após lida, se aprovada, será assinada por todos, eu, Neide Aparecida Ananias, secretária eleita. lavro e assino. Manhumirim, 25/04/97 Neide Aparecida Ananias, P. Ronaldo Lopes Correa, Padre Jesus Moreira de Rezende, José Geraldo Barbosa, Lúcia no Portilho Borchio, Neide Aparecida Ananias.

Protocolado no L.º 111 sob o n.º 6.111 de ordem

Registrado no L.º 111 de Registro Civil das Pessoas

Jurídicas nº 364 do ordem,

Manhumirim, 27 de maio de 1997

Manhumirim

OFICIAL DO REGISTRO

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - MG

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Fundação Bom Jesus, aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil (23/02/2000), reúnem-se às vinte horas e dez minutos, na sala de reuniões da entidade, a diretoria da Fundação composta por: Padre Ronaldo Lopes Correa, Edm; Neide Aparecida Ingnias Nunes Luciano, Portilho Borchio e José Geraldo Barbosa. Padre Ronaldo da us boas vindas, fala do novo ano e do funcionamento da Fundação. Fica estabelecido e concretizado a alteração de endereço da Fundação Bom Jesus, que antes era a Praça Padre Júlio Maria, nº 38 nesta cidade de Manhumirim - MG, para a RUA NUNES DA ROSA, nº 70, Centro, MANHUMIRIM, Minas Gerais, Cep. 36.970.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas, da qual eu, Neide Aparecida Ingnias Nunes, secretária leita, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por todos. Manhumirim, 23/02/00 Neide Aparecida Ingnias Nunes. P. Ronaldo Lopes Correa.

Manhumirim, 23/02/00
Neide Aparecida Ingnias Nunes
Padre Ronaldo Lopes Correa

Certifico a dou fô que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Manhumirim, 28.02.2000
 Em test.º *Manhumirim* da verdade.

Manhumirim
 CANT. FREDERICO SANTOS - R. S. PAULO, 684 - BH
 CANT. AMORIM - AV. FERNANDO FERRARI, 470 - V.-ES
 CANT. BESSA 4.º TABELIONATO - JUIZ DE FORA - MG
 CANT. EDGARDO COSTA FILHO - R. DO ROSÁRIO 75 - RJ

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Protocolado no LV. sob o n.º de ordem

Registrado no LV. de Registro de títulos Docu-

mentos e outros papeis sob o n.º

de ordem, nesta data AVERBADO

Manhumirim, de de

Oficial do Registro

SANDRA ELISABETH FRAGA
 DE MIRANDA

Tabelião 2.º Ofício
 Manhumirim - MG

Protocolado no L.º 44 sob o n.º 8224 de orden.

Registrado no L.º 111 de Registro Civil das Pessoas

Protocolado sob o n.º 562 da ordem.

Manhumirim, 28 de fevereiro de 19.2000

Manhumirim

OFICIAL DO REGISTRO

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibida para este fim e está fiel ao mesmo.

Manhumirim, 28 de fevereiro de 2002
 Em test.º *Manhumirim* da verdade.

Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
 Tabelião 2.º Ofício

ELISABETH FRAGA
 DE MIRANDA

Oficial do Registro
 MANHUMIRIM - MG

Protocolado no L. 115 sob o n.º 9.091 de ordem
Registrado no L. 112 de Registro Civil das Pessoas
Físicas sob o n.º 636 de ordem,
Manhumirim, 20 de Junho de 2001
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
OFICIAL DO REGISTRO

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - RJ
Certifico que a presente Cópia foi
conferida com a original que me foi
apresentada e está fiel ao original.
Manhumirim, 20 de Junho de 2001
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabela, 2.º Oficial

Nº 012/98 - Pe. José Estevam de Paiva, SDN - na qua-
lidade de Superior Geral da Congregação
dos Missionários Sacramentinos de Nossa
Senhora, no exercício de sua função, conforme
as Constituições da mesma Congregação e os
Estatutos da Fundação Bom Jesus, nomeia
Diretor-Preidente da Fundação Bom Je-
sus - RADIO MANHUMIRIM AM/FM, conforme
Cap. II, artigo 4.º § 2.º dos seus Estatutos, Pe. Ronaldo
Lopes Corrêa, SDN; e Vice-Preidente: Diác.
Fát. Helene Raimundo da Silva, SDN.

Manhumirim, 07 de Janeiro de 1998
Superior Geral: Pe. José Estevam de Paiva, SDN
Helene - Sec. Geral

Nº 013/98 - Pe. José Estevam de Paiva, SDN - na qua-
lidade de Superior Geral da Congregação dos
Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora,
no exercício de sua função, conforme as
Constituições da mesma Congregação, nomeia
a nova Diretoria da Editora "O Intador",
de Belo Horizonte, a saber: Diretor Administra-
tivo: Pe. Sebastião Braz da Silveira, SDN; Diretor
Tesoureiro: Fr. José Cezário de Albuquerque, SDN.
Diretor Secretário: Pe. Demerval Alves Botelho
SDN; Diretor Industrial: Pe. José Raimundo
da Costa, SDN; Diretor Redator: Pe. Paschoal
Rangel, SDN.

Manhumirim, 07 de Janeiro de 1998
Superior Geral: Pe. José Estevam de Paiva, SDN

Protocolado no L. 115 sob o n.º 9.091 de ordem
Registrado no L. 112 de Registro Civil das Pessoas
Físicas sob o n.º 636 de ordem,
Manhumirim, 20 de Junho de 2001
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
OFICIAL DO REGISTRO

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - RJ
Certifico que a presente Cópia foi
conferida com a original que me foi
apresentada e está fiel ao original.
Manhumirim, 20 de Junho de 2001
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabela, 2.º Oficial

Helene - Sec. Geral

Cartão que a presente cópia fotostática foi para mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
 Manhumirim, 10 de maio de 2001
 Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
 Oficial do Registro

SANDRA ELISABETH FRAGA
 DE MIRANDA
 Oficial do Registro
 MANHUMIRIM - MG

10/28

da Terceira Reunião Ordinária da
 Fundação Bom Jesus do primeiro dia do
 mês de julho de mil novecentos e noventa
 e nove (07/07/1999), reunem-se a diretoria
 da emissora na sala de reuniões da
 rádio as dezenove horas e trinta minutos.
 Padre Ronaldo Lopes Correa dá as boas vindas
 para os demais componentes: José Geraldo
 Barbosa, Neide Aparecida Ananias Nunes e Luciano
 Botelho Borchio; temos a presença de Padre
 Heleno Ramundo da Silva substituto do Padre
 Jesus de Rezende que foi para outra paróquia.
 Padre Ronaldo expõe a todos que tem que
 ser feita a eleição da nova diretoria, explican-
 do que se fosse da vontade de cada um de
 nós, poderíamos ser reeleitos. Após ouvir a
 opinião e decisão de todos, continuará por
 mais quatro anos essa diretoria, ficando
 assim constituída: a) Diretor Presidente, Padre
 Ronaldo Lopes Correa, brasileiro, solteiro,
 CPF 42.347.1656-15, sacerdote católico, residente
 à Praça Padre Júlio Maria s/n. b) Diretor Vice
 Presidente, Padre Heleno Ramundo da Silva, bra-
 sileiro, solteiro, CPF 454.760.984-53, sacerdote
 católico, residente à Praça Padre Júlio Maria
 s/n. c) Primeiro Diretor Assistente, Luciano Botelho
 Borchio, brasileiro, casado, professor, CPF 12.589.6
 326-49, residente à Vila Santo Antônio 367, Manhu-
 mirim M.G. d) Segunda Diretora Assistente e
 secretária, Neide Aparecida Ananias Nunes, bra-
 sileira, casada, professora, CPF 658.006.136-72,
 residente à Rua Quinças Barbeiro, 68, Manhumirim
 MG. e) Terceiro Diretor Assistente, José Geraldo Barbosa

Protocolado no L.º 415 sob o n.º 9.092 de ordem.

Registrado no L.º 412 de Registro Civil das Pessoas

jurídicas sob o n.º 637 de ordem,

Manhumirim, 20 de maio de 2001

- Sandra
 OFICIAL DO REGISTRO

SANDRA ELISABETH FRAGA
 DE MIRANDA
 Oficial do Registro
 MANHUMIRIM - MG

brasileiro, casado, bancário aposentado, CPF 0688
56136-00, residente à Rua Teófilo Khede, nº 68,
Mantumirim - MG. Essa diretoria é empossada
para o período de julho de mil novecentos
e noventa e nove a julho de dois mil e
quatro (julho/1999 - julho/2004). Nada mais
havendo a tratar, encerra-se a reunião às
vinte horas e trinta e oito minutos, da qual, eu,
secretária eleita, lavro a presente ata, que após
lida se aprovada, será assinada por
todos. Mantumirim, 01 de julho de 1999, Neide
Macedo Soares, Nélson, R. Conselho Deliberativo
João da Silva, Heleno Raimundo da Silva, SDN

SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANTUMIRIM - MG

C/C

NASCIMENTO
15.06.62

INSCRIÇÃO NO CPF
423.471.656-15

CONTRIBUINTE
RONALDO LOPES CORREA

POLEGAR DIREITO

Ronaldo Lopes Correa

[Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhutinim, *[Signature]* de *[Signature]* do *[Signature]*
Em test.º *[Signature]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga da Miranda
Tabelião 2.º Ofício

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome RONALDO LOPES CORREA

Matrícula 15/06/1962

Data de Nascimento 15/06/1962

Data de Emissão 16/07/1982

Assinatura *[Signature]*

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL

[Signatures]

(CEDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO

Heleno Raimundo da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

000028 24

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO PAZARES BURI

REGISTRO CIVIL 2990115

NOME HELENO RAIMUNDO DA SILVA

FILIAÇÃO José Raimundo da Silva e Maria Dulce da Silva

Bezerros - PE - 22.03.1966

NATURALIDADE

22.03.1966

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Heleno Raimundo da Silva

NASCIMENTO 22.03.66

INSCRIÇÃO Nº 404.736.789

CONTRIBUINTE

HELENO RAIMUNDO DA SILVA

Cartilão que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi entregue para este fim e está fiel ao mesmo.

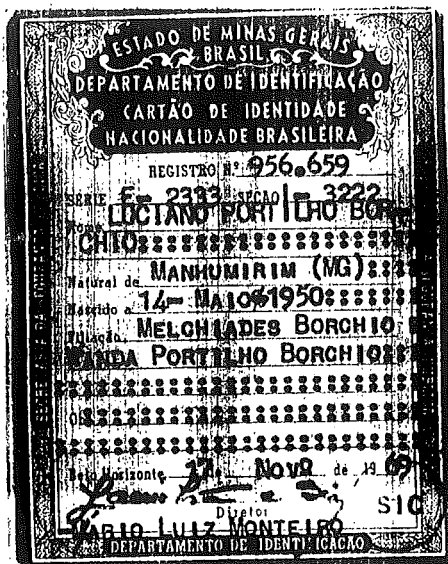
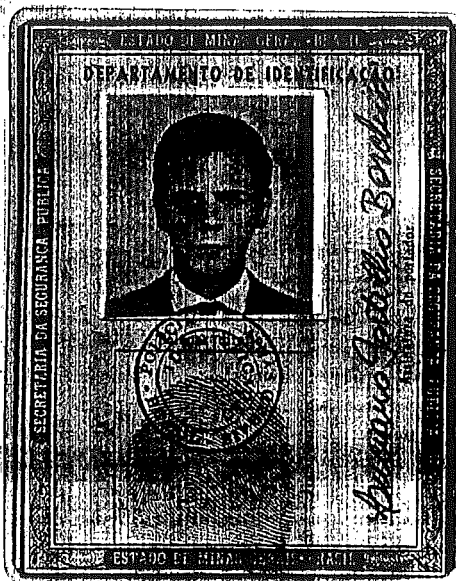
Manhumirim, 10 de maio de 2002

Em test.º Sandra Elisabeth Fraga de Miranda

Tabelão 2.º Oficial

RECEBIMENTO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
RECEBERE COM O ORIGINAL

16 08 10



Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
 Manhumirim, 14 de Maio de 2002
 em test.º *[Assinatura]* da verdade.
 Sandra Elisabeth Fraga da Miranda
 Tabelã 2.º Ofício

Serviço Público Federal
 Ministério das Comunicações
 Confere com o original

000030 26

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **NEIDE APARECIDA ANANIAS**

Nº de inscrição: **658006136-72**

Data de Nascimento: **12/10/66**

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal

Esta documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, verificado a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: **NEIDE APARECIDA ANANIAS**

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: **06/12/93**

Estado de Minas Gerais
Secretaria de Segurança Pública
Instituto de Identificação

Neide Aparecida Ananias Nunes

11-1305

Seção de Registro de Órgãos e Títulos

NEIDE APARECIDA ANANIAS NUNES

ANTONIO DOMINGOS ANANIAS

MARIA MARGARIDA DA SILVA ANANIAS

MANHUMIRIM-MG

CAS. LV-41 FL-200

12/10/1966

DATA DE NASCIMENTO

MANHUMIRIM-MG

CPF 658006136-72

ASSINATURA DO DIRETOR

11-1305

Tabella 1.º Ofício

12/10/2001

MANHUMIRIM - MG

Garantido que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com o original que me foi exibido no a este fim e está fiel ao mesmo.

Sandra Elisabeth Fraga da Miranda

Tabella 2.º Ofício

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

REGISTRO GERAL Nº 1.299.632

JOSE GERALDO BARBOSA
 Geraldo Severino Barbosa
 Orozina Silva Barbosa
 Manhumirim, MG. 31-12-1 947
 DATA DO NASCIMENTO
 05-05-1 977
 DATA DO REGISTRO

INT. 1

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Carteira de Identidade

MOLESAZ DIREITO

Jose Geraldo Barbosa
 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

CIC

NASCIMENTO 31.12.47 INSCRICAO NO CPF 068 857 136 00

CONTRIBUINTE

JOSE GERALDO BARBOSA

Jose Carlos Soares
 SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS

CARTAO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRICAO NO CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

VALIDO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Jose Geraldo Barbosa
 ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO
 CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL

MANHUMIRIM - MG
 TABELEJO 1º OFÍCIO
 ADMIR CORREIA LOPES

Tabelejo 1º Ofício

da verdade

29/05/2001

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.

Manhumirim, 12 de maio de 2002

Em test.º *Sandra Elisabeth Fraga da Miranda* da verdade.

Sandra Elisabeth Fraga da Miranda
 Tabela 2º Ofício

PD

WD

ST

**CERTIDÃO**

ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA. a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que **RONALDO LOPES CORRÊA**, brasileiro, solteiro, padre, filho de Antônio Corrêa e Nair Lopes Corrêa, portador do CPF nº 423.471.656-15, nascido aos 15.06.62, residente à Pç. da Matriz, s/nº, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou oponente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo, no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.

O referido é verdade. do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2.002.

Elaine Marcia Tuelher
Elaine Marcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula PJPI 3215-1

Certifico que a presente Cópia fotostática to por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Em Manhumirim, 21 de março de 2002.
Es test.º *Sandra Elisabeth Fraga de Miranda* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabellã 2.º Oficial

Horário: 12:25

Elaine Marcia Tuelher

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

**CERTIDÃO**

ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que LUCIANO PORTILHO BORCHIO, brasileiro, casado, professor, filho de Melchiades Borchio e Wanda Portilho Borchio, portador do CPF nº 125.896.326-49, residente à Vila Santo Antônio, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou opoente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo. no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2.002.

Elaine Marcia Tuelher
Elaine Marcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula PJP 3215-1

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 21 de março de 2002.
Em test.º *Sandra Elisaboth Fraga de Miranda*
Sandra Elisaboth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

Horário: 12:05

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONTROLE COM O QUAL

**CERTIDÃO**

ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que **NEIDE APARECIDA ANANIAS**, brasileira, casada, professora, filha de Antônio Domingos Ananias e Maria Margarida da Silva Ananias, portadora do CPF nº 658.006.136-72, residente à Rua Ferreira Ventura, nº 179 - Santo Antônio, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou oponente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo, no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 21 de março de 2002
Em test.º *Sandra Elisabeth Fraga de Miranda*
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

O referido é verdade, do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.

Elaine Márcia Tuelher
Elaine Márcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula PJPI 3215-1

Horário: 12:20

Elaine Márcia Tuelher

ALVARÁ PUBLICO FLUENTE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EQUIPE COM. J. JUDICIAL

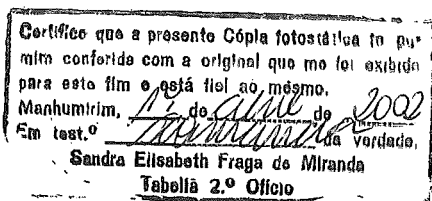
**CERTIDÃO**

ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

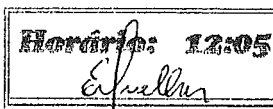
CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que **JOSÉ GERALDO BARBOSA**, brasileiro, casado, aposentado, filho de **Geraldo Severino Barbosa e Orozina Silva Barbosa**, portador do CPF nº 068.857.136-00, residente à R. Teófilo Khede, nº 66, Izidoro, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou opoente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo, no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2.002.



Elaine Márcia Tuelher
Elaine Márcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula RJPI 3215-1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMANDO EM CHEFE



117

CERTIDÃO

ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que **HELENO RAIMUNDO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, padre, filho de José Raimundo da Silva e Maria Dulce da Silva, portador do CPF nº 454.760.984-53, residente à Pç. da Matriz, s/nº, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou opoente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo, no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.



O referido é verdade, do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2.002.

Elaine Márcia Tuelher
Elaine Márcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula PJPI 3215-1

Horário: 12:05

Elaine Márcia Tuelher

SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS COMARCAS
SOMENTE COM O

16.08.02
130



SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL

CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã Judicial II, lotada na Secretaria do Juízo de Direito desta
Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal de parte interessada, que, conforme verificou nos livros próprios da Secretaria, nada consta contra **HELENO RAIMUNDO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, padre, filho de José Raimundo da Silva e Maria Dulce da Silva, portador do CPF nº 454.760.984-53, residente à Pç. da Matriz, s/nº, Manhumirim - MG, até a presente data.

Dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.

usccage
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIAL II

Horário: 12:05



ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
MINISTÉRIO DAS CORREIOES
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL



0000038

SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL

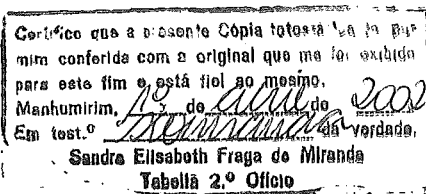
CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã Judicial II, lotada na Secretaria do Juízo de Direito desta
Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal de parte interessada, que, conforme verificou nos livros próprios da Secretaria, nada consta contra **NEIDE APARECIDA ANANIAS**, brasileira, casada, professora, portadora do CPF nº 658.006.136-72, filha de Antônio Domingos Ananias e Maria Margarida da Silva Ananias, residente à R. Ferreiva Ventura, nº 179, Santo Antônio, Manhumirim - MG, até a presente data.

Dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.



Uscage
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIAL II

Horário: 12:05

SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

10 08 10 10

PB

W

12



000039

SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL

CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã Judicial II, lotada na Secretaria do Juízo de Direito desta
Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal de parte interessada, que, conforme verificou nos livros próprios da Secretaria, nada consta contra **RONALDO LOPES CORRÊA, brasileiro, solteiro, padre, filho de Antônio Corrêa e Nair Lopes Corrêa, portador do CPF nº 423.471.656-15, nascido aos 15.06.62, residente à Pç. da Matriz, s/nº, Manhumirim - MG, até a presente data.**

Dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.

vsco
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIAL II

Horário: 12:25

Certifico que a presente Cópia fotostática, 1ª. qtd., que contém com o original que me foi entregue para este fim e está fiel ao mesmo. Manhumirim, 21 de março de 2002 Em test.º <i>[assinatura]</i> da Verdade: Sandra Elisabeth Fraga da Miranda Tabelão 2.º Ofício	
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONATRE COM O NACIONAL

EM



SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL

CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã Judicial II, lotada na Secretaria do Juízo de Direito desta
Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal de parte interessada, que, conforme verificou nos livros próprios da Secretaria, nada consta contra **LUCIANO PORTILHO BORCHIO,** brasileiro, casado, professor, filho de Melchiades Borchio e Wanda Portilho Borchio, portador do CPF nº 125.896.326-49, residente à Vila Santo Antônio, Manhumirim - MG, até a presente data.

Dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.

Certifico que a presente Cópia testada foi por mim conferida com a original que me foi exibida para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 21 de março de 2002.
Est. test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelã 2.º Ofício

[assinatura]
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIAL II

Horário: 12:30

RECEBIDO PÚBLICO FISCAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMPARE COM O ORIGINAL

[assinaturas]



000041

SECRETARIA DA ÚNICA VARA CRIMINAL

CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã Judicial II, lotada na Secretaria do Juízo de Direito desta
Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal de parte interessada, que, conforme verificou nos livros próprios da Secretaria, nada consta contra **JOSÉ GERALDO BARBOSA**, brasileiro, casado, aposentado, filho de Geraldo Severino Barbosa e Orozina Silva Barbosa, portador do CPF nº 068.857.136-00, residente à R. Teófilo Khede, nº 66, Izidoro, Manhumirim - MG, até a presente data.

Dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2002.

Certifico que a presente Cópia fotostática foi feita por mim conforme com a original que me foi entregue para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 21 de março de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade,
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabellã 2.º Ofício

Usa-se
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ JUDICIAL II

Horário: 12:05

JULGADO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMUNICADO COM O ORIGINAL

000042

CERTIDÃO



IVANILDE VIEIRA COELHO, Oficial do Cartório de Registro de Protestos da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de interessado, que do Cartório de Registro de Protestos a seu cargo, nada consta em nome de **Padre Ronaldo Lopes Correa, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, residente em Manhumirim-MG, à Praça Padre Julio Maria, s/nº, portador do CPF. nº 423.471.656-15.**

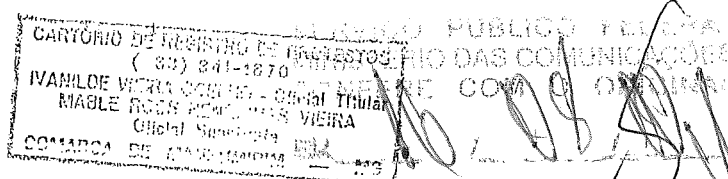
No período retrospectivo de 05 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dou fé.

Manhumirim, 19 de Março de 2002



Ivanilde
Ivanilde Vieira Coelho (Titular)
Mable Róss Henriques Vieira
(Tabeliã Subst.)



000043

CERTIDÃO



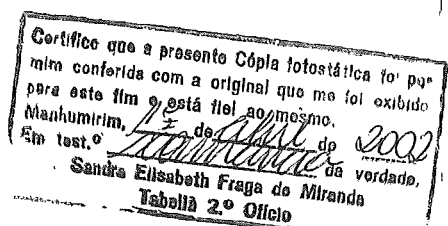
IVANILDE VIEIRA COELHO, Oficial do Cartório de Registro de Protestos da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de interessado, que do Cartório de Registro de Protestos a seu cargo, nada consta em nome de **Heleno Raimundo da Silva, Ronaldo Lopes Correa, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, residente em Manhumirim-MG, à Praça Padre Julio Maria, s/nº, portador do CPF. nº 454.760.984-53 e nº 423.471.656-15.**

No período retrospectivo de 05 (cinco) anos.

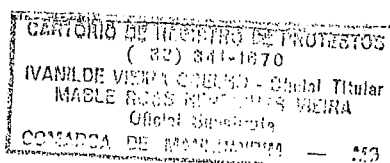
O referido é verdade, do que dou fé.

Manhumirim, 19 de Março de 2002



Ivanilde

Ivanilde Vieira Coelho (Titular)
Mable Róss Henriques Vieira
 (Tabeliã Subst.)



SECRETARIA PÚBLICA DE DEFESA
 DEPARTAMENTO DE DEFESA

de

no

de

CERTIDÃO



IVANILDE VIEIRA COELHO, Oficial do Cartório de Registro de Protestos da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de interessado, que do Cartório de Registro de Protestos a seu cargo, nada consta em nome de **José Geraldo Barbosa, brasileiro, casado, bancário aposentado, residente em Manhumirim-MG, á Rua Teófilo Khede, portador do CPF. nº 068.857.136-00.**

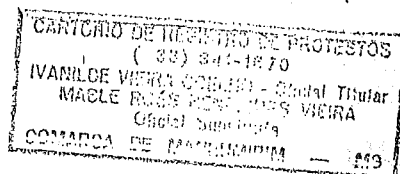
No período retrospectivo de 05 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dou fé.

Manhumirim, 19 de Março de 2002



Ivanilde Vieira Coelho
Ivanilde Vieira Coelho (Titular)
Mable Róss Henriques Vieira
(Tabeliã Subst.)



[Assinatura]

[Assinaturas e rubricas manuscritas]

CERTIDÃO

000044



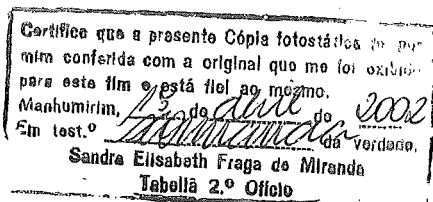
IVANILDE VIEIRA COELHO, Oficial do Cartório de Registro de Protestos da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de interessado, que do Cartório de Registro de Protestos a seu cargo, nada consta em nome de **Neide Aparecida Ananias Nunes, brasileira, casada, professora, residente em Manhumirim-MG, á Rua Quincas Barbeiro, nº 68, portadora do CPF. nº 658006.136-72.**

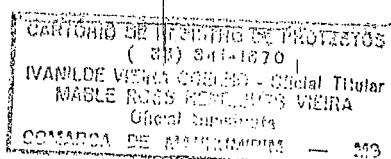
No período retrospectivo de 05 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dou fé.

Manhumirim, 19 de Março de 2002



Ivanilde Vieira Coelho
Ivanilde Vieira Coelho (Titular)
Mable Róss Henriques Vieira
(Tabelião Subst.)



[Assinatura]

[Assinaturas e rubricas manuscritas]

CERTIDÃO



IVANILDE VIEIRA COELHO, Oficial do Cartório de Registro de Protestos da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de interessado, que do Cartório de Registro de Protestos a seu cargo, nada consta em nome de **Luciano Portilho Borchio, brasileiro, casado, professor, residente em Manhumirim-MG, á Vila Santo Antonio, portador do CPF. nº 125896326-49.**

No período retrospectivo de 05 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dou fé.

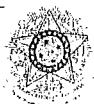
Manhumirim, 19 de Março de 2002

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 19 de março de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabeliã 2.º Ofício

[assinatura]
Ivanilde Vieira Coelho (Titular)
Mable Róss Henriques Vieira
(Tabeliã Subst.)

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PROTESTOS
(32) 341-1670
IVANILDE VIEIRA COELHO - Oficial Titular
MABLE ROSS HENRIQUES VIEIRA
Oficial Substituto
COMARCA DE MANHUMIRIM - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

**Cartório da 168ª Zona Eleitoral/
Manhumirim-MG****CERTIDÃO**

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã da 168ª Zona Eleitoral de
Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins
de direito que, revendo os arquivos deste Cartório, neles encontrou o registro
de **RONALDO LOPES CORREA**, onde consta o seguinte:

INSCRIÇÃO:	07821897-02/72
ESTADO CIVIL:	SOLTEIRO
DATA DE NASCIMENTO:	15/06/1962
FILIAÇÃO:	(Pai): ANTÔNIO CORREA (Mãe): NAIR LOPES CORREA
VOTA NA ZONA:	0168ª
SEÇÃO:	0035ª
COM INSCRIÇÃO DESDE:	28/12/1995
MUNICÍPIO:	MANHUMIRIM
ENDEREÇO:	PRAÇA DA MATRIZ, CENTRO

**ESTÁ QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ A
PRESENTE DATA.**



O referido é verdade do que dá fé.

Manhumirim, 20 de Março de 2002.

Usage
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ ELEITORAL

RECEBUE DO
SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÃO



Cartório da 168ª Zona Eleitoral Manhumirim-MG



CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã da 168ª Zona Eleitoral de
Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins
de direito que, revendo os arquivos deste Cartório, neles encontrou o registro
de **LUCIANO PORTILHO BORCHIO**, onde consta o seguinte:

INSCRIÇÃO:	00469394-02/99
ESTADO CIVIL:	CASADO
DATA DE NASCIMENTO:	14/05/1950
FILIAÇÃO:	(Pai): MELCHIADES BORCHIO (Mãe): WANDA PORTILHO BORCHIO
VOTA NA ZONA:	0168ª
SEÇÃO:	0016ª
COM INSCRIÇÃO DESDE:	15/04/1986
MUNICÍPIO:	MANHUMIRIM
ENDEREÇO:	VILA SANTO ANTONIO, Nº 67, CENTRO

**ESTÁ QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ A
PRESENTE DATA.**

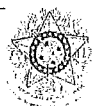
Certifico que a presente cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 20 de Março de 2002
Em test.º *[Assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

O referido é verdade do que dá fé.

Manhumirim, 20 de Março de 2002.

[Assinatura]
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ ELEITORAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



Cartório da 168ª Zona Eleitoral/ Manhumirim-MG



CERTIDÃO

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã da 168ª Zona Eleitoral de
Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins
de direito que, revendo os arquivos deste Cartório, neles encontrou o registro
de **JOSÉ GERALDO BARBOSA**, onde consta o seguinte:

INSCRIÇÃO:	02309469-02/99
ESTADO CIVIL:	CASADO
DATA DE NASCIMENTO:	31/12/1947
FILIAÇÃO:	(Pai): GERALDO SEVERINO BARBOSA (Mãe): OROZINA SILVA BARBOSA
VOTA NA ZONA:	0168ª
SEÇÃO:	0026ª
COM INSCRIÇÃO DESDE:	15/04/1986
MUNICÍPIO:	MANHUMIRIM
ENDEREÇO:	RUA TEÓFILO KHEDE, Nº 66, BAIRRO IZIDORO

**ESTÁ QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ A
PRESENTE DATA.**

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 20 de Março de 2002
Em test.º *[Assinatura]* da Verdade.
Sandra Elisabeth Fraga da Miranda
Tabelião 2.º Ofício

O referido é verdade do que dá fé.

Manhumirim, 20 de Março de 2002.

[Assinatura]
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ ELEITORAL

CO. PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
LOTEAMENTO DE COMUNICAÇÃO

**Cartório da 168ª Zona Eleitoral/
Manhumirim-MG****CERTIDÃO**

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã da 168ª Zona Eleitoral de
Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins
de direito que, revendo os arquivos deste Cartório, neles encontrou o registro
de **NEIDE APARECIDA ANANIAS**, onde consta o seguinte:

INSCRIÇÃO:	07571672-02/13
ESTADO CIVIL:	SOLTEIRA
DATA DE NASCIMENTO:	12/10/1966
FILIAÇÃO:	(Pai): ANTÔNIO DOMINGOS ANANIAS (Mãe): MARIA MARGARIDA DA SILVA ANANIAS
VOTA NA ZONA:	0168ª
SEÇÃO:	0015ª
COM INSCRIÇÃO DESDE:	15/04/1986
MUNICÍPIO:	MANHUMIRIM
ENDEREÇO:	RUA FERREIRA VENTURA, N° 179, BAIRRO SANTO ANTÔNIO

**ESTÁ QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ A
PRESENTE DATA.**

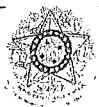
Certifico que a presente Cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 20 de Março de 2002
Em test.º *[Assinatura]* da Verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

O referido é verdade do que dá fé.

Manhumirim, 20 de Março de 2002.

Useage
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ ELEITORAL

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE COM. E INFLUÊNCIA

**Cartório da 168ª Zona Eleitoral/
Manhumirim-MG****CERTIDÃO**

ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA,
Escrivã da 168ª Zona Eleitoral de
Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos
fins de direito que, através de consulta, via modem, ao Eg. TRE/MG, foi
encontrado o registro de **HELENO RAIMUNDO DA SILVA**,
onde consta o seguinte:

INSCRIÇÃO:	09894591-02/21
SEÇÃO:	0354ª
VOTA NA ZONA:	0039ª
COM INSCRIÇÃO DESDE:	30/05/1994
ESTADO CIVIL:	SOLTEIRO
FILIAÇÃO:	(Pai): JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA (Mãe): MARIA DULCE DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO:	22/03/1966
MUNICÍPIO:	BELO HORIZONTE – MG

**ESTÁ QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL ATÉ A
PRESENTE DATA.**

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 15 de abril de 2002
em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

O referido é verdade do que dá fé.
Manhumirim, 20 de Março de 2002.

[assinatura]
ELIZABETH MARIA TORRES BRAGA
ESCRIVÃ ELEITORAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE REGISTRO E ARQUIVOS

[assinaturas e rubricas]

CONTABILIDADE FULLY

Contadores:

Mauro Jorge Fully CRC/MG: 23.917/0-9**Leonardo Gama Fully** CRC/MG: 63.778/0-8

Organização de Firmas - Distratos - Contabilidade - Orientação Fiscal - ETC

FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ: 22.697.254/0001-43

Balanço Geral do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2.001

ATIVO**CIRCULANTE****DISPONIVEL****NUMERARIO**

Caixa

9.806,74 9.806,74 9.806,74

ATIVO PERMANENTE**IMOBILIZADO****IMBILIZAÇÃO TECNICA**

Equipamento e Instalações

138.936,57

Discos de Uso

24.831,17

- Deprec de Equip. e Instal.

20.302,67

- Deprec de Discos de Uso

12.410,19

Moveis e Utensílios

4.782,30

- Deprec de Moveis e Utens.

820,66 135.026,52

VEICULOS

Veículos

20.000,00

- Deprec. Acum. De Veículos

4.000,00 16.000,00 151.026,52 **160.833,26****PASSIVO****CIRCULANTE****OBRIGAÇÕES****OBRIG.C/ TERCEIROS**

Patronato Agrícola

6.952,53 6.952,53

PATRINONIO**INVESTIMENTO****APLICADO**

Patrimônio Liquido

153.880,73 153.880,73 160.833,26 **160.833,26**

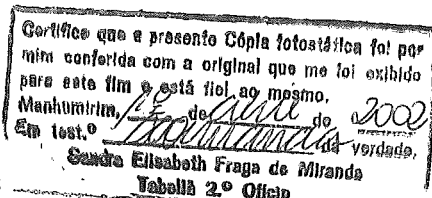
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e Passivo CIENTO E
 SESENTA MIL, OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS

Manhumirim, 31 de Dezembro de 2.001

Ronaldo Lopes Corrêa
 Diretor

Mauro Jorge Fully
 CRC/MG 23.917/0-9

Rua Trajano Lima, 117 Sl 02 - Centro - Manhumirim/MG CEP: 36970-000 Telefax (33) 341-1638 - e-mail: contfully@uol.com.br



CONTABILIDADE FULLY

Contadores:

Mauro Jorge Fully CRC/MG: 23.917/0-9**Leonardo Gama Fully** CRC/MG: 63.778/0-8

Organização de Firmas - Distratos - Contabilidade - Orientação Fiscal - ETC

FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ: 22.697.254/0001-43

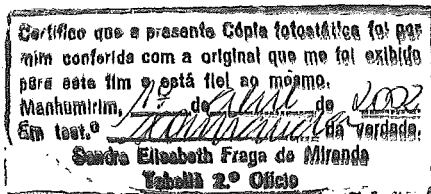
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.000

Réceita Bruta	207.507,43 +
Despesas Operacionais	111.290,05 --
Superávit	96.217,38 =

Manhumirim, 31 de Dezembro de 2.001

Ronaldo Lopes Corrêa
 Diretor

Mauro Jorge Fully
 CRC/MG 23.917/0-9



CONTABILIDADE FULLY

Contadores:

Mauro Jorge Fully

CRC/MG: 23.917/0-9

Leonardo Gama Fully

CRC/MG: 63.778/0-8

Organização de Firmas - Distratos - Contabilidade - Orientação Fiscal - ETC

FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ: 22.697.254/0001-43

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS

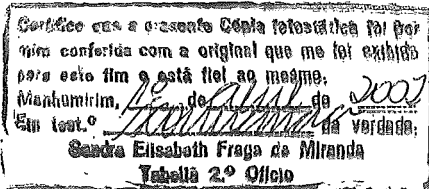
Exercício de 2.000

Receitas Publicidades	74.544,30
Receitas Clube do Ouvinte	12.875,00
Receitas Horários Vendidos	120.088,13
Total Receitas	207.507,43

Manhumirim, 31 de Dezembro de 2.001

Ronaldo Lopes Corrêa
Diretor

Mauro Jorge Fully
CRC/MG 23.917/0-9



CONTABILIDADE FULLY

Contadores:

Mauro Jorge Fully CRC/MG: 23.917/0-9**Leonardo Gama Fully** CRC/MG: 63.778/0-8

Organização de Firms - Distratos - Contabilidade - Orientação Fiscal - ETC

FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ: 22.697.254/0001-43

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Exercício de 2.000

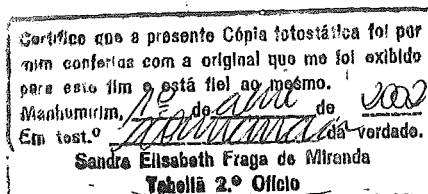
DESPESAS OPERACIONAIS	
Ordenados	45.477,65
Decimo Terceiro Salário	5.468,78
Férias	5.391,33
Contribuição Previdenciária	3.350,54
Contribuição p/ FGTS	3.796,97
Força e Luz	11.855,60
Telefone	8.676,37
Impressos	491,31
Conserv. de Equip. Instalação	646,55
Contribuição Sindical	228,62
Rescisão Contrato de Trabalho	1.488,33
PIS Folha Pagamento	520,73
Imposto ECAD	3.037,67
Imposto ABERT	733,00
Imposto UNDA Brasil	588,92
Imposto FUNDAMIG	660,00
Imposto AMIRT	592,00
Despesas Bancárias	215,50
Serviços de Terceiros	7.419,42
Despesas c/ Transporte	5.181,50
Despesas Postais e Telegráficas	236,26
Imposto ANATEL	1.477,50
Gastos com Funcionários	191,89
Despesas Legais	303,32
Brindes	221,52
Outras Despesas	1096,60
Impostos Municipais	51,00
Multas Moratórias	0,16
FGTSS/ R.C.T.	261,37
Taxas Estaduais	127,69
Conservação Moveis e Utensílios	1.501,95
Total	111.290,05

Manhumirim, 31 de Dezembro de 2.001

Ronaldo Lopes Corrêa
Diretor

Mauro Jorge Fully
CRC/MG 23.917/0-9

Rua Trajano Lima, 117 Sl 02 - Centro - Manhumirim/MG CEP: 36970-000 Telefax (33) 341-1638 - e-mail: contfully@uol.com.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº000912002-11024071

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ:22.697.254/0001-43
NOME:FUNDACAO BOM JESUS
ENDEREÇO:RUA NUNES DA ROSA 70
BAIRRO ou DISTRITO:CENTRO
MUNICÍPIO:MANHUMIRIM
ESTADO:MG
CEP:36970-000

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE, EXCLUSIVAMENTE PELO ACEITANTE, NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.previdenciasocial.gov.br, OU JUNTO A PREVIDENCIA SOCIAL. DEVENDO SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 27 DE FEVEREIRO DE 2002.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibido para este fim e está fiel ao mesmo.
Manhumirim, 27 de abril de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabelião 2.º Ofício

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE REGISTRO E CONTROLE

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 22697254/0001-43
Razão Social: FUNDACAO BOM JESUS
Endereço: PCA PE JULIO MARIA 38 / CENTRO / MANHUMIRIM / MG / 36970-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

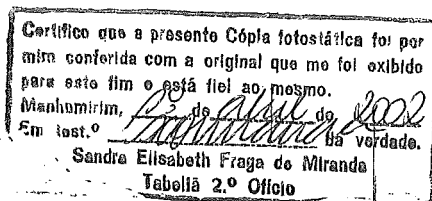
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2002 a 10/04/2002

Certificação Número: 2002031200002613036013

Informação obtida em 12/03/2002, às 13:08.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

000057 54

NÚMERO
E - 5.134.310

CERTIDAO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI NO. 5.172, DE 25/10/66)

CNPJ: 22.697.254/0001-43
FUNDACAO BOM JESUS
RUA NUNES DA ROSA 70 CENTRO
CEP: 36970-000 MANHUMIRIM MG

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI NRO 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
E 1966, (CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDAO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO RE-
FERIDO CODIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
CADO SOMENTE DEBITOS EM RELACAO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
A CONDICAO ABAIXO ESPECIFICADA:

COMPENSACAO DE PAGAMENTO:
OUTROS TRIBUTOS

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 27/06/2002 - EMITIDA EM 27/12/2001

+ ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO +

+ EXPEDIDA GRATUITAMENTE +

CARIMBO / ASSINATURA

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por
mim conferida com a original que me foi exibido
para este fim e está fiel ao mesmo. 2002
Manhumirim, 15 de abril de 2002
Em test.º *[assinatura]* da verdade.
Sandra Elisabeth Fraga de Miranda
Tabellã 2.º Office

MF/SRF/SRRF06/DRF/GVS/MG
Em 27/12/2001
[assinatura]
José Antonio da Costa Neto
AFRF - Matr. SIAPECAD-14591
CHEFE DA ARF MANHUAÇU

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

64
MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

000058

55

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NEGATIVA

CNPJ

22.697.254/0001-43

Nome Completo

FUNDACAO BOM JESUS

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

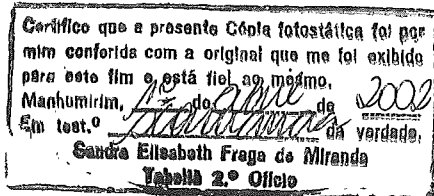
ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE

Emissão às 09:46:32 do dia 21/03/2002 ✓

Código de Controle da Certidão: BE18.A508.5F7F.79F1


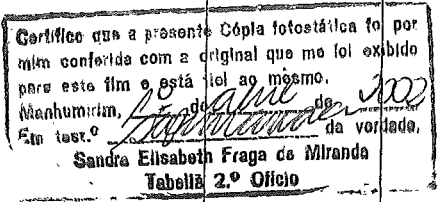

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FLUXO: VIA ÚNICA: REQUERENTE → AF → SRF OU PRF → AF → REQUERENTE
 OBS.: NO PREENCHIMENTO, USAR O MESMO TIPO DE ABBREVIATURAS CONSTANTES DA INSCRIÇÃO ESTADUAL, INSC. PROD. RURAL OU DO C.P.F. QUANDO DO REQUERIMENTO
 - É OBRIGATORIA A APRESENTAÇÃO DA FICHA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL, INSC. PROD. RURAL OU DO C.P.F. QUANDO DO REQUERIMENTO

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS		REQUERIMENTO/CERTIDÃO DE DÉBITO		PROTOCOLO
SRF/PRF:		AF: 6 MAR 2002 00 772		
TAXA EXP. RECOLHIDA PELA GA Nº		DE / / BANCO:		
RAZÃO SOCIAL/NOME		REQUERENTE		
FUNDACÃO BOM JESUS				
RUA-AV-PC	NOME DO LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	Nº DE COMPL.
RUA	NUNES DA ROSAA	70		
MUNICÍPIO		ESTADO	CGC/MF	
MANHUMIRIM		MG	22.697.254/0001-43	
INSCRIÇÃO ESTADUAL		C.P.F.	CONTR.	INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
395.128.590.0001				
FINALIDADE:				
CONTRATO JUNTO A ORGÃO PÚBLICO.				
LOCAL: MANHUMIRIM, 05 DE MARÇO DE 2002				
NOME DO SIGNATÁRIO: PE. RONALDO LOPES CORREA			CARGO: DIRETOR	
ASSINATURA: <i>Ronaldo Lopes Correa</i>			IDENTIDADE: 423471656-15	
CERTIDÃO				
<input checked="" type="checkbox"/> NEGATIVA <input type="checkbox"/> POSITIVA <input type="checkbox"/> POSITIVA COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA (VER RESSALVA)				
CERTIFICAMOS QUE EM NOME DO REQUERENTE <u>NÃO CONSTA</u> , ATÉ A PRESENTE DATA, DÉBITO, CONFORME O ABAIXO INDICADO. <i>GU</i> ✓				
É DE <u>SESENTA E OITENTA (80)</u> DIAS O PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE CERTIDÃO.				
Nº DO PTA	Nº INSC. DIV. ATIVA	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR TOTAL DO CRÉD. TRIB.	FASE DA COBRANÇA
				
RESGUARDA-SE O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL VIR A CONSTITUIR NOVOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE E QUE, ATÉ ESTA DATA, AINDA NÃO FORAM APURADOS OU LANÇADOS.				
RESSALVA: O prazo de validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias, conforme Dec. 40.369/99.				
QUALQUER RASURA, BORRÃO OU EMENDA, ANULA A PRESENTE CERTIDÃO QUE SÓ TEM VALIDADE EM SUA FORMA ORIGINAL.				
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:		AUX. <i>[Signature]</i>		
06/03/2002		ASSINATURA/MANHUMIRIM		
DATA		MASP.		
HOMOLOGO:		AUTORIDADE DE REDUBORA		
06/03/2002		MASP.		
DATA				



Prefeitura Municipal de Manhumirim
Estado de Minas Gerais
 CNPJ: 18.392.530/0001-98

Certidão Negativa de Débitos Municipais

Seção de Arrecadação e Tributação

CND

Rogério Brandão de Souza, Chefe de Divisão de Cont. e Tesouraria, desta Prefeitura Municipal de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas funções e na forma da lei, etc...

CERTIFICA, a requerimento de parte interessada, que verificando os

livros e demais papéis dos arquivos desta Prefeitura, deles constatou que **FUNDACAO BOM JESUS**, empresa estabelecida à Rua Nunes da Rosa nº 70, Bairro Centro, nesta cidade de Manhumirim (MG), inscrito no CNPJ sob o nº 22.697.254/0001-43, inscrita nesta Prefeitura no ISSQN/TLL sob 1291-2, encontra-se quita com a Fazenda Pública Municipal até a presente data, ressalvando ao Município, o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser apurada.

Sendo só o que foi requerido, é o que consta e nos cumpre certificar.

Certidão válida por 90 (noventa) dias.

Município de Manhumirim (MG), 05 de Fevereiro de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM

Rogério Brandão de Souza
 Rogério BRANDÃO DE SOUZA
 Chefe Div. Cont. Tesouraria

Rogério Brandão de Souza
 Chefe da Div. Cont. e Tesouraria

Certifico que a presente cópia fotostática foi por mim conferida com a original que me foi exibida para este fim e está fiel ao mesmo.
 Manhumirim, de 05 de fev de 2002
 Em test.º Sandra Elisabeth Fraga de Miranda da verdade,
 Tabela 2.º Ofício

**CERTIDÃO**

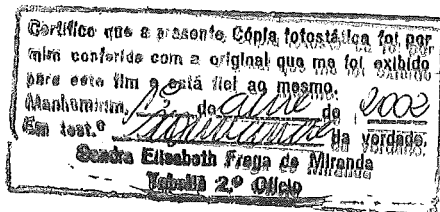
ELAINE MÁRCIA TUELHER,
DISTRIBUIDORA JUDICIAL DA COMARCA
DE MANHUMIRIM, ESTADO DE MINAS
GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros do Cartório de Distribuição de Feitos desta Comarca de Manhumirim-MG neles nenhuma Distribuição consta que FUNDAÇÃO BOM JESUS, CGC nº 22.697.254/0001-43, com endereço à r. Nunes da Rosa, nº 70, Manhumirim - MG, seja(m) requerido(a) (s), assistente (s) ou opoente (s), não constando inclusive, nenhum pedido contra o (a) (s) mesmo (a) (s) de Tutela, Curatela, Interdição, Falência, Concordata, Execução Fiscal, ou de qualquer tipo, no período retrospectivo de 5 (cinco) anos.

O referido é verdade, do que dá fé.

Manhumirim, 21 de março de 2.002.

Elaine Marcia Tuelher
Elaine Marcia Tuelher
Contadora Tesoureira Judicial II
Matrícula PJPI 3215-1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. COM O DIÁRIO

Ivanilde Vieira Coelho
 TABELA
 3.º OFÍCIO - NOTAS
 MANHUMIRIM - MG

Cópia autêntica da cópia fotostática foi por
 esta entidade com a original que me foi exibido
 para este fim e está fiel ao mesmo.
 Manhumirim, 07 de Novembro de 2001
 Em Testemunha da Verdade,
 IVANILDE VIEIRA COELHO

Certifico que a presente Cópia fotostática foi por
 mim conferida com a original que me foi exibido
 para este fim e está fiel ao mesmo.
 Manhumirim, 07 de Novembro de 2001
 Em Testemunha da Verdade,
 Sandra Elisabeth Fraga de Miranda

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.697.254/0001-43	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 23/11/1988
		VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2002	
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO BOM JESUS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME D'A FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91-99-5-00 - Outras atividades associativas ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 301-8 - FUNDAÇÃO MANTIDA COM RECURSOS PRIVADOS			
LOGRADOURO RUA NUNES DA ROSA		NÚMERO 70	COMPLEMENTO
CEP 36970-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MANHUMIRIM	UF MG
CAIXA-POSTAL/FAX/CORREIO-ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 423.471.656-15		SITUAÇÃO ESPECIAL	
APROVADO PELA LH/SRP Nº 54/88		VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	


000062 59

Certifico que a presente Cópia fotostática foi para este fim e está fiel ao mesmo.

Em test. e

Santa Elisabeth Freaga de Miranda

Tabella 2º Ofício

 GOVERNO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		CARTÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL	
CADASTRO DE CONTRIBUINTE		Nº 395.128570.00-01	
NOME COMERCIAL FUNDACAO BOM JESUS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO			
CNPJ 22697254/0001-43	CAE 34.11009	NAT. JUR. 11	REG. RECOL. 01
		CAT. EST. 01	

MOD. 06.01.37

ENDEREÇO TIPO/TÍTULO/NOME/NÚMERO RUA NUNES DA ROSA 70			
COMPL. 1		COMPL. 2	
COMPL. 3			
BAIRRO CENTRO		DISTRITO	
MUNICÍPIO MANHUMIRIM		CEP 36970-000	UF MG
DATA DE INSCRIÇÃO 13.06.2001		DATA DE EMISSÃO 13.06.2001	

MOD. 06.01.37 (VERSO)

09 00000



Serviço Público Federal
Delegacia do MC no Estado de Minas Gerais
Concorrência Nº102/2001-SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

Folha: 01

Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

DATA: Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas.

LOCALIDADES: CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR	ASSINATURA	RUBRICA	RG Nº / UF	SÓCIO/ACIONISTA / PROCURADOR
INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA	JEDIER CABRAL BATISTA			M.4.156.853	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
Radio Real Omega LTDA	MOACYR DE ALMEIDA FERREIRA			M.3702043	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
SERVIÇOS E TRANSMISSÃO DE CÉLESTES LTDA	RAILSON DIAS DOS SANTOS			OPDMG 47.362	Sócio/Acionista () Procurador (X)
RADIO 1010 LTDA	MARIVALDO CORDEIRO VIANA			RG.22934725-3 SSP/SP	Sócio/Acionista () Procurador (X)
RADIO 54A LTDA	MARIVALDO CORDEIRO VIANA			RG.22934725-3 SSP/SP	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Fundação Bone Jervis	Ronaldo Lopes Lima			M-2-402-936 S.SP. MG	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

64

CONTINUAÇÃO DA LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES
EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº102/01-SSR/MC

Folha: 02

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR	ASSINATURA	RUBRICA	RG Nº / UF	SÓCIO/ACIONISTA / PROCURADOR
SISTEMA MILLENIUM DE RADIO DIFUSÃO LTDA	MARIA TEODORA TAVARES			0AB/MG 74.886	Sócio/Acionista () Procurador (X)
MAB COM-UNICAÇÕES LTDA	CLOVIS VALENTIM CONDE			09402983-2	Sócio/Acionista () Procurador (X)
GUARACARA COMUNICACOES LTDA	MARIA CRISTINA RODRIGUES			M735500 SSP-MG	Sócio/Acionista () Procurador (X)
FM TELECOM LTDA	RANOLFO DA SILVA SANTOS			13.198-CR-BA	Sócio/Acionista () Procurador (X)
PARTER NOSTER	Paulo Charles Faraco Maciel			M4099282	Sócio/Acionista () Procurador (X)
TROPICAL Comunicações Ltda	Aurelio Alves de CASIRO			M-1788.799/SSP/MG	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	RONALDO CARDOSO COELHO			06486252-7	Sócio/Acionista () Procurador (X)
SOC. RADIO MONTANHEIRA LTDA	JOÃO BOSCO TORES			M.832450	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
*DEO VOLENTE	Paulo Charles Faraco Maciel			M4052202	Sócio/Acionista () Procurador (X)
RADIO FREQUENCIA DIVINENSE	Pedro Ferreira de Souza			M-5869848	Sócio/Acionista () Procurador (X)



FOLIA: 04

Handwritten signatures and stamps on the document. The stamps include "GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", "SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA", "DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL", and "CONF. DE REGISTRO CIVIL".

NÃO HOUVE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA "DEC-VOLUME". LEMBAMOS QUE O OBJETIVO, DA COMISSÃO QUE PRESIDE A MESA LICITATORIA É DEFENDER O GOVERNO COM OBJETIVO DE PROPORCIONAR O MAIOR Nº DE PARTICIPANTES POSSÍVEL AO PROCESSO, E ESSE FOI NEGADO A EMPRESA QUE ATENDE SEU SÓCIO, E REPRESENTANTE AU SÊTE DA SALA POR ALGUNS MINUTOS, E QUANDO VOLTOU FOI TRANSFERIDO PARA LOCAL DE PÚBLICO SEM PODER DE PARTICIPAR.

VENHO ATRAVEZ DESTA PEDIR O cancelamento do edital de concorrência de nº 102/2001 - SSR/MC, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, POR MOTIVO DE TUMULTO NA ENTREGA DOS ENVELOPES, EM CLIMA MUITO TUMULTUOSO E IRREGULAR, ESSE RECURSO SERÁ SOLICITADO EM PROCESSOS FUTUROS NOVAMENTE.

MUITO GRATO,

João Carlos de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCORRÊNCIA Nº102/2001-SSR/MC
TERMO DE INCLUSÃO EM ATA

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DATA: Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas.

LOCALIDADES: CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

FOLHA:

Razão Social da Proponente	CGC Nº	Nome do representante legal ou procurador	CPF Nº	RG nº / UF	Assinatura	
SERVIÇOS E TRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV CELOS TE LTDA	04.285.751/0001-52	RAILTON DIAS DOS SANTOS	292133636-72	0ABM G VZ-362	<i>[Handwritten signature]</i>	Sócio/Acionista () Procurador (X)
<p>PROPOE CONSTAR EM ATA: QUE A PROPONENTE PATEN INDUSTRIA LTDA, CONCORRENTE A CIDADE DE GRÃO MOGOL, TEVE ACESSO À SALA DE COLETA DE DOCUMENTOS, APÓS O HORÁRIO DETERMINADO PELO EDITAL, E CONFIRMADO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO, SUZETA, APÓS AS 09:00 HORAS. APÓS JÁ INICIADA A COLETA DE ENVELOPES E DOCUMENTOS, UMA PESSOA NÃO IDENTIFICADA ENTROU NA SALA, APROXIMOU-SE DO PROCURADOR DA REFERIDA PROPONENTE, E LHE ENTREGOU NOVOS DOCUMENTOS, QUE FORAM COLOCADOS EM SEUS ENVELOPES. OS ENVELOPES DA PROPONENTE FORAM ENTREGUES EM DESACORDO COM O EDITAL, ITENS 8.3 E 8.3.2, POIS FORAM APRESENTADOS TÃO ENVELOPES COM A PROPOSTA PRÉLITO, E NENHUMA DE TÉCNICA E HABILITAÇÃO.</p>						
OBSERVAÇÕES: 1. Preencher com letra de forma legível 2. Assinatura idêntica à Lista de Presença						

[Handwritten signatures and initials on the left side of the form]

[Handwritten signatures and initials on the right side of the form]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCORRÊNCIA Nº102/2001-SSR/MC
TERMO DE INCLUSÃO EM ATA

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DATA: Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas.

LOCALIDADES: CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

FOLHA:

Razão Social da Proponente	CGC Nº	Nome do representante legal ou procurador	CPF Nº	RG nº / UF	Assinatura	
GUARACIABA - COMUNICAÇÕES LTDA	04.958.730/ 0001-50	MARIA CRISTINA RODRIGUES	272.358.906-49	M 735-50 SSP-MG	<i>Maria Cristina Rodrigues</i>	Sócio/Acionista () Procurador (X)
<p>PROPÕE CONSTAR EM ATA:</p> <p>A EMPRESA PATER NOSTER LTDA, INCLUIU DOCUMENTOS EM SEU ENVELOPE, NO MOMENTO QUE JÁ HAVIA INICIADO A SEÇÃO, ISTO NA VISTA DOS CONCORRENTES DO EDITAL 102/2002. E SEUS ENVELOPES FORAM IDENTIFICADOS APÓS O RECEBIMENTO PELA COMISSÃO DE TODOS OS ENVELOPES CONCORRENTES, ISTO CONTRARIA O ITEM 8.3 DO EDITAL.</p>						
<p>OBSERVAÇÕES: 1. Preencher com letra de forma legível 2. Assinatura idêntica à Lista de Presença</p> <p><i>Maria Cristina Rodrigues</i></p>						



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCORRÊNCIA Nº102/2001-SSR/MC
TERMO DE INCLUSÃO EM ATA

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DATA: Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas.

LOCALIDADES: CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

FOLHA:

Razão Social da Proponente	CGC Nº	Nome do representante legal ou procurador	CPF Nº	RG nº / UF	Assinatura	
RADIOS 1010 LTDA	04502633 /0001-53	MARIVANO CORDEIRO VIANNA	13315703876	22934725-3		Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>
PROPÔE CONSTAR EM ATA: 04/04/2002						
PESSO constar em ata que, depois PARTER NOSTER ENTREGOU O EMUGLOPE DEPOIS DO HORARIO. E SEM IDENTIFICAÇÃO.						
OBSERVAÇÕES: 1. Preencher com letra de forma legível 2. Assinatura idêntica à Lista de Presença						



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCORRÊNCIA Nº102/2001-SSR/MC
TERMO DE INCLUSÃO EM ATA

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DATA: Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas.

LOCALIDADES: CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPE, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

FOLHA:

Razão Social da Proponente	CGC Nº	Nome do representante legal ou procurador	CPF Nº	RG nº / UF	Assinatura	Sócio/Acionista () Procurador (X)
F.M. TELE- COM LDA	03.955.609 0001-02	RANDOLFO DA SILVA SANTOS		13.138 ere-ba		<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
PROPÕE CONSTAR EM ATA:						
INABILITAR A CONCORRENTE PATER NOSTER LDA, POR DEIXAR DE CUMPRIR O EDITAL DA LICITAÇÃO, APRESENTANDO ENVELOPE DE PREÇO E DETERMINADOS LOCAIS SEM APRESENTAR O ENVELOPE DE PROPOSTA TÉCNICA, E APRESENTAR O ENVELOPE DE PROPOSTA TÉCNICA SEM APRESENTAR O ENVELOPE DE PREÇO, E DEIXAR DE APRESENTAR O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DO PROCURADOR.						
OBSERVAÇÕES: 1. Preencher com letra de forma legível 2. Assinatura idêntica à Lista de Presença						



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Delegacia do MC do Estado de Minas Gerais
Comissão de Assessoramento Técnico

CONCORRÊNCIA Nº102/2001-SSR/MC

Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS PARA AS LOCALIDADES DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPE, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG.

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de 2002, às 9:00 horas, na sala nº19 da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais, situada à Rua dos Timbiras, 1778, Centro - Belo Horizonte/MG, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do MC no Estado de Minas Gerais, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº6, de 02 de agosto de 2000, publicada no DOU (Seção 2) de 04 agosto de 2000 e suas alterações, Portaria nº01 de 16 de março de 2001, Portaria 03, de 20/03/02, publicada no D.O.U. de 26/03/02, com a participação de seu Presidente - Substituto Wilder Paula de Almeida e de seus membros César Coelho Guimarães e Denise Cruz Saad. Deu-se início à Reunião para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços dos interessados nesta Licitação, que objetiva a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPE, GUARACIABA, URUCÂNIA/MG, na conformidade do item nove do Edital (Abertura e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na seguinte seqüência: (1) Assinatura da Lista de Presença dos Representantes Legais das Licitantes ou dos seus Procuradores Legalmente Constituídos, bem como da Lista de Frequência do Público, que serão anexadas à presente Ata. A Lista de Presença foi recolhida às 09:00 horas e entregue ao Senhor Presidente dessa Comissão. (2) Recebimento dos Protocolos de Comparecimento à Licitação. (3) Entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações em Minas Gerais, pelos Representantes das Proponentes, que se apresentaram na seguinte ordem: (CONCEIÇÃO DO RIO VERDE) RÁDIO 541 LTDA CNPJ:

04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, RÁDIO REAL ÔMEGA FM LTDA CNPJ: 04.252.927/0001-82, FM TELECOM LTDA CNPJ: 03.955.609/0001-02, (ESPERA FELIZ) MAB COMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 04.402.817/0001-47, INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA CNPJ: 04.739.057/0001-68, RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA CNPJ: 03.875.238/0001-59, TROPICAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 04.946.616/0001-00, FUNDAÇÃO BOM JESUS CNPJ: 22.697.254/0001-43, SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ: 01.674.349/0001-79, RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, (FERVEDOURO) FUNDAÇÃO BOM JESUS CNPJ: 22.697.254/0001-43, MAB COMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 04.402.817/0001-47, RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ: 01.674.349/0001-79, (GRÃO MOGOL) RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTES LTDA CNPJ: 04.285.751/0001-52, (GUAPÉ) RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA CNPJ: 04.940.960/0001-92, (GUARACIABA) RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59, SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA CNPJ: 25.946.978/0001-50, GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 04.958.730/0001-50, (URUCÂNIA) RÁDIO 541 LTDA CNPJ: 04.465.169/0001-78, RÁDIO 1010 LTDA CNPJ: 04.502.633/0001-59. (4) Os representantes legais das Empresas SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA, representada pela Sra. MARIA TEODORA TAVARES, OAB/MG 74886, FUNDAÇÃO BOM JESUS, representada pelo Sr. RONALDO LOPES CORREA, C.I.: M-2.492.936 SSP/MG e SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA, representada pelo Sr. RAILSON DIAS DOS SANTOS, OAB/MG 47362 foram eleitos por todos os Proponentes presentes à reunião para compor e representar a Comissão de Proponentes, com a finalidade de rubricar os invólucros contendo a Documentação de Habilitação, das Propostas Técnicas e das de Preço pela Outorga, assim como dos documentos contidos nos invólucros de Habilitação de todos os Proponentes. (5) O Presidente faz contar em Ata que, no momento da abertura da sessão, ficou definido que a entrega dos invólucros contendo os documentos de "Habilitação", "Técnica" e "Preço pela Outorga" seria feita obedecendo à ordem de publicação das Localidades no Diário Oficial da União. Assim sendo, os Representantes Legais das Proponentes presentes entregaram os invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico que, por sua vez, procedeu a devida conformidade documental referente a todas as Localidades constantes do Edital. Durante a entrega dos invólucros, ao chamar os Proponentes da Localidade de Grão Mogol, verificou-se que o Representante da Empresa PATER NOSTER LTDA não havia "lacrado" os seus envelopes, permanecendo com os mesmos, na mesa, ao lado da Comissão de Assessoramento Técnico até colar todos os seus envelopes. Após o término da colagem dos invólucros pelo Representante da Empresa PATER NOSTER LTDA, os mesmos foram entregues à Comissão que procedeu a devida conformidade. A Comissão salienta que não foi inserido qualquer documento nos invólucros no momento da colagem. Foi constatado pela Comissão de Assessoramento Técnico e informado a todos os Representantes das Proponentes presentes que a Empresa PATER NOSTER LTDA apresentou 02 (dois) Envelopes contendo "Proposta Técnica" para a Localidade de GUAPÉ, 03 (três) envelopes contendo "Proposta de Preço pela Outorga" para a Localidade de GRÃO MOGOL, 01 (um) envelope contendo "Proposta de Preço" para a Localidade de CONCEIÇÃO DO RIO VERDE constando

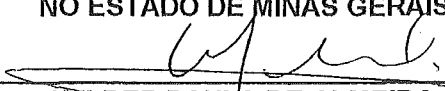
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
DE PROPOSTAS DE PREÇO
E TÉCNICAS

apenas o nome da Empresa, a Localidade e o termo "Preço". O envelope contendo a documentação de "Habilitação" na sua identificação feita à caneta, consta somente o nome da Empresa e o termo "Habilitação". Nos documentos de protocolo, entregues juntamente com os invólucros, não constam no "Cartão de Identificação" o número do CNPJ da Empresa, no "Termo de Autuação de Processo" o número do CNPJ e o endereço da Empresa e no formulário "Dados do Proponente" foram assinaladas apenas as Localidades de GRÃO MOGOL e GUAPÉ a serem concorridas pela referida Empresa. Ainda, na "Lista de Presença das Proponentes" o Sr. Paulo Charlenes Faraco Maciel se identificou como Procurador das Empresas PATER NOSTER LTDA e DEO VOLENTE não apresentando Procuração juntamente com os invólucros da Empresa PATER NOSTER LTDA, estando assim em desconformidade com o item 8.2.1, letra "B" do Edital 102/01-SSR/MC. A Comissão de Assessoramento Técnico registra, ainda, que apesar de estar registrado na "Lista de Presença das Proponentes" a participação da Empresa DEO VOLENTE não foram entregues nenhum invólucro ou documento da mesma à esta Comissão. Diante do ocorrido, a Comissão de Assessoramento Técnico informou a todos os Proponentes que estaria lacrando em saco plástico separadamente, todos os invólucros e documentos recebidos da Empresa PATER NOSTER LTDA que foram rubricados pela Comissão de Assessoramento Técnico e por todos os Representantes Legais das Proponentes presentes, sob o lacre nº 5952775. (6) Foram rubricados os invólucros contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preço por todos os membros da Comissão e pela Comissão dos Representantes Legais eleitos à reunião que apresentaram propostas para as referidas localidades de execução do serviço. (7) As Propostas Técnicas e de Preço pela Outorga, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados por cidades: (CONCEIÇÃO DO RIO VERDE) Proposta Técnica lacre nº 9605019, Proposta de Preço lacre nº 4407664, (ESPERA FELIZ) Proposta Técnica lacre nº 4680664, Proposta de Preço lacre nº 1587331, (FERVEDOURO) Proposta Técnica lacre nº 6647886, Proposta de Preço lacre nº 9742119, (GRÃO MOGOL) Proposta Técnica lacre nº 9684119, Proposta de Preço lacre nº 2153442, (GUAPÉ) Proposta Técnica lacre nº 4922564, Proposta de Preço lacre nº 8383008, (GUARACIABA) Proposta Técnica lacre nº 1494331, Proposta de Preço lacre nº 6248886, (URUCÂNIA) Proposta Técnica lacre nº 9502119, Proposta de Preço lacre nº 1281331. Os mesmos serão mantidos sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico desta Delegacia do MC em Minas Gerais. (8) Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão de Assessoramento Técnico do MC em Minas Gerais comunicou aos presentes que começaria a abrir os invólucros contendo a Documentação de Habilitação. (9) Rubrica da Documentação por todos os Membros da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do MC em Minas Gerais e pelos Representantes Legais das Proponentes ou seus Procuradores Legalmente Constituídos presentes à reunião, que apresentaram propostas para a localidade que pretendem a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. (10) Os Representantes Legais das Empresas PATER NOSTER, Sr. Paulo Charlenes Faraco Maciel, SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTES LTDA, Senhor Railson Dias dos Santos, GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA, Sra. Maria Cristina Rodrigues, RÁDIO 1010 LTDA, Senhor Marivaldo Cordeiro Viana, FM TELECOM LTDA, Senhor Randolfo da Silva e SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA, Sra. Maria Teodora Tavares entregaram à Comissão de Assessoramento Técnico "Termo de Inclusão de Ata" que vão anexos a esta. (11) E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 15:00 horas do dia 01 de abril de 2002, tendo sido lavrada a presente Ata, que,

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos Representantes Legais das Proponentes ou seus Procuradores Legalmente Constituídos presentes à reunião.

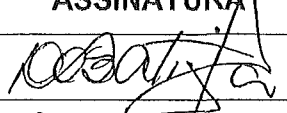

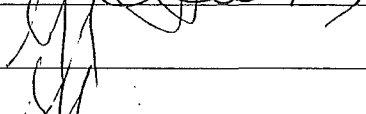
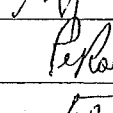
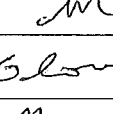
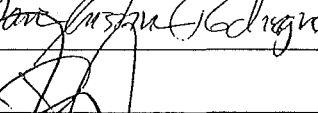
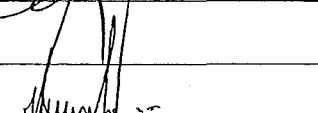
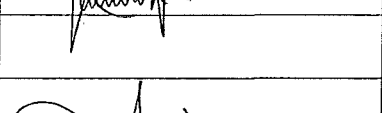
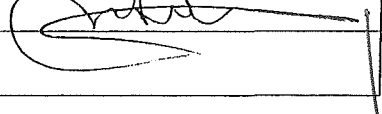




COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO
NO ESTADO DE MINAS GERAIS


WILDER PAULA DE ALMEIDA
PRESIDENTE-SUBSTITUTO


CÉSAR COELHO GUIMARÃES-MEMBRO


DENISE CRUZ SAAD-MEMBRO

PROONENTES:

EMPRESA	REPRESENTANTE	ASSINATURA
INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA	DEDIER CABRAL BATISTA	
RÁDIO REAL ÔMEGA LTDA	MOACYR DE ALCINO FERREIRA	
SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA	RAÍLSON DIAS DOS SANTOS	
RÁDIO 1010 LTDA	MARIVALDO CORDEIRO VIANA	
RÁDIO 541 LTDA	MARIVALDO CORDEIRO VIANA	
FUNDAÇÃO BOM JESUS	RONALDO LOPES CORREA	
SISTEMA MILLENIO DE RÁDIODIFUSÃO LTDA	MARIA TEODORA TAVARES	
MAB COMUNICAÇÕES LTDA	CLÓVIS VALENTIM CONDE	
GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA	MARIA CRISTINA RODRIGUES	
FM TELECOM LTDA	RANDOLFO DA SILVA SANTOS	
PATER NOSTER	PAULO CHARLENE FARACO MACIEL	
TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA	AURÉLIO ALVES DE CASTRO	
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÕES LTDA	RONALDO CARDOSO COELHO	
SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA	JOÃO BOSCO TORRES	
RÁDIO FREQUENCIA DIVINENSE	PEDRO FERREIRA DE SOUZA	

16 08 10 11

77

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 76 .

Nº desta folha : 77 .

Nºs das demais folhas juntadas : 78 a 80 .

Brasília, 02 de setembro de 2002.


Rafael Barreto
Secretário Substituto

C:\Ancelmo\Meus documentos\Termo de juntada.doc

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL





Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação

78
01/04

RESULTADO Nº 6598/2002

ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº: 102/2001 - SSR/MC

Licitante: FUNDAÇÃO BOM JESUS

Nº do Processo Específico da Licitante: 53710.000239/02

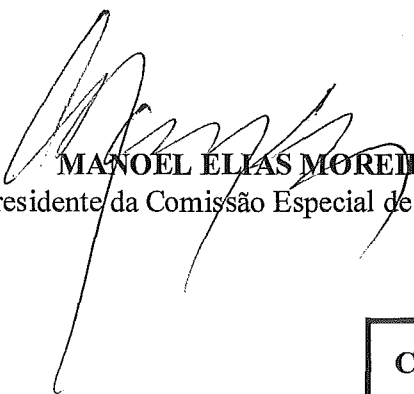
Resultado:

HABILITADA

UF	Localidade
MG	Espera Feliz
MG	Fervedouro

Serviço	Grupo de Enquadramento
FM	A
FM	A

Brasília, 23 de julho de 2002.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO - DOU

VER ANEXO ATA DE HABILITAÇÃO

RECEBIDO PÚBLICO ALVARO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SA

79
Ola

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO


Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de agosto de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de habilitação. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão. O Anexo I é parte integrante da presente ata.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular

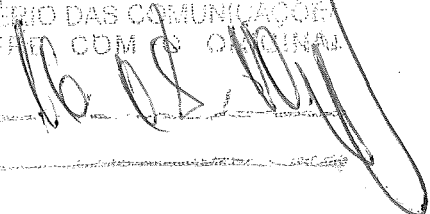

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSE ANCELMO NOGUEIRA
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VALADAES
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

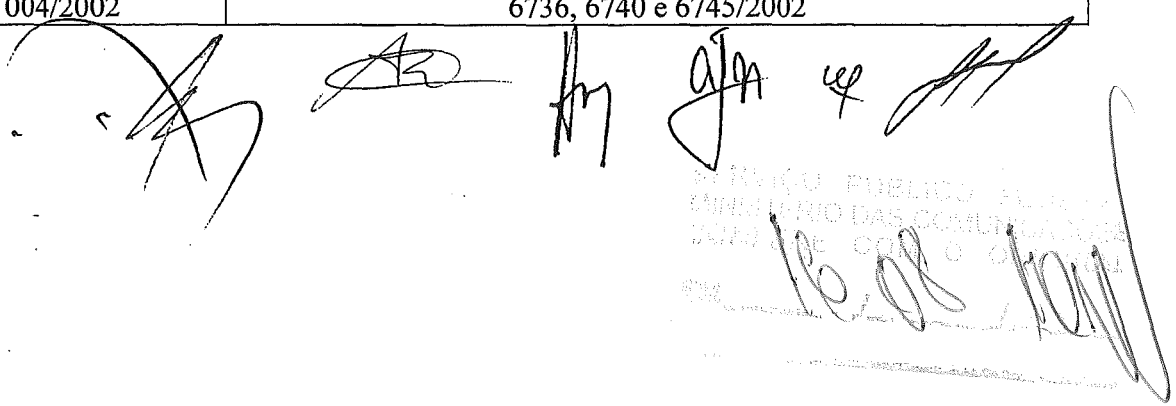


80
Dep


ANEXO I

ATA DE REUNIÃO DE 22 DE AGOSTO 2002.

CONCORRÊNCIA(S) N.º(S)	RESULTADO(S) N.º(S)
101/2001	6481, 6484, 6487, 6492, 6497, 6502, 6507, 6512, 6517, 6522, 6527 e 6532/2002
102/2001	6588, 6593, 6598, 6601, 6606, 6610, 6625, 6630, 6635, 6640, 6644 e 6648/2002
103/2001	6661, 6665, 6669, 6674, 6679, 6684, 6689, 6694, 6699 e 6703/2002
104/2001	6785, 6790, 6795, 6800, 6805, 6815, 6818, 6822, 6826, 6830, 6833, 6836, 6839, 6845, 6848, 6855, 6856, 6857, 6859, 6862, 6865, 6868 e 6872/2002
105/2001	6894, 6898, 6902, 6906, 6910, 6914, 6918, 6922, 6925, 6929, 6933, 6937, 6941, 6945, 6949 e 6953/2002
106/2001	6992, 6997, 7002, 7007, 7016, 7012, 7020, 7024, 7028, 7031, 7034, 7037, 7040, 7043, 7046, 7049, 7051, 7053, 7055, 7057, 7059, 7061 e 7063/2002
107/2001	7069, 7071, 7073, 7075, 7077, 7079, 7081, 7083, 7086, 7089, 7092, 7095, 7098, 7101, 7103, 7105 a 7114, 7116, 7118, 7120, 7122, 7124, 7127, 7130, 7133, 7136, 7139, 7142, 7145, 7148, 7151, 7154, 7157, 7160, 7163, 7166 e 7168/2002
108/2001	7174, 7176, 7178, 7180, 7182, 7185, 7188, 7190 7192, 7194 7196, 7198, 7200, 7202, 7204, 7206, 7208, 7210 7212, 7214, 7216, 7218, 7220, 7222, 7224, 7226, 7228, 7230, 7232 e 7234/2002
109/2001	7236 a 7243, 7245, 7247, 7249, 7251, 7253, 7255, 7257, 7259, 7261, 7263, 7265, 7267, 7269, 7271 e 7273/2002
149/2001	7003 a 7311, 7313, 7316, 7317, 7319 e 7321/2002
001/2002	6749, 6753, 6757, 6762, 6767 e 6772/2002
004/2002	6736, 6740 e 6745/2002

 Several handwritten signatures are present below the table. To the right, there is a circular official stamp from the 'SERVIÇO PÚBLICO ALAGOANO' (Public Service of Alagoas), specifically from the 'DEPARTAMENTO DAS COMUNICAÇÕES' (Department of Communications), dated '20/08/2002'.

Comissão Especial de Licitação
PUBLICAÇÃO – DOU
Data: 27/08/2002 – Seção 3


Secretário CEL/SSR/MC
Substituto

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53 730.000.239/02 documentação
a seguir Uma folhas,
que assim numerai:
Data: 18 / 06 / 2008
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO
METROPOLITANAAVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000088 - GERAD/DR/SPM

Objeto: Prestação de serviços de manutenção predial corretiva programada e emergencial, em imóveis ocupados pela Contratante nas Regiões Operacionais das faixas de CEP 01 e 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, conforme especificações técnicas e demais condições do Edital e seus anexos. As vistorias poderão ser realizadas até o dia 27/06/2008. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 187428). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 01/07/2008. Abertura das Propostas: 02/07/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 10:00 horas do dia 02/07/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correiios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000088".

CARMEN SILVIA PACHECO POLIDORO
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000075 GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de combustível para atender a frota alocada nas unidades operacionais da região de São Bernardo do Campo/SP. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 187410). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 26/06/2008. Abertura das Propostas: 27/06/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 09:00 horas do dia 27/06/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correiios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000075".

EDUARDO NELSON DE ARAÚJO ABREU
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 187, incisos XXIX e XL, do Regulamento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 24 subsequente, resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentar os documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades listadas implicará o arquivamento do Processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

Em 9 de junho de 2008.
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
PA	CAMETA	53000046990-05	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA E ARTESANAL DE CARAPÁO - ACEAC	1597 DE 17/03/2008	DE NAO PROCURADO
PE	CORRENTES	53000001455-03	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO ESTIVAS	1627 DE 17/03/2008	DE NAO PROCURADO
RS	SEBERI	53000003235-06	ASSOCIAÇÃO LIBERDADE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	2748 DE 18/04/2008	DE DESCONHECIMENTO
SC	MORRO DA FUMAÇA	53000046844-07	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GRITO DA LIBERDADE DA LINHA TORRES	1606 DE 24/03/2008	DE NAO PROCURADO
SP	TEODORO SAMPAIO	53000039538-07	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO	2325 DE 04/04/2008	DE NAO PROCURADO
SP	TEODORO SAMPAIO	53000039537-07	ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DO ASSENTAMENTO FUSQUINHA	2485 DE 09/04/2008	DE NAO PROCURADO

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
CE	HORIZONTE	53000057043-06	INSTITUTO UNI-VOS	1724 DE 19/03/2008	NAO PROCURADO
DF	BRASILIA (GUARÁ)	53000054793-06	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DO GUARÁ	2263 DE 02/04/2008	DESCONHECIDO
MA	ARAME	53000053304-06	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL DE ARAME-ACPA-EM	0428 DE 31/01/2008	AR EXTRAVIADO
MG	SACRAMENTO	53710001038-99	LIGA SACRAMENTANA DE DESPORTO	5803 DE 14/09/2006	MUDOU-SE
PR	SÃO TOMÉ	53740000870-99	ASSOCIAÇÃO CLUBE ATLÉTICO SÃO TOMÉ	4374 DE 21/08/2006	MUDOU-SE
RJ	PARATY	53000044529-03	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE COMUNICAÇÃO	1946 DE 26/03/2008	AUSENTE
SP	SÃO PAULO	53000014586-07	ASSOCIAÇÃO DOS ALUNOS DE CURSO LIVRE DO BAIRRO DE INDIANÓPOLIS	2749 DE 23/05/2007	NAO EXISTE O Nº INDICADO
SP	SÃO PAULO	53830000212-00	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA INDEPENDENTE	2794 DE 28/05/2007	NAO PROCURADO
SP	SÃO PAULO	53830002743-98	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO SACOMA	3030 DE 11/06/2007	DESCONHECIDO
SP	SÃO PAULO	53830002662-98	PX CLUB PAULISTA	2962 DE 06/06/2007	DESCONHECIDO
SP	SÃO PAULO	53830002550-98	ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA SUPER FM	2952 DE 06/06/2007	MUDOU-SE
SP	SÃO PAULO	53000016000-07	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM MANACÁS	3924 DE 20/07/2007	AR EXTRAVIADO
SP	SÃO PAULO	53000010764-05	ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL	2641 DE 18/05/2007	MUDOU-SE
SP	SÃO PAULO	53830000210-00	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VILA NATAL	2303 DE 20/03/2008	AR EXTRAVIADO
SP	SÃO PAULO	53000019375-03	ASSOCIAÇÃO DE NOVOS CANTORES DO BRASIL	1842 DE 11/03/2008	MUDOU-SE

e.com.br (ID desta licitação 187492). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 26/06/2008. Abertura das Propostas: 27/06/2008 às 10:00 horas. Início da Disputa de Lances às 11:00 horas do dia 27/06/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correiios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000079".

HÉLIO BUN
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000081 GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de combustível para atender a frota alocada nas unidades operacionais CDD's Mogi das Cruzes e Brás Cubas ECT/DR/SPM. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 187548). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 26/06/2008. Abertura das Propostas: 27/06/2008 às 10:30 horas. Início da Disputa de Lances às 14:00 horas do dia 27/06/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correiios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000081".

PATRICIA RODRIGUES BIANGAMAN
PregoeiraRESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8000002 (ENG) - GERAD/DR/SPM

Objeto: obra de reforma de imóvel localizado na Estrada da Colônia, 602/606 - Jd. Parelhinhos - São Paulo/SP, para instalação da Agência de Correios Comercial 1 - Parelhinhos (ACC1 Parelhinhos). Empresa classificada: Construdher Construções Ltda. Valor da Proposta: R\$ 173.729,66.

HÉLIO BUN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo o(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-57, sobretudo o rompimento prematuro de luvas de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço.

Data da Reunião	Horário	Concorrência	Localidade(s)	UF
24/06/2008	15h00	Nº SSR/MC 102/2001	Conceição do Rio Verde, Espera Feliz, Fervedouro, Grão Mogol, Guapé, Guaraciaba e Urucânia.	MG

Brasília - DF, 13 de junho de 2008.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

COMUNICADO

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 187, inciso XL do Regulamento Interno do Ministério das Comunicações e ainda o subitem 9.3, alínea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente, resolve, pelo presente Edital COMUNICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, do arquivamento de seus processos, de acordo com o subitem 9.7 da supracitada Norma Complementar, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, apresentar solicitação visando a revisão da decisão de arquivamento. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

Em 9 de junho de 2008.
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53710-000-239/09 documentação
a seguir indicada de 11 (onze) folhas,
que assim numerarei: 82-a 85
Data: 24 10 2008
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Razão Social da Proponente : FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ/MF: 22 697 254/0001-43

DATA 01/04/2002

Edital da Concorrência Nº 102/2001 SSR/MC Localidade: Espera Feliz

UF : MG

1- Tempo total diário de funcionamento da emissora (A) : 1440 (minutos)

2- Programas jornalísticos, educativos e informativos

Programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

3- Serviço noticioso

Serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

4- Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%

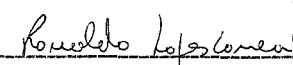
5- Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto de outorga.

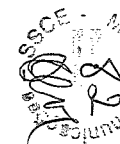
Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto de outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%

6- Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses
	9

Manhumirim, 01 abril de 2002


Ronaldo Lopes Correa
Diretor - Presidente da Fundação Bom Jesus



CE-M. das Comunicações
83
Q11

160201

PD

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº 102/2001 – SSR/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: ESPERA FELIZ
Serviço/UF: MINAS GERAIS

Razão Social da Proponente:: FUNDAÇÃO BOM JESUS

Conteúdo:

Conjunto n.º 2:
Proposta Técnica

[Handwritten signature]

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Razão Social da Proponente : FUNDAÇÃO BOM JESUS

CNPJ/MF: 22.697.254/0001-43

DATA 01/04/2002

Edital da Concorrência Nº 102/2001 SSR/MC Localidade: Fervedouro

UF : MG

1- Tempo total diário de funcionamento da emissora (A) : 1440 (minutos)

2- Programas jornalísticos, educativos e informativos

Programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

3- Serviço noticioso

Serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

4- Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%

5- Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto de outorga.

Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto de outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%

6- Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses
	9

Manhumirim, 01 abril de 2002

Ronaldo Lopes Correa
Ronaldo Lopes Correa
Diretor - Presidente da Fundação Bom Jesus

CE - M. das C
85
R
85

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53210.000.297/02 a documentação
a seguir em _____ folhas,
que assim numerai: 86 08 93
Data: 30 / 06 / 08
Nome: Souza
Assinatura: [assinatura]

[assinatura]

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº 102/2001 – SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: FERVEDOURO
Serviço/UF: MINAS GERAIS

Razão Social da Proponente:: FUNDAÇÃO BOM JESUS

Conteúdo:

Conjunto n.º 2:
Proposta Técnica

[assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 027/2008

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S)

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001/SSR/MC

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE (S) : CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO,
GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2008, às 15h:00 (quinze horas), na Sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - Cel/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade De Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, com a Participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros, Edmar de Freitas Machado, Marcus Ferreira da Silva e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na concorrência nº 102/2001-SSR/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em **Frequência Modulada** na(s) localidade(s) de **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG**, conforme publicação no DOU de 17/06/2008, Seção 3, Número 114, Página 84, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67; (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente; (4) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) para a(s) localidade(s) de **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG**, da(s) empresa(s) **RÁDIO 1010 LTDA.**, processo nº 53710.000245/02; **ESPERA FELIZ/MG**, **FUNDAÇÃO BOM JESUS**, processo nº 53710.000239/02; **INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA.**, processo nº 53710.000246/02; **MAB COMUNICAÇÕES LTDA.**, processo nº 53710.000247/02; **RÁDIO 1010 LTDA.**, processo nº 53710.000245/02; **RÁDIO FREQUENCIA DIVINENSE LTDA.**, processo nº 53710.000238/02; **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, processo nº 53710.000240/02 e **TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA.**, processo nº 53710.000237/02. **FERVEDOURO/MG**, **FUNDAÇÃO BOM JESUS**, processo nº 53710.000239/02; **MAB COMUNICAÇÕES LTDA.**, processo nº 53710.000247/02; **RÁDIO 1010 LTDA.**, processo nº 53710.000245/02; **RÁDIO FREQUENCIA DIVINENSE LTDA.**, processo nº 53710.000238/02 e **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, processo nº 53710.000240/02. **GRÃO MOGOL/MG**, **RÁDIO 1010 LTDA.**, processo nº 53710.000245/02 e **SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE**

[Assinaturas manuscritas]

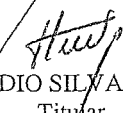


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO




LTDA., processo nº 53710.000248/02; **GUAPÉ/MG**, RÁDIO 1010 LTDA., processo nº 53710.000245/02 e SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA., processo nº 53710.000249/02. **GUARACIABA/MG**, GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA., processo nº 53710.000243/02; RÁDIO 1010 LTDA., processo nº 53710.000245/02 e SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA., processo nº 53710.000250/02. **URUCÂNIA/MG**, RÁDIO 1010 LTDA., processo nº 53710.000245/02. (5) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s) para a(s) localidade(s) de: **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG**, sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos; **ESPERA FELIZ/MG**, FUNDAÇÃO BOM JESUS, 100.000 pontos; INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA., 100.000 pontos; MAB COMUNICAÇÕES LTDA., 100.000 pontos; RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos; RÁDIO FREQUENCIA DIVINENSE LTDA., 100.000 pontos; SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100.000 pontos e TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA., 100.000 pontos. **FERVEDOURO/MG**, FUNDAÇÃO BOM JESUS, 100.000 pontos; MAB COMUNICAÇÕES LTDA., 100.000 pontos; RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos; RÁDIO FREQUENCIA DIVINENSE LTDA., 100.000 pontos e SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100.000 pontos. **GRÃO MOGOL/MG**, RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos e SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA., 100.000 pontos. **GUAPÉ/MG**, RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos e SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA., 100.000 pontos. **GUARACIABA/MG**, GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA., 100.000 pontos; RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos e SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA., 100.000 pontos. **URUCÂNIA/MG**, RÁDIO 1010 LTDA., 100.000 pontos. (6) Foi(ram) disponibilizado(s) para verificação o(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não ficando registrado nenhuma irregularidade; (7) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e Público Presente; (8) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) **“Resultado das Propostas Técnicas Lote 8”** que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h:50 (quinze horas e cinquenta minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, e membros da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


CLÁUDIO SILVA SOUZA
Titular


EDMAR FREITAS MACHADO
Titular


MARCUS FERREIRA DA SILVA
Titular

Publicação no DOU de 27/06/2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 24/06/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO MOGOL, GUAPE, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
Radio e TV. Schopp	João Bot. / Fori.	[Assinatura]	[Rubrica]	45254/D	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 24/06/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO,
GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Sergio A. B. Le Medeiros	572963/DF	
Renf. L. Zenn.	925609 - DF	

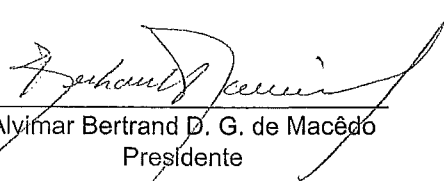


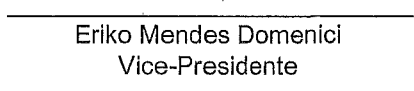


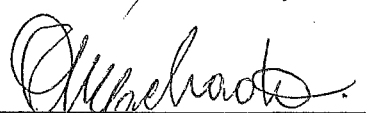
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

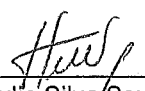
Processo	:	53710.000239/02		
Proponente	:	FUNDAÇÃO BOM JESUS		
Concorrência	:	102/2001	Local :	Espera Feliz
			UF :	MG
Serviço	:	FM	Grupo de Enquadramento :	A
Mínimo de 16 horas				
Tempo total de funcionamento da emissora em minutos (item 1 do ANEXO III)		1440,00	Em horas =	24,0000
		Min	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (item 2 do ANEXO III)		115,200	8,0000	5% ≤ T1 ≤ 8%
Programas de serviços noticiosos (item 3 do ANEXO III)		115,200	8,0000	5% ≤ T2 ≤ 8%
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (item 4 do ANEXO III)		57,600	4,0000	2% ≤ T3 ≤ 4%
Programas de serviço noticioso gerados na localidade (item 5 do ANEXO III)		57,600	4,0000	2% ≤ T4 ≤ 4%
				Condição
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (item 6 do ANEXO III)		9		9 ≤ Pz ≤ 36
P1 =	6,0000	CLASSIFICADA		
P2 =	15,0000			
P3 =	15,0000			
P4 =	26,0000			
P5 =	6,0000			
P6 =	32,0000			
PT =	100,000			


Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente


Edmar Freitas Machado
Membro


Marcus Ferreira da Silva
Membro


Cláudio Silva Souza
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CENTRAL COM O ORIGINAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo	:	53710.000239/02			
Proponente	:	FUNDAÇÃO BOM JESUS LTDA.			
Concorrência	:	102/2001	Local :	Fervedouro	UF : MG
Serviço	:	FM	Grupo de Enquadramento :		A

Mínimo de 16 horas

Tempo total de funcionamento da emissora em minutos (item 1 do ANEXO III)	1440,00	Em horas =	24,0000
---------------------------------------------------------------------------	---------	------------	---------

	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (item 2 do ANEXO III)	115,200	8,0000	5% ≤ T1 ≤ 8%
Programas de serviços noticiosos (item 3 do ANEXO III)	115,200	8,0000	5% ≤ T2 ≤ 8%
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (item 4 do ANEXO III)	57,600	4,0000	2% ≤ T3 ≤ 4%
Programas de serviço noticioso gerados na localidade (item 5 do ANEXO III)	57,600	4,0000	2% ≤ T4 ≤ 4%

		Condição
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (item 6 do ANEXO III)	9	9 ≤ Pz ≤ 36

P1 = 6,0000
P2 = 15,0000
P3 = 15,0000
P4 = 26,0000
P5 = 6,0000
P6 = 32,0000
PT = 100,000

CLASSIFICADA

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Marcus Ferreira da Silva
Membro

Cláudio Silva Souza
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMITÊ COM O ORIGINAL



EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2008

Contrato nº 84/2008; Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em empilhadeiras GLP de diversas unidades; Contratada: Fimatec Comércio e Representações Ltda; Classificação Orçamentária: 50011.44403.050002; Valor global: R\$ 479.899,92; Data da Assinatura: 23/06/2008; Vigência: 24/06/2008 a 24/06/2009; Origem: Pregão Eletrônico 8000009/2008.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2008

Contrato nº 87/2008; Objeto: Prestação de serviço de locação de 01 (uma) empilhadeira elétrica tracionada com operador a pé para atuar nas operações diárias do CLJ Farmanguinhos/GENCO/DR/RJ; Contratada: Fimatec Comércio e Representações Ltda; Classificação Orçamentária: 50011.44404.030001; Valor global: R\$ 6.000,00; Data da Assinatura: 24/06/2008; Vigência: 01/07/2008 a 29/10/2008; Origem: Pregão Eletrônico 8000151/2008.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL - 8000037

MODALIDADE - DL - 8000037 - em 23/06/2008 - Contrato de Locação de imóvel não residencial, locador NAIR BLANCO CARRERA, CPF 038.830.437-53, com vigência de 60 meses, para funcionamento da AC LEME, com base no Inciso X - Art. 24 da Lei 8.666/93. As despesas decorrentes da contratação correrão na Conta Orçamentária 44404.010002, sendo o valor total desta contratação de R\$334.449,60, com previsão de desembolso para o exercício de 2008 no valor de R\$27.870,80.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000085/2008

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para agências (ventilador, televisão, frigobar, refrigerador, fones elétrico e microondas, aparelho de fax e bebedouro). Recebimento das Propostas no endereço: <http://www.correios.com.br> até 16/07/2008 às 09:30 horas. Abertura das Propostas em 16/07/2008 às 09:30 horas. Início da Disputa de Preços em 16/07/2008 às 10:00 horas. Obtenção do Edital, no endereço eletrônico acima. Informações pelo e-mail: licitacoes-rj@correios.com.br.

ANDRÉ MOREIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7000047/2007

Objeto: Obra de reforma da AC Leblon, no prazo de 90 dias corridos. Comunicamos o resultado de julgamento da fase de habilitação da TP-7000047/2007, sendo habilitadas as licitantes: Progecon Engenharia Ltda, Arqhos Construções Ltda, Embravel Construção e Manutenção Predial Ltda e Ecovill Engenharia e Construção Civil Ltda e habilitada a licitante CLM Exatta Construções Ltda, efetivadas às folhas 675 a 679 do processo licitatório que se encontra disponível para vistas dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, sito à Av. Presidente Vargas, 3077 - 17º andar - Cidade Nova - Rio de Janeiro.

EVALDO MORAES BITTENCOURT
Presidente da CPL

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE-011-2008

Objeto: Aquisição de equipamentos de comunicação visual. Empresa: MÔNISER MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ - 74.108.630/0001-10, com o Valor Global de R\$ 174.480,00.

JOSÉ PAULO DE MEDEIROS JÚNIOR
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8000455/08

Dispensa de Licitação nº 8000455/08; locação de imóvel para instalação da AC DOIS PASSOS/RS; Proprietário: RDB ARTEFATOS DE CIMENTO Despesa: conta 64011.44404.010001; Valor Global: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), 60 (sessenta) meses, Art.24 - Inc. X Lei 8.666/93.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8000503/08

Dispensa de Licitação nº 8000503/08; locação de imóvel para instalação da UD TRES PASSOS/RS; Proprietário: GLACI LURDES LEIDUR SCHNEIDER; Despesa: conta 64011.44404.010001; Valor Global: R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais), 60 (sessenta) meses, Art.24 - Inc. X Lei 8.666/93.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2008

OBJETO: contratação de empresa para realização de café da manhã e almoços de negócios, conforme especificações do Edital e seus anexos, por ter restado fracionada em 13/06/08, com recebimento das propostas no endereço www.licitacoes-e.com.br. Limite do acolhimento das propostas: até às 09:00 h do dia 10/07/2008. Abertura das propostas em 10/07/2008 às 09:00 h. Início da disputa de preços: às

09:30 h do dia 10/07/2008. O edital poderá ser obtido, através do endereço eletrônico, www.correios.com.br. Mais informações pelo telefone/fax: (51)3220 8729 ou pelo e-mail: licitacoes-rs@correios.com.br.

VERA MARIA MACHADO
Pregoeira

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2008

A ECT/DR/RS, torna público a revogação do Pregão Eletrônico nº 88/2008, cujo objeto é a aquisição de eletrodomésticos, por necessidade de desmembramento do lote 01.

VERA MARIA MACHADO
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2008

1) Contrato nº 5/2008. Objeto: Locação do imóvel onde abriga as instalações da Agência de Correios de Poço Redondo, localizada no município de mesmo nome do Estado de Sergipe, sito à Praça Lourival Baptista, 215, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual. Contratada: MARIA JOCELENE CUSTÓDIO - CPF 958.253.635-72. Data de assinatura: 01/06/2008. Vigência do Contrato: 01/06/2008 a 08/04/2009. Origem: Dispensa de Licitação nº 8000094/2008 e a Lei 8.666/93. Valor Global: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Conta Orçamentária: 70011.44404.010002.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 4/2008

Data da Assinatura: 13/05/2008 Nome do Conveniente: Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE Nome da AGC: AGC Lagoa Redonda Vigência: 02/06/2008 - 01/06/2013
Objeto: Proporcionar atendimento à população da localidade do Povoador Lagoa Redonda - Porto da Folha/SE, conforme ação governamental de universalização da prestação de serviços postais. Fundamentação legal: Art. 116, caput, da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 7/2008

Data da Assinatura: 13/05/2008 Nome do Conveniente: Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE Nome da AGC: AGC Ilha do Ouro Vigência: 02/06/2008 - 01/06/2013
Objeto: Proporcionar atendimento à população da localidade do Povoador Ilha do Ouro - Porto da Folha/SE, conforme ação governamental de universalização da prestação de serviços postais. Fundamentação legal: Art. 116, caput, da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 6/2008

Data da Assinatura: 13/05/2008 Nome do Conveniente: Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE Nome da AGC: AGC Lagoa da Volta Vigência: 02/06/2008 - 01/06/2013
Objeto: Proporcionar atendimento à população da localidade do Povoador Lagoa da Volta - Porto da Folha/SE, conforme ação governamental de universalização da prestação de serviços postais. Fundamentação legal: Art. 116, caput, da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 5/2008

Data da Assinatura: 13/05/2008 Nome do Conveniente: Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE Nome da AGC: AGC Lagoa do Rancho Vigência: 02/06/2008 - 01/06/2013
Objeto: Proporcionar atendimento à população da localidade do Povoador Lagoa do Rancho - Porto da Folha/SE, conforme ação governamental de universalização da prestação de serviços postais. Fundamentação legal: Art. 116, caput, da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000067/2008

Objeto: Serviços de limpeza e conservação nas Unidades de Correio da Região Operacional de Rio Claro/SP. Abertura da Licitação: 15/07/2008 às 10:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>

ELTON LUIS WINKELMANN
Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2008 - DR/SP

OBJETO: Aquisição de tonner para impressoras OKIDATA, SAM-SUNG e LEXMARK, Cilindro de imagem e Kit Fusor a serem utilizados em equipamentos da ECT/DR/SP; EMPRESA VENCEDORA LOTE 03: Golden Distribuidora Ltda; VALOR DA POSTA: R\$ 116.497,44.

SONIA REGINA BORGES MARCELO
Presidente da CPL

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO
METROPOLITANAAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000090 - GERAD/DR/SPM

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos, discriminados no quadro constante do Anexo 1 do edital, conforme especificação/descrição técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 182291). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 08/07/2008. Abertura das Propostas: 10/07/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 10:30 horas do dia 10/07/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000090".

FÁTIMA ALMERINDA NOGUEIRA
Pregoeira

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8000003

OBJETO: Contratação de obra de reforma do imóvel localizado na Rua 24 de Maio, 236 - Centro - São Paulo/SP, para instalação da agência de correios comercial 24 de maio (ACCI 24 de maio). Licitantes Habilitadas: "L. Landgraf Planejamento e Construções Ltda"; "Marga Engenharia Ltda"; "Meta Construções & Comércio Ltda"; "Tech Serv Comércio e Instalações de Materiais Elétricos e Eletrônicos Ltda". Licitantes Inabilitadas: "CCE Engenharia e Construções Ltda"; e "Construtora Dias Righi Ltda. Os autos da licitação encontram-se fracionados à consulta por parte dos interessados.

TOMADA DE PREÇOS Nº 8000005

Objeto: Contratação da Obra de Reforma do Imóvel localizado na Avenida Puglisi, 684 - Centro - Guarujá, para instalação da Agência de Correios Guarujá (AC GUARUJÁ); Empresa Habilitada: "Análise Planejamento e Construção Ltda". Empresas Inabilitadas: "Alvarez & Muniz Engenheiros Associados Ltda"; "Di Giacomo Martini Engenharia & Edificações Ltda"; "Pera Engenharia Ltda"; "Tech Serv Comércio e Instalação de Materiais Elétricos e Eletrônicos Ltda". Esta decisão substitui, para todos os efeitos, a decisão publicada no Diário Oficial da União nº 109, seção 3, página 103, do dia 10 de junho de 2008. Os autos da licitação estão fracionados à consulta por parte dos interessados.

HÉLIO BUN
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7000011
(Técnica e Preço)

OBJETO: contratação da prestação de serviço de engenharia para desenvolvimento de projetos executivos e legais completos para a contratação da obra de construção do Complexo Guaiacurus, localizado na Rua Tibério, nº 77 - Lapa - São Paulo/SP. Empresas desclassificadas após julgamento dos recursos: "Barossi & Nakamura Arquitetos Ltda"; "Beno Perelmuter Arquitetura e Planejamento Ltda"; e "Paulo Falcão Pedro Dias Arquitetura S/C Ltda". Não restou licitante classificado. Os autos da licitação encontram-se fracionados à consulta por parte dos interessados.

HÉLIO BUN
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

RESULTADOS DA ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitado(s) conforme Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subitem 13.6 do Edital.

93
1895



ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Conceição do Rio Verde/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Espera Feliz/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
FUNDAÇÃO BOM JESUS	FM	53710.000233902	100.000	CLASSIFICADA
INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERANÇA FELIZ LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
MIAB COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53710.000237002	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.	FM	53710.000233902	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53710.000237002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Fervedouro/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
MIAB COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53710.000237002	100.000	CLASSIFICADA
FUNDAÇÃO BOM JESUS	FM	53710.000233902	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.	FM	53710.000233902	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Grão Mogol/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
SERVICES E TRANSPORTES CELESTE LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Guapé/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Guaraciaba/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 102/2001-SSR/MC, Localidade de Urucânia/MG.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO 1010 LTDA.	FM	53710.000234602	100.000	CLASSIFICADA

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 26 de junho de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Ângulo/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
THOMAZELLA PAVAN & CIA LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000233902	100.000	CLASSIFICADA
MÓRIA FM LTDA.	FM	53740.000236002	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Coronel Vivida/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO NOSSA TERRA FM LTDA.	FM	53740.000220902	100.000	CLASSIFICADA
REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000232002	100.000	CLASSIFICADA
REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000238002	100.000	CLASSIFICADA

SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53740.000244002	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Flora/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
THOMAZELLA PAVAN & CIA LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
MÓRIA FM LTDA.	FM	53740.000236002	100.000	CLASSIFICADA
BARROS RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de General Carneiro/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
FM RADIOTOT LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
MÓRIA FM LTDA.	FM	53740.000236002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Iguaçu/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
FM CANOÁ GRANDE LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
THOMAZELLA PAVAN & CIA LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
MÓRIA FM LTDA.	FM	53740.000236002	100.000	CLASSIFICADA
LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000233902	100.000	CLASSIFICADA
BARROS RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Londrina/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
C.S.R. SISTEMA PAULISTA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000220002	100.000	CLASSIFICADA
A.A.S. SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000211002	100.000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES CERRO VERDE LTDA.	FM	53740.000213002	100.000	CLASSIFICADA
TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA.	FM	53740.000234502	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TELEVISÃO RIC LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO NOVO SÉCULO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000233902	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
BARROS RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Planalto/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA

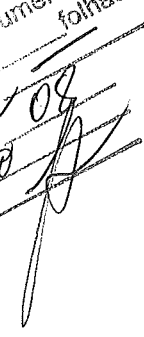
Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Quina do Sol/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 122/2001-SSR/MC, Localidade de Santa Mariana/PR.

PropONENTES	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
ALÍCIO MASSAN & CIA LTDA.	FM	53740.000248002	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	FM	53740.000233502	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.000237002	100.000	CLASSIFICADA
MÓRIA FM LTDA.	FM	53740.000236002	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53740.000234002	100.000	CLASSIFICADA

CLIVIO PUBLICO PEDREIRA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53710000234/02 01
a seguinte documentação
que assim numerai: 94
Data: 07/08
Nome: Torquato
Assinatura: 



Cargo: Operador de Triagem e Transbordo I
Inscrição - Nome - Nota Final - Classificação.
00013011, Alisson Castro Gomes Da Silva, 77,50, 000001 /
00012993, Cesar Augusto Caldeira, 72,50, 000002 / 00012992, Marcos Horacio Magalhães, 60,00, 000003.
Relação Dos Portadores De Necessidades Especiais
Localidade Base (Microrregião) - Joinville (8532)
Cargo: Operador de Triagem e Transbordo I
Inscrição - Nome - Nota Final - Classificação.
00012992, Marcos Horacio Magalhães, 60,00, 000001.
Localidade Base (Microrregião) - Curitiba (8434)
Cargo: Operador de Triagem e Transbordo I
Inscrição - Nome - Nota Final - Classificação.
00012952, Alex Pires, 37,50, 000001 / 00012923, Angelo Silva Dos Santos, 57,50, 000002 / 00012720, Diogo Sales Vieira, 55,00, 000003.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000035/2008

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Veículos - transporte administrativo - sem motorista, para atender as unidades dos Correios denominadas REOP-01/Florianópolis e São José, REOP-02/Blumenau e REOP-03/Joinville, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente, para a Diretoria Regional de Santa Catarina homologado o Lote 01 à Empresa JVT Global Locadora de Veículos Ltda, pelo valor unitário do item 01 de R\$ 791,79 e do item 02 de R\$ 1.040,00, perfazendo o total do Lote em R\$ 94.448,88 (noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), o Lote 02 à Empresa Mendes Transportes Ltda, pelo valor unitário do item de R\$ 761,24 e valor final do Lote de R\$ 9.134,88 (nove mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos) e o Lote 03 à Empresa Mendes Transportes Ltda, pelo valor unitário do item de R\$ 773,16 e valor final do Lote de R\$ 9.277,92 (nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000056/2008

OBJETO: Aquisição de Plaquetas de Identificação de Bem Patrimonial para Diretoria Regional de Santa Catarina. ABERTURA DA LICITAÇÃO: dia 21/07/2008, com início da Disputa de Preços a partir das 10:00 horas; PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO EXIGIDO: R\$ 2.436,00 (dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais); RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: nos endereços eletrônicos <http://www.licitacoes.com.br> e <http://www.correios.com.br> e na Rua Romeu José Vieira nº 90 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - 88110-908 - São José/SC, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo Telefone: (48) 3954-4037 e Fax: (48) 3954-4087.

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2008

OBJETO: Contratação de Serviços de Reforma e Adaptações a serem executados no Imóvel onde estão instaladas as unidades CDD/Estreito e AC/Dias Velho, no Município de Florianópolis, da Diretoria Regional de Santa Catarina homologado à Empresa Abaeté Construções e Incorporações Ltda pelo valor total de R\$ 468.779,42 (quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

JORGE ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS
Presidente da Comissão

DIRETORIA REGIONAL DE SERGIPE

EXTRATOS DE CONTRATOS

Especie: 1) Contrato nº 15/2008. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de operacionalização do Programa de estágio de Estudantes, conforme Condições constantes do instrumento contratual e seus anexos. Contratada: IDESB - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL. CNPJ 05.113.066/0001-01. Data de assinatura: 02/07/2008. Período de vigência: 02/07/2008 a 02/07/2009. Origem: Pregão Eletrônico nº 8000008/2008, homologado por meio do Relatório CPL/GERAD/DR/SE Nº 006/2008 de 13/05/2008 e subordinada aos ditames da Lei 6.494/77 com redação dada pela Lei 8.859/94 e Decreto 87.497/82, Lei 10.520/2002, dos Decretos nºs 3.555/00, 5.450/05, Lei Complementar nº 123/06 e, supletivamente Lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 133.056,00 (cento e trinta e três mil e cinquenta e seis reais). Conta Orçamentária: 70011.44403.800002. 2) Contrato nº 19/2008. Objeto: Serviço de limpeza, conservação, higienização, desinfecção, desratização e dedetização nas instalações prediais da ECT/DR/SE, compreendendo o fornecimento de mão de obra, material de limpeza e higiene, bem como de equipamentos e utensílios adequados à execução dos serviços, conforme as condições e especificações técnicas constantes do instrumento contratual e seus anexos. Contratada: APOIO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS S/S LTDA. CNPJ 052.316.535-20. Data de assinatura: 07/07/2008. Período de vigência: 07/07/2008 a 07/07/2009. Origem: Pregão Eletrônico nº 8000007/2008, homologado por meio do Relatório CPL/GERAD/DR/SE Nº 07/2008 de 11/06/2008 e subordinada aos ditames da Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, da Lei complementar nº 123/2006, da Lei 11.488/2007 e, supletivamente Lei nº 8.666/93. Valor Global: R\$ 359.999,64 (trezentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Conta Orçamentária: 70011.44403.030000.

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato - Nº 0159/2008. Assinatura em 24/06/2008. Vigência: 01/07/2008 a 01/07/2009. Contratada: AFRAN COMERCIO DE PEÇAS PARA EMPLHADERAS LTDA. Objeto: Contrato Prestação de Serviço de Manutenção de Emplhadeiras. Origem: Pregão Eletrônico nº 8000046/2008 - CPL/DR/SPI. Recursos Orçamentários - Conta: 74011.44403.030000. Valor Total de R\$ 159.000,00. Desembolso no Exercício de 2008 de R\$ 79.500,00. Desembolso no Exercício de 2009 de R\$ 79.500,00.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2008

Objeto: Adequação da potência da cubina primária às demandas de energia elétrica da unidade da ECT - CTCE Ribeirão Preto. Abertura da Licitação: 23/07/2008 às 10:00 horas. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br>. Retirada do Edital: no endereço eletrônico acima. Informações pelo telefone: (14) 4009-3558 e pelo Fax: (14) 4009-3659, no horário de 08:30 às 17:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000071/2008

Objeto: Locação de 22 veículos automotores, sem motorista, para utilização pela equipe de suporte técnico ECT/GESIT. Abertura da Licitação: 25/07/2008 às 10:00 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>.

KARLA REGINA KEICO ISHU
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO

Extrato do Oitavo termo Aditivo referente a transferência da permissão ao contrato de permissão nº 064/2003. Data de Assinatura do Termo Aditivo: 28/05/2008. OBJETO: Transferência da Permissão para operação de ACC 1 da empresa Viveiros & Cia. Ltda-ME, da qual fazem parte o Sr. Joaquim Anibal Nunes de Viveiros, carteira de identidade nº 16.977.558, expedida por SSP/SP, CPF nº 114.814.748-98 e Sr. Luiz Felipe de Viveiros, carteira de identidade nº 11.385.108, expedida por SSP/SP, CPF nº 114.824.898-64, de acordo com o seu Contrato Social, para a empresa Supermercado Lambert Ltda-EPP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.590.686/0001-67, da qual fazem parte o Sr. Joaquim Anibal Nunes de Viveiros, carteira de identidade nº 16.977.558, expedida por SSP/SP, CPF nº 114.814.748-98 e Sr. Luiz Felipe de Viveiros, carteira de identidade nº 11.385.108, expedida por SSP/SP, CPF nº 114.824.898-64. SIGNATÁRIOS: Marcos Antonio Vieira da Silva - Diretor Regional - DR/SPM e Luiz Carlos Martins Pereira - Gerente de Atendimento/DR/SPM, pela Contratante e Joaquim Anibal Nunes de Viveiros e Luiz Felipe de Viveiros, pela Permissonária.

AVISOS DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000046

Comunicamos a todos os interessados o adiamento "sine die" do Pregão Eletrônico nº 8000046 - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para 10 (dez) No-breaks da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, discriminados no quadro constante do Anexo 1 do edital, conforme condições do edital e seus anexos. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União nº 117, do dia 20/06/2008, seção 3, página 113.

CARMEN SILVIA PACHECO FOLIDORO
Pregoeira

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

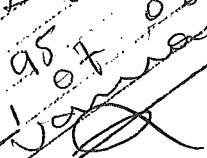
Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
24/07/2008	15h00	102/2001	Conceição do Rio Verde, Espera Feliz, Fervedouro, Grão Mogol, Guapé, Quaraí e Urucânia.	MG

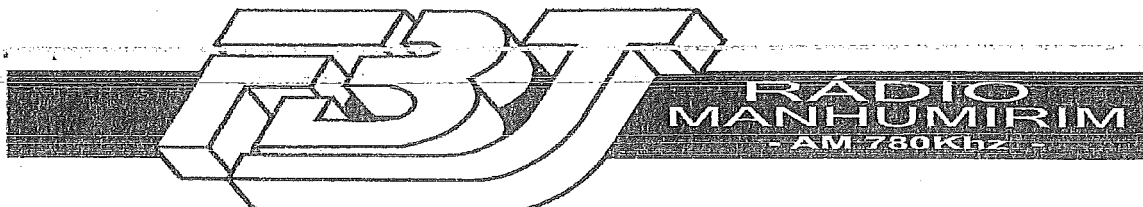
A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para a abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidade(s)	UF
22/07/2008	15h00	124/2001	Sertãozinho.	SP

Brasília-DF, 3 de julho de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

94
M. da C.
Ribeira.
L. C. S.
89938

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 371000239/02 a documentação
a 95 folhas,
que abrange o período de 28 a 29
Data: 28 / 07 / 08
Nome: Vanessa
Assinatura: 



CNPJ 22.697.254/0001-43 – Insc. Est. 395.128590.0001 – Utilid. Pública – Lei Municipal nº 1.097/98 de 08/04/98 –
R. Nunes da Rosa, 70 – centro – Manhumirim MG - CEP 36970-000 – Fone (33) 3341-1491 –
Site: www.radiomanhumirim.com.br

2
M. das Con.
95
Rubrica
2
S

Manhumirim, 14 de julho de 2008.

À
Comissão Especial de Licitação

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 031329/2008-44

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

22/07/2008-11:10

TERMO DE REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

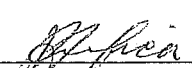
Mediante o surgimento de problemas financeiros em nossa emissora Fundação Bom Jesus, Rádio Manhumirim AM, devido as necessidades de novos investimentos e de outros serviços aqui implantados, nos vemos incapacitados de manter em vigor as nossas propostas financeiras. Requeremos assim, a desistência da Fundação Bom Jesus nas concorrências abaixo discriminadas:

LOCALIDADE	CONCORRÊNCIA
Tombos	034/2001 SSR/MC
Ipanema	035/2001 SSR/MC
Divino / Lajinha	036/2001 SSR/MC
Matipó / Manhuaçu	104/2001 SSR/MC
Pocrane / Piedade de Caratinga	105/2001 SSR/MC
Reduto	106/2001 SSR/MC
Durandé	101/2001 SSR/MC
Espera Feliz	102/2001 SSR/MC
Caratinga	149/2001 SSR/MC
Fervedouro	53710.000.239/02

Certo de vossa preciosa atenção, pedimos deferimento.

Atenciosamente,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
CÓPIA EXTRAÍDA DO PROCESSO 53710.000.239/02
EM 28/10/08 2008


Pe. João Lúcio Gomes Benfica
CPF: 729.947.206-63
Diretor Presidente
Fone: (33) 3341 1491

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
16/08/08

Ata da reunião extraordinária de número zero, dezesseis (016/2007), realizada aos trinta e dois dias do mês de janeiro de dois mil e sete (05.01.2007) às nove horas (9h00) na sede da Fundação Bom Jesus. Estando presente os diretores - presidente e vice atuais - Paulo Rogério Machado, João Lúcio Gomes Benfica e diretores conselheiros: José Geraldo Barbosa, José Weber Pereira, Rosamaria de Castro Chaves e Júlio Pessoa Franco que compõem a próxima diretoria. Assim, através do Ato de Nomeação de Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente da Fundação Bom Jesus em Marhumirim - Mg, o Sr. Carlos Roberto Altieri, SDN, Rg. nº 558.438 / SGPc-ES e CPF nº 674.843.877-20, Superior geral do Instituto dos missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, (CNPJ - 22.295.638/0001-30), eleito pelo XIII Capítulo geral Ordinário Eletivo da Congregação dos Missionários de Nossa Senhora de Santíssimo Sacramento, realizado em Marhumirim - Mg, de 09 a 13 de janeiro de 2006, no exercício de sua função, conforme lhe facultam os Estatutos da "Fundação Bom Jesus" - CNPJ 22.697.254/0001-43 - (Capítulo III Art. 4º §§ II e V), NOMEIA Diretor Presidente da referida Fundação, o senhor JOÃO LÚCIO GOMES BENFICA, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg. nº Mg. 4.945.393 / SSP-Mg, e CPF. nº 729.947.206-63, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gonzales, 549 Centro, Marhumirim - Mg; e como Diretor Vice-Presidente da mesma Fundação, o senhor JÚLIO PESSOA FRANCO, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg. nº 571.242 e CPF. nº 206.963.026-91, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gonzales, 549 - Centro, Marhumirim - Mg. A presente nomeação tem validade por 05 (cinco) anos invalidando a anterior, datada em 30 de janeiro de 2006 e registrada no dia 30 de janeiro de 2006.

Clayser L. S. do Rio
ESC. JUR. SUBST. 2º OFÍCIO
MANHUMIRIM - MG
Selo de Fiscalização

Certifico que a cópia desta certidão é fiel ao original que me foi exibido
E esta fiel ao original
Manhumirim - MG, 06 de 01 de 2008
Em test. *[Assinatura]* da verdade

MANHUMIRIM
MG

ano, conforme prescreve o artigo 4º § IV dos Estatutos da Fundação. Para facilitar registro e comunicação junto aos órgãos do governo federal, estadual e municipal e quaisquer outros que se fizerem necessários manda-se aqui a composição do Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus com nomeações e posse. Como diretora-assistente Rosilene de Castro Chaves, brasileira, casada, portadora do CPF. nº 715.321.296-53 e Carteira de Identidade (RG) nº M-3.624.748, residente e domiciliada na Rua Trajano Lívio, 148 - Centro - Manhumirim/MG; diretora-assistente José Geraldo Barbosa, brasileiro, casado, portador do CPF. nº 008.857.136-00, RG. nº M.1.299.632, residente e domiciliado na Rua Testilo Redi, 66 - Ildoro Manhumirim/MG; diretora-assistente José Weber Pereira, brasileiro, casado, portador do CPF. nº 026.158.996-27, RG. nº M-8.468.340, residente e domiciliado na Rua Alameda Bela Vista, 133 - N. S. Aparecida, Manhumirim/MG. Assim está composto o Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus e esta passa a ser a Ata Oficial de Nomeação e Posse do referido Conselho e NOVA DIRETORIA. Nada mais a tratar; e Superior Geral da esta municião por encerrada. Após lida e aprovada, esta ata será assinada pela nova diretoria. Manhumirim - MG, 05 de janeiro de 2007. Dr. Carlos Roberto Altieri, PM; Sr. Sérgio Gomes Baptista, Pe. Paulo Rogério Machado, sen, *[assinatura]*



Protocolada na 1ª PMB em 15/01/2007
Registrada no 1º PMG de Registro Civil em 19/01/2007
Cadastrada sob o nº 1151 de ordem, carta de:
Manhumirim, 19 de janeiro de 2007
[assinatura]

Nesta data anexei aos autos do processo de nº 53712.000.239122 documentação constituída de 04 (quatro) folhas, que assim numerarei: 97, 98, 99, 100.
Data: 29.01.2008
Nome: *[assinatura]*
Ass: *[assinatura]*

16/08/08

M. das Comunicações
Fls. 97
R. Nunes da Rosa



R. Nunes da Rosa, 70 - Cx. Postal 61 - Tel: (33) 3341-1491 - Fax (33) 341-2175
CNPJ 22.697.254/0001-43 - CEP: 36970-000 - Manhumirim - Minas Gerais

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente:

FUNDAÇÃO BOM JESUS

2. CNPJ/MF : 22.697.254 / 0001 – 43

3. Edital da Concorrência : n.º 102 / 2001 – SSR / MC

4. Serviço de Radiodifusão

5. Localidade : ESPERA FELIZ UF : MG

6. Valor Proposto : R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

1ª Parcela : R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

2ª Parcela : R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Manhumirim (MG), 28 DE MARÇO DE 2002

Ronaldo Lopes Corrêa
Ronaldo Lopes Corrêa – Diretor Presidente

[Handwritten signatures and stamps]

1

2002

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

30-41-000
98
F. 102/2001
SSR/MC

SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO
CONSTITUIÇÃO

CONJUNTO Nº 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº 102/2001 – SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: ESPERA FELIZ
Serviço/UF: MINAS GERAIS

Razão Social da Proponente:: FUNDAÇÃO BOM JESUS

Conteúdo:

Conjunto nº 3:
Proposta de Preço pela Outorga



R. Nunes da Rosa, 70 - Cx. Postal 61 - Tel: (33) 3341-1491 - Fax (33) 341-2175
CNPJ 22.697.254/0001-43 - CEP: 36970-000 - Manhumirim - Minas Gerais

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente:

FUNDAÇÃO BOM JESUS

2. CNPJ/MF : 22.697.254 / 0001 – 43

3. Edital da Concorrência : n.º 102 / 2001 – SSR / MC

4. Serviço de Radiodifusão

5. Localidade : FERVEDOURO UF : MG

6. Valor Proposto : R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

1ª Parcela : R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

2ª Parcela : R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Manhumirim (MG), 28 DE MARÇO DE 2002

Ronaldo Lopes Corrêa
Ronaldo Lopes Corrêa – Diretor Presidente

[Handwritten signatures and stamps]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFINE COM O ORIGINAL



Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 73710.000239/08 documentação
a seguir constituída de 09 (nove) folhas,
que assim numerarei: 101 a 109
Data: 05/08/2008
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]

CONJUNTO Nº 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº 102/2001 – SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: FERVEDOURO
Serviço/UF: MINAS GERAIS

Razão Social da Proponente: FUNDAÇÃO BOM JESUS

Conteúdo:

Conjunto nº 3:
Proposta de Preço pela Outorga



ATA DE REUNIÃO Nº 037/2008

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇO PELA OUTORGA

CONCORRÊNCIA N.º 102/2001

**LOCALIDADE(S) : CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO,
GRÃO MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG**

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho de 2008, às 15h (quinze horas), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado, Marcus Ferreira da Silva e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) e julgamento da(s) respectiva(s) proposta(s) de preço pela outorga** da(s) proponente(s) classificada(s) na **concorrência nº 102/2001-SSR/MC**, que visa à outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na(s) localidade(s) de **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG, ESPERA FELIZ/MG, FERVEDOURO/MG, GRÃO MOGOL/MG, GUAPÉ/MG, GUARACIABA/MG E URUCÂNIA/MG**, conforme convocação publicada no DOU de 08/07/08, Número 129, Seção "3", Página 96, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura da lista de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67; (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente; (4) Foi(ram) dado prosseguimento à abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço pela outorga para a(s) localidade(s) de **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG** da(s) empresa(s): **RÁDIO 1010 LTDA**, Processo n.º 53710.000245/02; **ESPERA FELIZ/MG** da(s) empresa(s): **FUNDAÇÃO BOM JESUS**, Processo n.º 53710.000239/02; **INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA**, Processo n.º 53710.000246/02; **MAB COMUNICAÇÕES LTDA**, Processo n.º

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CE M. das Com.
Fls. 102
10/09/2017

53710.000247/02; RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA, Processo n.º 53710.238/02; SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, Processo n.º 53710.000240/02; TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA, Processo n.º 53710.000237/02; **FERVEDOURO/MG** da(s) empresa(s): FUNDAÇÃO BOM JESUS, Processo n.º 53710.000239/02; MAB COMUNICAÇÕES LTDA, Processo n.º 53710.000247/02; RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA, Processo n.º 53710.000238/02; SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, Processo n.º 53710.000240/02; **GRÃO MOGOL/MG** da(s) empresa(s): RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA, Processo n.º 53710.000248/02 **GUAPÉ/MG** da(s) empresa(s): RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA, Processo n.º 53710.000249/02; **GUARACIABA/MG** da(s) empresa(s): GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA, Processo n.º 53710.000243/02; RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA, Processo n.º 53710.000250/02; e **URUCÂNIA/MG** RÁDIO 1010 LTDA, Processo n.º 53710.000245/02; (5) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) de **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG** - conforme segue: RÁDIO 1010 LTDA., R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); **ESPERA FELIZ/MG**, FUNDAÇÃO BOM JESUS, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA, R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais); RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 60.002,00 (sessenta mil e dois reais); INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA, R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais); MAB COMUNICAÇÕES LTDA, R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais); **FERVEDOURO/MG**, da(s) empresa(s): FUNDAÇÃO BOM JESUS, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA, R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais); MAB COMUNICAÇÕES LTDA, R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais); **GRÃO MOGOL/MG** da(s) empresa(s): RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); SERVIÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA, R\$ 11.000,00 (onze mil reais); **GUAPÉ/MG** da(s) empresa(s): SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA, R\$ 90.666,60 (noventa mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos); RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); **GUARACIABA/MG** da(s) empresa(s): RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA, R\$ 27.222,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e dois reais); GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA, R\$ 25.522,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais); e **URUCÂNIA/MG** RÁDIO 1010 LTDA, R\$ 50.002,00 (cinquenta mil e dois reais); (6) A documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e público presente; (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "Classificação das Proponentes (Média Ponderada)", que segue em anexo, que aponta o valor da média ponderada (VP) da pontuação da proposta técnica (PT) e da proposta de preço pela outorga (PP) de cada proponente; (8) A Comissão Especial de Licitação, por unanimidade de votos, propôs como vencedora para a(s) localidade(s) de: **CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG**, **GRÃO MOGOL/MG**, **GUARACIABA/MG** e **URUCÂNIA/MG** a licitante RÁDIO 1010 LTDA; **ESPERA FELIZ/MG** a licitante FUNDAÇÃO BOM JESUS, **FERVEDOURO/MG**, para essa localidade houve empate, aguarda a data da Ata de sorteio e para a localidade de **GUAPÉ/MG** a licitante

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
10/09/2017
[Assinaturas]




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

103
103
103


SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA., , que apresentou o maior **valor ponderado** entre as concorrentes. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h:34min (quinze horas e trinta e quatro minutos), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR FREITAS MACHADO
Titular


MARCUS FERREIRA DA SILVA
Titular


CLÁUDIO SILVA SOUZA
Titular

Publicado no DOU de 05/08/2008.

16 08 2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 24/07/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO, GRÃO
MOGOL, GUAPÉ, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA PREÇO

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 24/07/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, ESPERA FELIZ, FERVEDOURO,
GRÃO MOGOL, GUAPE, GUARACIABA E URUCÂNIA/MG

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Juvencio AL ANTONIO DA COSTA	21.469876-SP	Juvencio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
Fls. 106
Rubrica
19.5

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 102 / 2001

Valor Mínimo : 10.000,00

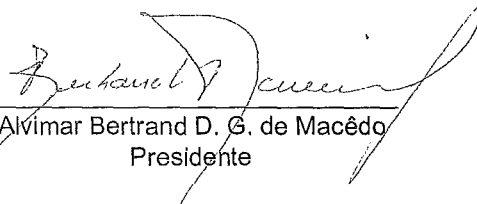
Serviço : FM

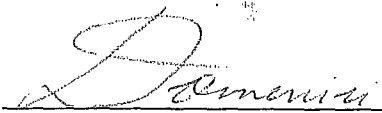
Grupo : A

Localidade : FERVEDOURO

UF : MG

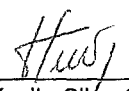
N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
710.000239/02	Fundação Bom Jesus	60.000,00	100,000	91,667	99,167
710.000240/02	Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.	60.000,00	100,000	91,667	99,167
710.000245/02	Rádio 1010 Ltda.	50.002,00	100,000	90,000	99,000
710.000238/02	Rádio Frequência Divinense Ltda.	33.000,00	100,000	84,848	98,485
710.000247/02	MAB Comunicações Ltda.	26.000,00	100,000	80,769	98,077


Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Marcus Ferreira da Silva
Membro


Cláudio Silva Souza
Membro

16 de 08 1000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 102 / 2001

Preço Mínimo : 12.282,50

Serviço : FM

Grupo : A

Localidade : ESPERA FELIZ

UF : MG

Nº Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53710.000239/02	Fundação Bom Jesus	80.000,00	100,000	92,323	99,232
53710.000238/02	Rádio Frequência Divinense Ltda.	63.000,00	100,000	90,252	99,025
0.000245/02	Rádio 1010 Ltda.	60.002,00	100,000	89,765	98,976
53710.000246/02	Informação Cultural de Espera Feliz Ltda.	60.000,00	100,000	89,765	98,976
53710.000240/02	Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.	60.000,00	100,000	89,765	98,976
53710.000237/02	Tropical Comunicações Ltda.	51.200,00	100,000	88,005	98,801
53710.000247/02	MAB Comunicações Ltda.	41.000,00	100,000	85,021	98,502

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Marcus Ferreira da Silva
Membro

Cláudio Silva Souza
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



19) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato nº 337/2007, Contratada: ARFRAN - COMERCIO DE PEÇAS PARA EMPILHA-DEIRAS LTDA, data de assinatura: 31/07/2008, objeto: Prorrogação Contratual; Valor Global: R\$ 37.360,00; Desemboço no Exercício de 2008: R\$ 7.783,33; Desemboço no Exercício de 2009: R\$ 29.576,67;

01) 5º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0229/2006, LTR - SPI 0305, contratada: EDUARDO A. DE SOUZA TRANSPORTES, data da assinatura: 29/04/2008, data da vigência: 02/05/2008, objeto: alteração de ficha técnica, Valor Global: R\$ 87.875,88.

02) 6º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0229/2006, LTR - SPI 0305, contratada: EDUARDO A. DE SOUZA TRANSPORTES, data da assinatura: 20/05/2008, data da vigência: 20/07/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 20/07/2008 a 20/07/2009, Valor Global: R\$ 87.875,88.

03) 2º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0170/2007, LTR - SPI 0328, contratada: VOAR TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 07/05/2008, data da vigência: 03/07/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 03/07/2008 a 03/07/2009, Valor Global: R\$ 229.620,59.

04) 2º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0186/2007, LTR - SPI 0324, contratada: VOAR TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 07/05/2008, data da vigência: 03/07/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 03/07/2008 a 03/07/2009, Valor Global: R\$ 202.742,75.

05) 2º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0153/2007, LTR - SPI 0008, contratada: VOAR TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 07/05/2008, data da vigência: 03/07/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 03/07/2008 a 03/07/2009, Valor Global: R\$ 202.742,75.

06) Pregão Eletrônico nº 8000050/2008 - CPL/DR/SPI de 15/05/2008, objeto: prestação de serviços de transporte rodoviário de carga na linha de transporte nacional, LTR - SPI 0007 classificação orçamentária: atividade 74011 e conta 44408.010000, vigência: 03/07/2008 a 03/07/2009, data da assinatura: 18/06/2008, contratada: ABAKUS TRANSPORTES LTDA ME, contrato nº 0149/2008, Valor Global: R\$ 195.764,40.

07) 4º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0269/2006, LTR - SPI 1213, contratada: EDUARDO A. DE SOUZA TRANSPORTES, data da assinatura: 12/06/2008, data da vigência: 28/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 28/09/2008 a 28/09/2009, Valor Global: R\$ 52.138,38.

08) 2º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0275/2006, LTR - SPI 0319, contratada: RÁPIDO REUNIDOS VIAGENS E TURISMO LTDA, data da assinatura: 24/06/2008, data da vigência: 07/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 07/09/2008 a 07/09/2009, Valor Global: R\$ 176.883,12.

09) 5º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0203/2006, LTR - SPI 1513, contratada: TRANSPRADO LOGÍSTICA LTDA, data da assinatura: 02/07/2008, data da vigência: 14/08/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 14/08/2008 a 14/08/2009, Valor Global: R\$ 473.205,81.

10) 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0271/2007, LTR - SPI 0116, contratada: ANDISA TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 24/06/2008, data da vigência: 25/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 25/09/2008 a 25/09/2009, Valor Global: R\$ 112.352,24.

11) 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0293/2007, LTR - SPI 0113, contratada: ANDISA TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 24/06/2008, data da vigência: 19/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 19/09/2008 a 19/09/2009, Valor Global: R\$ 137.787,00.

12) 2º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0152/2007, LTR - SPI 0411, contratada: ANDISA TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 30/06/2008, data da vigência: 20/05/2008, objeto: alteração de ficha técnica, Valor Global: R\$ 128.519,04.

13) 15º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0094/2004, LTR - SPI 0108, contratada: TRANSPRADO LOGÍSTICA LTDA, data da assinatura: 27/06/2008, data da vigência: 01/07/2008, objeto: alteração de ficha técnica, Valor Global: R\$ 72.024,62.

14) 3º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0268/2006, LTR - SPI 0510, contratada: ZANON TRANSPORTES LTDA ME, data da assinatura: 26/06/2008, data da vigência: 27/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 27/09/2008 a 27/09/2009, Valor Global: R\$ 105.703,62.

15) 15º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 410034/2004, LTR - SPI 0408, contratada: ZANON TRANSPORTES LTDA ME, data da assinatura: 23/06/2008, data da vigência: 19/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 19/09/2008 a 19/09/2009, Valor Global: R\$ 48.884,71.

16) 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0243/2007, LTR - SPI 0115, contratada: ZANON TRANSPORTES LTDA ME, data da assinatura: 23/06/2008, data da vigência: 25/09/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 25/09/2008 a 25/09/2009, Valor Global: R\$ 124.791,66.

17) 6º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0228/2006, LTR - SPI 0217, contratada: PEDRO LUIZ DE SOUZA BAURU ME, data da assinatura: 20/05/2008, data da vigência: 16/08/2008, objeto: Prorrogação Contratual referente ao período de 16/08/2008 a 16/08/2009, Valor Global: R\$ 108.784,01.

18) 4º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0143/2006, LTR - SPI 0420, contratada: PEDRO LUIZ DE SOUZA BAURU EPP, data da assinatura: 26/05/2008, data da vigência: 04/05/2008, objeto: Reajuste de Preços, Valor Global: R\$ 76.707,50.

19) 9º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0122/2005, LTR - SPI 0412, contratada: MARLI TEREZINHA FABIANO DE SOUZA BAURU EPP, data da assinatura: 26/05/2008, data da vigência: 02/05/2008, objeto: Reajuste de Preços, Valor Global: R\$ 47.577,34.

20) 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0413/2007, LTR - SPI 05-012, contratada: A. L. FRANCO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, data da assinatura: 27/06/2008, data da vigência: 01/07/2008, objeto: alteração de ficha técnica, Valor Global: R\$ 52.493,40.

21) 15º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 0093/2004, LTR - SPI 0406, contratada: TRANSGIRES TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 23/06/2008, data da vigência: 23/06/2008, objeto: Reajuste de Preços, Valor Global: R\$ 68.146,07.

22) Pregão Eletrônico nº 8000050/2008 - CPL/DR/SPI de 15/05/2008, objeto: prestação de serviços de transporte rodoviário de carga na linha de transporte regional, LTR - SPI 0810 classificação orçamentária: atividade 74011 e conta 44408.010000, vigência: 11/07/2008 a 11/07/2009, data da assinatura: 18/06/2008, contratada: DONA YAYA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, contrato nº 0150/2008, Valor Global: R\$ 62.299,51.

23) 3º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao contrato nº 063/2006, LTR - SPI 0204, contratada: HQ TRANSPORTES LTDA, data da assinatura: 10/07/2008, data da vigência: 10/07/2008, objeto: Alteração de Cláusulas Contratuais, Valor Global: R\$ 56.996,23.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000051/2008- DR/SPI

Objeto: Serviços de limpeza e conservação nas Unidades de Correlio da Região Operacional de Rio Claro/SP-DR/SPI, homologado para a empresa Impacto Eventos e Serviços Terceirizados S/S Ltda, no valor global de R\$ 638.868,00.

ELTON LUIS WINKELMANN
Pregoeiro

RETIFICAÇÃO

01) No extrato do 1º Termo Aditivo do contrato nº 226/2007, ENGEL ENGENHARIA ELETRICA publicado no DOU de 16/07/2008, Seção 3, pág. 85, onde se lê: 1º Termo aditivo do contrato nº 226/2007, leia-se: 1º Termo aditivo do contrato nº 231/2007.

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000020- GERAD/DR/SPM

Comunicamos a todos os interessados que, nos termos do Artigo 29 do Decreto 5.450/2005, foram anulados todos os atos praticados no Pregão Eletrônico 8000020- GERAD/DR/SPM, tomando como marco inicial para fins de anulação, o ato que habilitou a licitante "Sabor e Requite Panificação e Eventos Ltda - ME", CNPJ 07.394.489/0001-16, ficando, por consequência, também anulados todos os atos subsequentes, sem prejuízo da manutenção dos demais atos praticados anteriores à habilitação da citada licitante. Os autos da licitação estão franqueados à consulta por parte dos interessados.

EDUARDO NELSON DE ARAÚJO ABREU
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DO TOCANTINS

EDITAL Nº 309/2008 (Convocação de Candidatos)

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, por intermédio da Diretoria Regional do Tocantins, informa aos candidatos classificados no concurso público para o cargo de Atendente Comercial I, edital nº 262/2007 publicado no Diário Oficial da União do dia 19/06/2007, região de Palmas/TO, que ainda não tenham sido convocados anteriormente, que surgiu 01 (uma) vaga para o respectivo cargo, na cidade de São Sebastião do Tocantins/TO e 01 (uma) vaga para a cidade de Bandeirante/TO. Os candidatos que manifestarem interesse no preenchimento das vagas deverão apresentar requerimento endereçado à Gerência de Recursos Humanos/DR/GO, localizada na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, N. 11 - Subsolo - Centro - Goiânia/GO - CEP 74003-901, no prazo de 10 (dez) dias úteis. A convocação será de acordo com o previsto no mencionado Edital, ou seja, em ordem rigorosa de classificação. O não pronunciamento indica a não aceitação da vaga oferecida, sem que isto implique qualquer alteração da ordem de classificação de sua localidade base.

AURORA GONÇALVES DA SILVA ARAÚJO
Presidente Regional da Comissão Organizadora

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000009/2008/TO

OBJETO: Aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios para a rede de atendimento da Diretoria Regional do Tocantins. Dia e horário da licitação: 20/08/2008, às 08:00 h. Local para retirada do edital: pelo site: www.licitacoes-e.com.br. Outras informações pelo e-mail: cplg@correlios.com.br, ou no endereço: Av. São Paulo, s/nº, Bloco B, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, das 08:30 às 11:30 h, e das 14:30 às 17:00 h. Telefone: (62) 3226-2176 - Fax: (62) 3248-8133.

DEZIRON DE PAULA FRANCO
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº SSR/MC	Localidades	UF
14/08/2008	14h15	007/2002	Santana	BA

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº SSR/MC	Localidades	UF
12/08/2008	14h15	084/2001	Pedra, Supeçá, Tucano, Una e Vitória da Conquista	BA

Brasília-DF, 1º de agosto de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preço(s) pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONCORRÊNCIA Nº 081/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE ANÓRI/AM.

Processo Nº	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53630.000927/02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA	PM	81.238	98.124

16/08/2008



CONCORRÊNCIA Nº 081/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE APUÍ/AM.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53630.000097/02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA.	FM	81.238	98.124

CONCORRÊNCIA Nº 081/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE AUTAZES/AM.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53630.000104/02	IRMÃOS THOMÉ LTDA.	FM	95.854	99.585
53630.000105/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	89.636	98.964
53630.000102/02	RÁDIO 790 LTDA.	FM	89.636	98.964
53630.000097/02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA.	FM	76.665	97.667

CONCORRÊNCIA Nº 081/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE BARCELOS/AM.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53630.000097/02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA.	FM	81.238	98.124

CONCORRÊNCIA Nº 081/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE BARREIRINHA/AM.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53630.000105/02	PEREIRA E FRANCA LTDA.	FM	94.186	99.419
53630.000097/02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA.	FM	81.238	98.124

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE ESPERA FELIZ/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000219/02	FUNDAÇÃO DOM JESUS	FM	92.323	99.233
53710.000218/02	RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.	FM	90.252	99.025
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	89.765	98.976
53710.000246/02	INFORMAÇÃO CULTURAL DE ESPERA FELIZ LTDA.	FM	89.765	98.976
53710.000340/02	SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	89.765	98.976
53710.000237/02	TROPICAL COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	88.005	98.801
53710.000247/02	MAR COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	85.021	98.502

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE GUAPÉ/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000249/02	SISTEMA MILLENNIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	94.485	99.449
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2008

Nº Processo: 09100000424200813. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CNPJ Contratado: 05734830860. Contratado: ROSANA APARECIDA BAENINGER - Objeto: Cessão de direitos autorais/patrimoniais do texto "Brasileiros na América do Sul". Fundamento Legal: Lei nº 9.610/98 e Lei nº 8.666/93 Vigência: 01/08/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900196. Data de Assinatura: 01/08/2008.

(SICON - 04/08/2008) 244001-24290-2008NE900001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2008

Nº Processo: 09100000243200850. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CNPJ Contratado: 46879684734. Contratado: JUAREZ DE CASTRO OLIVEIRA - Objeto: Cessão de direitos autorais/patrimoniais do texto "Migração Internacional, dinâmica demográfica e as bases de informação no contexto das projeções da população do Brasil" Fundamento Legal: Lei nº 9.610/98 e Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/08/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900205. Data de Assinatura: 01/08/2008.

(SICON - 04/08/2008) 244001-24290-2008NE900001

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 68/2008

Nº Processo: 09100000247200838. Objeto: Cessão de direitos autorais/patrimoniais do texto "Exame Comparado de Políticas para Comunidades Nacionais no Exterior". Total de Itens Licitados: 00001 Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa:

Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 01/08/2008. ARTUR JOSÉ JERÔNIMO - Coordenador de Administração e Finanças. Ratificação em 01/08/2008. MARCIA MARTINS ALVES - Coordenadora-Geral de Adm., Orçamento e Finanças. Valor: R\$ 4.000,00. Contratada: GEORGE TORQUATO FIRMEZA

(SIDE - 04/08/2008) 244001-24290-2008NE900001

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO E PROMOÇÃO COMERCIAL
DEPARTAMENTO CULTURAL
DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2/2008

Espécie: Convênio Nº 002/2008, que entre si celebram a República Federativa do Brasil, representada pela Embaixada do Brasil em São José, e a Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros em São José (FCDEB). Objeto: Regularizar a colaboração entre a Embaixada do Brasil em São José e a FCDEB, para executar programas, projetos e eventos de interesse recíproco, viabilizar a operação e as atividades estatutárias da fundação. Recursos: Os recursos a serem transferidos pela Embaixada serão no valor total de US\$ 56.167,62 (cinquenta e seis mil, cento e sessenta e sete dólares americanos e sessenta e dois centavos), sendo US\$ 28.083,81 (vinte e oito mil, oitenta e três dólares americanos e oitenta e um centavos) para o exercício de julho a dezembro de 2008 e US\$ 28.083,81 (vinte e oito mil, oitenta e três dólares americanos e oitenta e um centavos) para o primeiro semestre de 2009. Vigência: O presente Convênio vigorará, a contar da data de sua assinatura, até o dia 30 de junho de 2008. Data de assinatura: 31 de julho de 2008. Signatários: Celso Lemos da Costa Bello, Ministro Conselheiro, Encarregado de Negócios na Embaixada do Brasil na República da Costa Rica, CPF 237.974.107-78 e Dulce Blank, Diretora-Executiva da FCDEB, CPF 415.677-790-72.

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE GUARACIABA/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000
53710.000246/02	SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA.	FM	81.633	98.163
53710.000243/02	GUARACIABA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	80.409	98.041

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE GRÃO MONGOL/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000
53710.000248/02	SERVÇOS E TRANSPORTES CELESTE LTDA.	FM	54.545	95.455

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE URUCÂNIA/MG.

Processo Nº :	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC, LOCALIDADE DE FERVEDOURO/MG.

Nº do Processo	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53710.000239/02	FUNDAÇÃO DOM JESUS	FM	91.667	99.167
53710.000240/02	SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	91.667	99.167
53710.000245/02	RÁDIO 1010 LTDA.	FM	90.000	99.000
53710.000238/02	RÁDIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.	FM	84.848	98.848
53710.000247/02	MAR COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	89.769	98.077

Nestas condições, em conformidade com o subitem 11.8 do Edital desta Concorrência, convoca as licitantes e demais interessados para participarem da reunião do sorteio público entre os proponentes que empatarem com o maior valor ponderado, na definição da Outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão. Essa sessão será realizada no dia 13 de agosto de 2008, a partir das 15h00, na Sala 110, sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

Brasília-DF, 4 de agosto de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2/2008

Espécie: Convênio Nº 2/2008, que entre si celebram a República Federativa do Brasil, representada pela Embaixada do Brasil em Montevidéu e o Instituto Cultural Uruguio-Brasileiro (ICUB). Objeto: Regularizar a colaboração entre a Embaixada do Brasil em Montevidéu e o ICUB, para executar programas, projetos e eventos de interesse recíproco, viabilizar a operação e as atividades estatutárias da fundação. Recursos: Os recursos a serem transferidos pela Embaixada serão no valor de US\$ 118.907,00 (cento e dezoito mil, novecentos e sete dólares americanos), sendo US\$ 60.790,00 (sessenta mil, setecentos e noventa dólares americanos) para o segundo semestre de 2008 e US\$ 58.117,00 (cinquenta e oito mil, cento e dezesseite dólares americanos) para o primeiro semestre de 2009. Vigência: O presente Convênio vigorará, a contar da data de sua assinatura, até o dia 30 de junho de 2009. Data de assinatura: 31 de julho de 2008. Signatários: José Eduardo Martins Felício, Embaixador do Brasil em Montevidéu, CPF 366.501.107-87 e Severino Cunha Farias, Diretor-Executivo do ICUB, CPF Nº 041.219.373-68

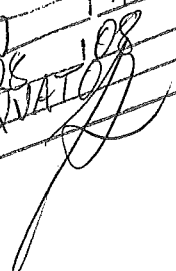
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2008

Nº Processo: 35000/0015/2007. Objeto: Prestação de serviços de ensino do idioma árabe para os servidores do Ministério das Relações Exteriores, conforme o Projeto Básico, bem como proposta técnica-financeira, parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição. Os cursos devem propiciar um conhecimento do idioma, para que o servidor adquira independência e autonomia, tanto profissional quanto pessoal para o exercício no exterior, quando necessário, na Secretaria de Relações Exteriores. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93. Justificativa: Valor inferior ao limite estabelecido em lei, dentro do critério de proposta menor valor Declaração de Dispensa em 31/07/2008. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Diretor do Departamento do Serviço Exterior. Ratificação em 01/08/2008. MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA, Subsecretária-Geral do Serviço Exterior. Valor: R\$ 7.996,80. Contratada: CENTRO CULTURAL ARABE-BRASILEIRO

(SIDE - 04/08/2008) 240013-00001-2008NE900015

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
04/08/2008

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53712000239/02 a documentação
a seguir com: 110 119
que assim numerar: 08
Data: 18 TORRATO
Nome: 
Assinatura:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃOFis. 110
Rubrica
110

ATA DE REUNIÃO DO SORTEIO Nº 041/2008

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC

LOCALIDADE(S): FERVEDOURO -ESTADO/MG

SERVIÇO(S): FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

Aos 13 (treze) dias do mês de agosto de 2008, às 15h:00 (quinze horas), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação, situada na sobreloja do Edifício Sede, Sala 110 do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília/Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação CEL/MC, constituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/2006, Publicada no DOU de 22/12/2006 e suas alterações, com a participação de seu presidente Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros: Edmar de Freitas Machado, Marcus Ferreira da Silva e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de **realizar o sorteio**, atendendo o aviso publicado no DOU de 05/08/2008, Seção "3", Número 149, Pág.76, entre as proponentes: **FUNDAÇÃO BOM JESUS**, Processo nº 53710.000239/02. e **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, Processo nº 53710.000240/02, empatadas com 99.167 pontos no VP (Valor Ponderado). 1) Aberta a sessão, o Presidente estabeleceu o seguinte critério objeto: será declarada vencedora a concorrente que for sorteada com a pedra com o maior número nela impresso, no momento de abertura do Globo Esférico contendo a série numérica de 1 (um) a 75 (setenta e cinco). a primeira pedra sorteada - proponente FUNDAÇÃO BOM JESUS, foi a de número 22 (vinte e dois). a segunda pedra sorteada - SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., foi a de número 73 (setenta e três). 2) Assim, foi declarada vencedora a proponente **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, para a localidade de **FERVEDOURO/MG.** 3) Nada mais havendo a acrescentar, o presidente deu por encerrada a presente sessão, às 15h:15 (quinze horas e quinze minutos), lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
PresidenteERIKO MENDES DOMENICI
Vice-PresidenteEDMAR DE FREITAS MACHADO
TitularMARCUS FERREIRA DA SILVA
TitularCLAUDIO SILVA SOUZA
TitularSERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRME COM O ORIGINAL
16.08.2008

Publicado no DOU de 15/8/2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ANEXO I

RESULTADO DO SORTEIO

CONCORRÊNCIA 102/2001 – SSR/MC

DOU: 15.8.2008

ATA Nº 041/08, DE 13/08/2008.

Nº DE ORDEM	LOCALIDADE	UF	SER V	PROPONENTE	PROCESSO	Nº	PROPONENTE	PROCESSO	Nº
01	FERVEDOURO	MG	FM	FUNDAÇÃO BOM JESUS	53710.000239/02	22	SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53710.000240/02	73

16
08
09
10
11
12

[Handwritten signatures and marks]

108
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE SORTEIO DE PROPOSTA PREÇO

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 13/08/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): FERVEDOURO/BA

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Juan Lopes de Oliveira	549944 /DF	R



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001–SSR/MC

SESSÃO DE SORTEIO DE PROPOSTA PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 13/08/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): FERVEDOURO/BA

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
SISTEMA NOROESTE	JOÃO APARECIDO NAUFAL			66124051P/MG	Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

114
M. de C. Comunicação
Rec. 114



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2008

OBJETO: contratação de serviço de mão-de-obra temporária, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, com recebimento das propostas no endereço www.licitacoes.com.br. Limite do acolhimento das propostas: até às 09:00 h do dia 02/09/2008. Abertura das propostas: em 02/09/2008 às 09:00 h. Início da disputa de preços: às 10:00 h do dia 02/09/2008. O edital poderá ser obtido pelos interessados, através do endereço eletrônico, www.correios.com.br. Mais informações pelo telefone/fax: (51)3220-8729 e 3220 8988 ou pelo e-mail: licitacoes-ra@correios.com.br.

VERA MARIA MACHADO
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

**AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000047/2008**

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção de Motocicletas com Fornecimento de Peças para o CDD-Joinville Sul, por 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente, para a Diretoria Regional de Santa Catarina. REVOGAÇÃO: com fulcro no Art. 49, da Lei de Licitações e Contratos.

JORGE ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2008

1) Contrato nº 22/2008, Objeto: Serviços de desativação de 62 (sessenta e dois) no-breaks de 10KVA instalados em Unidades da ECT/DR/SE, conforme as condições constantes do Contrato e seus Anexos. Contratada: EXSERVICE TELEINFORMÁTICA LTDA. Data de assinatura: 11/08/2008. Vigência: A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias, limitados a 180 (cento e oitenta) dias, com início a partir de 11/08/2008. Origem: Pregão Eletrônico nº 8000012/2008, homologado pelo Relatório/CPL/DR/SE-011/2008 de 30/07/2008, e tem como subordinação legal a Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, da Lei Complementar 123/2006, da Lei 11.488/2007, da Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005. Valor Global: R\$ 80.839,69 (oitenta mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos). Conta Orçamentária: 70011.44403.050004.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2008**

A ECT/DR/SE comunica a homologação do Pregão Eletrônico Nº 8000013/2008, cujo Objeto é: Aquisição de suprimentos para impressoras para entrega em Aracaju/SE, conforme condições e especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos; Empresas vencedoras do certame: Adjudicação à empresa Ridata & Art Supri Com. Suprimentos para Informática, CNPJ: 08.491.345/0001-05, para o Lote 01; com o valor R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), com adjudicação à empresa Brasil Laser Jet Informática Importação e Exportação, CNPJ: 07.274.482/0001-17, para o Lote 02; com o valor R\$ 2.196,00 (dois mil cento e noventa e seis reais), e o Lote 03; com o valor R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

CLEIDE ANDRADE SANTOS GUIMARÃES
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2008- DR/SPI**

OBJETO: Aquisição de peças, componentes e materiais para computadores e outros equipamentos de microinformática para a ECT/DR/SPI, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS; A empresa Plusvision Comércio de Eletroeletrônicos Ltda-EPP foi a vencedora dos lotes 01 e 06 no valor de R\$ 27.544,00 e R\$ 19.220,00 respectivamente. A empresa Max Alberto Placeldino da Silva foi a vencedora do lote 02 no valor de R\$ 105.000,00. A empresa Brasil Supri Suprimentos de Informática Ltda foi a vencedora do lote 07 no valor de R\$ 125.000,00. Os lotes 03, 04 e 05 foram revogados.

ELTON LUIS WINKELMANN
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO
METROPOLITANA**

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 6.006/2008

Convênio nº: 06.006/2008; data da assinatura: 28/07/2008; nome da conveniente: Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba; nome da Agência de Correios Comunicatária: Colinas do Anhangüera; vigência: de 28/07/2008 a 27/08/2013; objeto: Continuar a proporcionar atendimento à população da localidade de Colinas do Anhangüera, no município de Santana de Parnaíba, conforme ação governamental de universalização da prestação de serviços postais; aplicação de recursos financeiros no exercício: R\$ 15.420,00; aplicação total de recursos financeiros: R\$ 15.420,00; conta: 2.32; fundamentação legal: Art. 116, caput, da Lei 8.666/93 e Instrução normativa nº 2 de 22/12/98 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8000012 (ENG) - GERAD/DR/SPM**

Comunicamos a todos os interessados que foi homologada a Tomada de Preços nº 8000012 (ENG) - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a contratação da obra de reforma do imóvel localizado na Rua Gláudio Sevalli, nº 315 - Biritiba Mirim/SP, para instalação da Agência de Correios Biritiba Mirim (AC Biritiba Mirim), conforme especificações técnicas e demais condições do edital e seus anexos. O objeto licitado foi adjudicado à empresa "Techserv Comércio e Instalações de Materiais Elétricos e Eletrônicos Ltda" - CNPJ nº 01.501.719/0001-79, no valor global de R\$ 148.061,68 (cento e quarenta e oito mil, sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), com taxa de BDI incluída de 23,02%, conforme ato expedido pela autoridade competente, de 13/08/2008.

HÉLIO BUN
Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000132 - GERAD/DR/SPM**

Objeto: Aquisição de paletes de madeira, através do Sistema de Registro de Preços, discriminados no quadro constante do Anexo 1 do edital, conforme especificação técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes.com.br>. (ID desta licitação 196054).

O recolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 08:00h do dia 26/08/2008. Abertura das Propostas: 27/08/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 10:00 horas do dia 27/08/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000132".

CLEITON MOREIRA DA SILVA
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, subitem 11.8, torna público o resultado da reunião do sorteio público realizado em 13 de agosto de 2008, entre as propostas que empatarem com o maior valor ponderado, declarando como vencedora para a(s) localidade(s) e serviço indicado(s) no Anexo Único.

ANEXO ÚNICO
Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, localidade de Fervedouro/MG.

Proponente	Serviço	Processo nº
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53710.000240/02

Brasília-DF, 14 de agosto de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2008

Nº Processo: 09100000315200869. Objeto: Participação de servidor em curso de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado em Administração. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 14/08/2008. MARCIA MARTINS ALVES. Coordenadora-Geral de Adm., Org. e Finanças. Ratificação em 14/08/2008. JOSE JERONIMO MOSCARDO DE SOUZA. Presidente. Valor: R\$ 38.160,00. Contratada INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA

(SIDEAC - 14/08/2008) 244001-24290-2008NE900001

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2008**

Nº do Processo: 09100.000.061/2008-89
Participes: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, CNPJ: 00.662.197/0001-24 e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, CNPJ: 17.217.985/0001-04
Objeto: Descentralização de Crédito, para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas, no valor de R\$7.456,02 (Sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), para a UFMG proceder a aquisição de livros raros sobre a temática Indiana.
Vigência: 13/08/2008 a 11/02/2009.
Data de assinatura: 13/08/2008.

DIRETORIA REGIONAL DE TOCANTINS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 222/2008

Objeto: locação de imóvel para abrigar a AC/MIRANORTE/TO, pelo período de 60 (sessenta) meses, contratado: Cicero Freire Bundeira, valor do exercício R\$ 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), valor global R\$ 37.350,00 (trinta e sete mil e trezentos e cinquenta reais), classificação orçamentária: 75011.44404.010002, enquadramento: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X, signatários: Eugênio W. P. Montenegro Cerqueira - Diretor Regional da contratante - Aderson Mendes de Matos - Gerente de Administração da contratante e Cicero Freire Bundeira.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 800 0012/2008 - DR/TO**

OBJETO: Aquisição de Mobiliários Ergonômicos para Unidades de Atendimento da Diretoria Regional de Tocantins, através do Sistema de Registro de Preços. Dia e horário da licitação: 27/08/2008, às 08:00h. Local para retirada do edital: pelo site: www.licitacoes.com.br. Outras informações pelo e-mail: cp1gt@correios.com.br ou no endereço: Av. São Paulo, s/nº, Bloco B, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia-GO, das 08:30 às 11:30 h, e das 14:30 às 17:00 h. Telefone: (62) 3226-2176 - Fax: (62) 3248-8133.

THAÍS ATAÍDES MIRANDA
Pregoeira

**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

**SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS**

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 17/2008
Nº Processo: 721/2008. Contratante: MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES/CNPJ Contratado: 00358432000179. Contratado: CAPITAL EMPRESA DE SERVICOS GERAIS/LIMITADA. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio do Palácio Itamaraty, Anexos I e II e Instituto Rio Branco. Fundamento Legal: Artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93
Data de Rescisão: 22/06/2008.

(SICON - 14/08/2008) 240013-00001-2008NE900192

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE CONCESSÃO DE USO

ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Uso de Bem Público que entre si celebraram o Ministério de Minas e Energia - MME e a Energia Sustentável do Brasil S.A.
CONTRATO nº 02/2008-MME - UHE Jirau
PARTICIPES: Contratante: Ministério de Minas e Energia - MME, CNPJ nº 37.115.383/0001-53, Concessionária: Energia Sustentável do Brasil S.A., CNPJ nº 09.029.666/0001-47.
OBJETO: Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica, sob o regime de Produção Independente de energia elétrica, por meio da exploração de potencial de energia

13 08 2008

Nesta data anexeí aos autos do processo de
nº 537/0.080.239/08 documentação
a seguir consuntiva de 06 folhas,
que assim numerei: 119 a 120
Data: 26/08/2008
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]

Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte
CGC/CPF Pesquisado: 22697254000143

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "22697254000143".

Emitido pelo site www.trf1.gov.br em: segunda-feira, 25 de agosto de 2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRME COM O ORIGINAL

25/8/2008

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Comunicações
116
10/08/2008

Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ
Argumento Pesquisado: 22697254000143

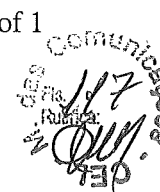
Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "22697254000143".



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 25/08/2008 às 17:41:52

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE COM. E ORÇAMENTO

10/08/2008



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

X
Avalie este serviço:
Informações
processuais

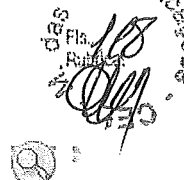
- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

RECEBIDA
10/08/2008
10/08/2008

Seção Judiciária de Minas Gerais
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ
Argumento Pesquisado: 22697254000143

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "22697254000143".


Emitido pelo site processual-mg.trf1.gov.br em 26/08/2008 às 12:36:36



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais | [menu](#) [ajuda](#) Dados da consulta  Consulta  Criar Arquivo Texto

UF: MG

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Espera Feliz (Concorrência: 102/2001)	20S390100	41W542600	255			C	

Usuário: - Data: 25/08/2008 Hora: 14:12:42

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º **53710.000239/2002 – Fundação Bom Jesus**. - pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

Brasília/DF, 25 de 08 de 2008.


ALINE MARTINS DA SILVA
Estagiária

Em concordância com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 certifico que foram remetidos à douta Consultoria Jurídica os processos que se encontram na Comissão Especial de Licitação, relativos ao procedimento licitatório de n.º **102/2001**.


Brasília/DF, 11 de 09 de 2008.


ADIMAR SOARES DA FONSECA
Encarregado Cartório

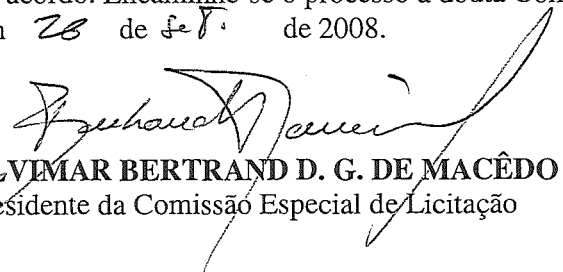
Informação, dos sistemas da Comissão Especial de Licitação, quanto aos limites de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236/67:


PROPONENTE	CONCORRÊNCIA	LOCALIDADE/UF	SERVIÇO	HOMOLOGAÇÕES (DOU)	DECRETO LEGISLATIVO (DOU)
Fundação Bom Jesus	102/2001	Espera Feliz/ MG	FM	XXXXX	XXXXX

Brasília, 26 de 08 de 2008


EDMAR F. MACHADO
Membro Titular

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 28 de set. de 2008.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

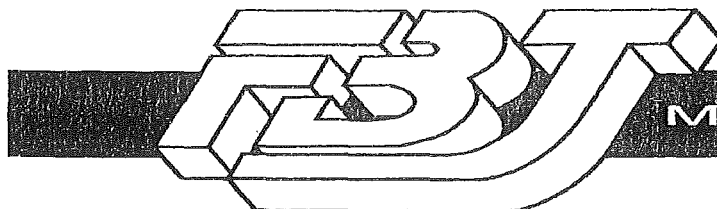

Comissão Especial de Licitação
102/2001

Nesta data por meio da qual se declara de
 nº 22710000 239102 04
 a qual
 que assim não
 Data: 02 09 08
 Nome: OMAR
 Assinatura: [Signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

EM

Nesta data por meio da qual se declara de
 nº 22710000 239102 04
 a qual
 que assim não
 Data: 02 09 08
 Nome: OMAR
 Assinatura: [Signature]



**RADIO
MANHUMIRIM**
- AM 780Khz -

CNPJ 22.697.254/0001-43 - Insc. Est. 395.128590.0001 - Utilid. Pública - Lei Municipal nº 1.097/98 de 08/04/98 -
R. Nunes da Rosa, 70 - centro - Manhumirim MG - CEP 36970-000 - Fone (33) 3341-1491 -
Site: www.radiomanhumirim.com.br

30
12
comunic
Rubrica
CEL

Manhumirim, 14 de julho de 2008.

**À
Comissão Especial de Licitação**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 031329/2008-44

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

22/07/2008-11:10

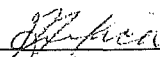
TERMO DE REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

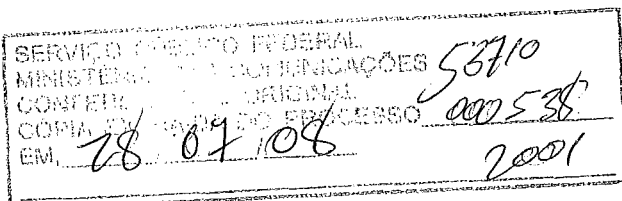
Mediante o surgimento de problemas financeiros em nossa emissora Fundação Bom Jesus, Rádio Manhumirim AM, devido as necessidades de novos investimentos e de outros serviços aqui implantados, nos vemos incapacitados de manter em vigor as nossas propostas financeiras. Requeremos assim, a desistência da Fundação Bom Jesus nas concorrências abaixo discriminadas:

LOCALIDADE	CONCORRÊNCIA
Tombos	034/2001 SSR/MC
Ipanema	035/2001 SSR/MC
Divino / Lajinha	036/2001 SSR/MC
Matipó / Manhuaçu	104/2001 SSR/MC
Pocrane / Piedade de Caratinga	105/2001 SSR/MC
Reduto	106/2001 SSR/MC
Durandé	101/2001 SSR/MC
Espera Feliz	102/2001 SSR/MC
Caratinga	149/2001 SSR/MC
Fervedouro	53710.000.239/02

Certo de vossa preciosa atenção, pedimos deferimento.

Atenciosamente,


Pe. João Lúcio Gomes Benfica
CPF: 729.947.206-63
Diretor Presidente
Fone: (33) 3341 1491



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. ORIGINAL

Ata da reunião extraordinária de número seis (016/2007), realizada aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e sete (05.01.2007) às nove horas (9h00) na sede da Fundação Bom Jesus. Estando presente os diretores - presidente e vice atuais - Paulo Rogério Machado, João Lúcio Gomes Benfica e outros conselheiros: José Geraldo Barbosa, José Weber Pereira Rosanna de Castro Chaves e Júlio Pessoa Franco que compõem a próxima diretoria. Assim, através do Ato de Nomeação de Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente da Fundação Bom Jesus em Manhumirim - MG, o Pe. Carlos Roberto Altoé, SDN, Rg. nº 558.438 / SGPC-ES e CPF nº 674.843.877-20, Superior geral do Instituto dos missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, (CNPJ - 22.294.638/0001-20), eleito pelo XIII Capítulo geral Ordinário Eletivo da Congregação dos missionários de Nossa Senhora de Santíssimo Sacramento, realizado em Manhumirim - MG, de 09 a 13 de janeiro de 2006, no início de sua função, conforme lhe facultou o Estatuto da "Fundação Bom Jesus" - CNPJ 22.697.254/0043 - (Capítulo III Art. 4º §§ II e V), NOMEIA Diretor Presidente da referida Fundação, o senhor JOÃO LÚCIO MES BENFICA, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg. nº MG 4.945.393 / SSP-MG, e CPF. nº 729.947.206-63, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gonzales, 549 Centro, Manhuacu - MG; e como Diretor Vice-Presidente da mesma Fundação, o senhor JÚLIO PESSOA FRANCO brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg. nº 571.242 e CPF. nº 206.963.026-91, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gonzales, 549 - Centro, Manhuacu - MG. A presente nomeação tem validade por 05 (cinco) anos invalidando a anterior, datada em 23 de janeiro de 2006 e registro no dia 30 de janeiro do mesmo

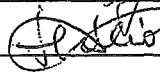
Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

Cleyser Leites de Souza
Esc. Jur. Su. J. - 2º Ofício
MANHUMIRIM



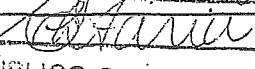


Certifico que esta cópia fotostática foi
minimamente conferida com o original que me foi exibida
E está fiel ao mesmo.
Manhumirim MG, 26 de 06 de 2008
Em test. Antônio da Verdade
Tabelião Escrevente

EM _____

uno, conforme prescreve o artigo 4º § IV dos Estatutos da Fundação. Para facilitar registros e comunicações junto aos órgãos do governo federal, estadual e municipal e quaisquer outros que se fizerem necessários, manda-se aqui a composição do Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus com nomeações e posse. Como diretora-assistente Rosimar de Castro Chaves, brasileira, casada, portadora do CPF nº 715.321.296-53 e Carteira de Identidade (RG) nº M-3. 624.748, residente e domiciliada na Rua Trajano Lima, 148 - Centro - Manhumirim/MG; diretor-assistente José Geraldo Barbosa, brasileiro, casado, portador do CPF nº 008.857.126-00, RG nº M.1.299.632, residente e domiciliado na Rua Testilo Red, 66 - Isidoro Manhumirim/MG; diretor-assistente José Weber Pereira, brasileiro, casado, portador do CPF nº 026.158.996-27, RG nº M-8.468.340, residente e domiciliado na Rua Alameda Bela Vista, 133 - N. S. Aparecida, Manhumirim/MG. Assim está composto o Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus e esta passa a ser a Ata Oficial de Nomeação e Posse do referido Conselho e Nova Diretoria. Nada mais a tratar, e Superior Geral, da esta municião por encerrada. Após lida e aprovada, esta ata será assinada pela nova diretoria. Manhumirim - MG, 05 de janeiro de 2007. De Carlos Roberto Altieri, 1ªª; José Luiz Gomes Baptista, 2ªª, R. Paulo Rogério Machado, 3ªª, 



Protocolado no L.º  nº 15071
Sancionado no L.º 
com Jurisdição nº 0151 de ordem, desta com.
Manhumirim, 19 de janeiro de 2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM, ____/____/____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
16 08 00



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 108 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 3311-6703/3311-6570 Fax: (61) 3311-6056

CEL
730
15/08/2008
13:33
Rubrica

Ofício nº 030/2008-CEL/MC

Brasília, 15 de Agosto de 2008.

Aos Sócios Gerentes

FUNDAÇÃO BOM JESUS, RÁDIO MANHUMIRIM AM

R. Nunes da Rosa, 70 - centro

Manhumirim/MG

Cep: 36970-000

Prezados Senhores,

1. Diante do pedido de desistência, protocolado neste Ministério, sob o n.º 53000.031329/2008-44, com o fundamento de incapacidade da vigência das propostas financeiras, referente às concorrências 034, 035, 036, 104, 105, 106, 101, 102, 149, todas do ano de 2001, solicitamos a apresentação de todas as alterações contratuais, em inteiro teor, da concorrente, com o fim de comprovar a legitimidade da representação do Sr. JOÃO LÚCIO GOMES BENFICA, que se apresenta como Diretor presidente da proponente em tela.
2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou cópias autênticas.
3. Fica conferido o prazo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO

Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. COM. NACIONAL
15/08/2008
13:33

124
10

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
AOS SÓCIOS GERENTES FUNDAÇÃO BOM JESUS, RÁDIO MANHUMIRIM AM RUA NUNES DA ROSA, 70 - CENTRO ED. SÍLVIA HELENA, SETOR SUL CEP: 36970-000 MANHUMIRIM/MG OFÍCIO Nº 30/2008 – CEL/MC		
PAÍS / PAYS		
EZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE		
<input type="checkbox"/> EMS		
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>Polispareida</i>	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 18/08/08	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENTE <i>Le Lins de Oliveira</i> Carteira 1 Mat. B416037-3	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		

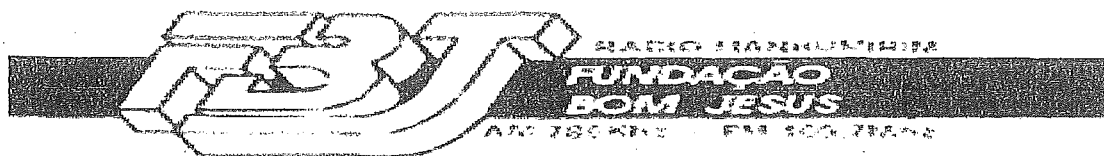
75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFER. COM. O. / MANHUMIRIM

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 371000229/01 a seguir constituída de 05
a seguir constituída de 125 a documentação
que assim numerai: 09 08 folhas.
Data: 02/05/2009
Nome: Vagner
Assinatura: [assinatura]



125
130

CNPJ 22.697.254/0001-43 – Insc. Est. 395.128590.0001 – Utilid. Pública – Lei Municipal nº 1.097/98 de 08/04/98 –
R. Nunes da Rosa, 70 – centro – Manhumirim MG - CEP 36970-000 – Fone (33) 3341-1491 – Site:
www.radiomanhumirim.com.br

OFÍCIO Nº 013/2008
Manhumirim/MG – 22/08/2008

Ao Exmº. Sr. Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
D.D Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 030203/2008-03
SEPRODIL/DE/COLOG/GERL/SPD
01/09/2008-09:58

Assunto: Legitimidade de Representação.
Ref: Processo nº 53000.031329/2008-44

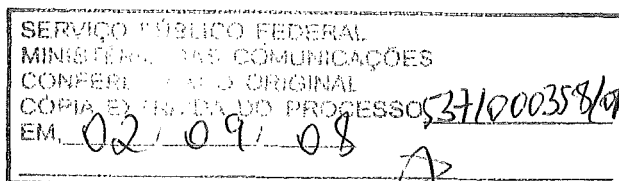
Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício número 030/2008 – CEL/MC, segue anexo os documentos solicitados, para a comprovação de legitimidade da representação do Sr. João Lúcio Gomes Benfica como Diretor-Presidente da Fundação Bom Jesus.

A saber: Estatuto, Ata de Nomeação e Posse, documentos de identidade e CPF, todos autenticados.

Atenciosamente,

João Lúcio
João Lúcio Gomes Benfica
Diretor-Presidente
Fundação Bom Jesus



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONF. EM 10/09/08
10/09/08

Co
Co Fls. 1
Rubric

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
AXM 86215

[illegible][illegible][illegible]

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 02, 09, 08

1000 1000

Estatutos da Fundação Bom Jesus: Capítulo I

- Denominação - Sede - Finalidades

Oficial do Registro
MANHUMIRIM - MG
17

Artigo 1º - A Fundação Bom Jesus, com sede na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, é instituída para as finalidades abaixo, obedecendo aos presentes estatutos e as disposições legais cabíveis. Artigo 2º - A Fundação tem por finalidade a formação cívica, moral, cultural e espiritual do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisada, dentro dos princípios patrióticos e cristãos da nacionalidade brasileira, podendo, para tanto, manter e operar emissoras de radiodifusão, sonora e de sons e imagens, jornais, revistas, livrarias, cinemas e outras atividades afins, de acordo com as concessões ou permissões que lhe venham a ser outorgadas pelo Governo Federal. A entidade, por ser cultural e Evangelizadora, não tem finalidades lucrativas. Parágrafo I - A Fundação poderá: a) manter serviços subsidiários de natureza educacional, cultural, social e de promoção humana, desde que esteja habilitada financeiramente, e sem prejuízo das suas atividades e finalidades primárias; b) fundar e manter, em qualquer parte do território nacional, departamentos, estabelecimentos e unidades patrimoniais, para o exercício de suas finalidades ou para obter meios para manutenção das mesmas. Parágrafo II - O ano social da Fundação coincide com o ano civil. - CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO - Artigo 3º - O patrimônio da Fundação é constituído de todos os bens que formam o ativo da 'RÁDIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM LTDA.' e de todos aqueles que a Fundação vier a possuir a qualquer título. Parágrafo I - Os recursos financeiros da Fundação se constituem da receita oriunda de seus bens patrimoniais, de donativos e legados, subvenções e auxílio dos poderes públicos ou de entidades. Parágrafo II - A Fundação não remunera os membros de seu Conselho Diretor, pelo seu exercício de funções, não distribui lucros ou vantagens, bonificações e dividendos de qualquer espécie; aplica integralmente no Brasil o "superávit", eventualmente verificado em seus exercícios financeiros na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais e nada envia para fora do país. - CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 4º - A administração da Fundação será exercida por um Conselho Diretor, composto de 05 (cinco) membros, sempre brasileiros natos, dependendo a efetivação de qualquer um deles no respectivo cargo, de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, nos termos da lei. - Parágrafo I - Os cargos do Conselho Diretor serão: um Diretor-Presidente, um Diretor-Vice-Presidente e 03 (três) Diretores Assistentes. - Parágrafo II - O Diretor-Presidente e o Diretor-Vice-Presidente da Fundação serão sempre nomeados pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, cuja sede se acha localizada na cidade de Manhumirim, Minas Gerais, à praça Pe. Júlio Maria, 38. - Parágrafo III - Os três Diretores Assistentes serão nomeados pelo Diretor-Presidente à Fundação, que destinará a um deles a função de Secretário e a outro, a de Tesoureiro da Fundação. - Parágrafo IV - O mandato dos membros do Conselho Diretor será exercido pelo prazo de 05 (cinco) anos, renovável. - Parágrafo V - As vagas que se verificarem no Conselho Diretor serão preenchidas na forma estabelecida neste artigo, por quem de direito, no mais tardar até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetivação da vacância. Artigo 5º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez cada três meses, e, extraordinariamente, por determinação do Diretor-Presidente, ou a pedido dos três Diretores Assistentes, mediante convocação por carta protocolada. - Parágrafo I - Todas as reuniões do Conselho Diretor serão dirigidas pelo 1º Diretor-Presidente, a quem cabe o voto de qualidade e as decisões devem ser tomadas por maioria absoluta. - Parágrafo II - Das reuniões deverão ser lavradas atas em livro próprio. - Parágrafo III - Para reuniões extraordinárias, far-se-á, na convocação, indicação do dia, hora, local e assunto, por carta protocolada. - Parágrafo IV - A posse de qualquer membro do Conselho Diretor, far-se-á sempre em reunião extraordinária. - Artigo 6º - Competem ao Conselho Diretor todas as atribuições necessárias à administração da Fundação, especialmente: a) garantir a realização das finalidades primárias da Fundação; b) expedir regulamentos internos para cada departamento; c) resolver sobre alienação dos bens patrimoniais; d) votar as contas, balanços e relatórios anuais de cada departamento e o balanço geral, levantado no dia 31 de dezembro de cada ano a ser apresentado pelo Diretor-Presidente ao Conselho Diretor, durante o primeiro trimestre do ano seguinte; e) reformar os estatutos, garantidas sempre a natureza e a finalidade da instituição. - Parágrafo I - Qualquer reforma dos estatutos deverá ser aprovada em reunião extraordinária do Conselho Diretor, e, antes de entrar em vigor, deverá ser aprovada pelo órgão competente do Governo Federal. - Parágrafo II - Ao Diretor-Presidente caberá a representação ativa e passiva, judicial ou não da Fundação, o exercício de todos os atos normais de administração ordinária da Fundação. - ilimitada e plena, e a distribuição dos serviços e encargos entre

SERVIÇO PÚBLICO - FEDERA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

02.109.108

Registrado no L. 2.444 sob o n.º 6.616 de ordem
Registrado no L. 2.444 de Registro Civil das Pessoas
Físicas sob o n.º 393 de ordem,
Manhumirim, 07 de Janeiro de 98
- Adm. Manhumirim
OFICIAL DO REGISTRO

Carimbo e rubrica do Oficial do Registro Civil das Pessoas Físicas
E está no Livro de Registro Civil das Pessoas Físicas
Manhumirim - MG, de 25 de 08 de 2008
Em test. [Assinatura] da veracidade
[Assinatura]

Cleyser Lopes da Silva
ISC. JUR. SUSP.
MANHUMIRIM

ATUALIZAÇÃO
186213
MAY

os demais membros do Conselho Diretor, atribuições estas do Diretor-Presidente que poderão ser exercidas pessoalmente ou mediante outorga de mandato por procuração a um dos membros do Conselho Diretor.

CAPÍTULO IV - DEPARTAMENTOS - Artigo 7º - Para a consecução de suas finalidades, a fundação criará tantos departamentos quantos se fizerem necessários, dando a cada um, uma denominação típica e ficando a sua geral e plena administração a cargo de um Diretor de Departamento, nomeado pelo Diretor-Presidente. - Parágrafo I - Sempre que a lei o exigir, os Diretores de Departamentos deverão ser brasileiros natos e ter os seus nomes aprovados pelo órgão competente do Governo Federal, previamente à sua posse no respectivo cargo. - Parágrafo II - No caso da vagância no cargo de Diretor de Departamento, o Diretor-Presidente escolherá entre os dois Diretores Assistentes um para exercer, cumulativamente, o cargo vago até a nomeação de um novo Diretor de Departamento, nos termos do artigo 7º deste estatuto. - Parágrafo 3º - Para efeito deste artigo, a posse efetiva de Diretor de Departamento far-se-á em reunião extraordinária do Conselho Diretor da Fundação, nos termos do artigo 5º deste estatuto. - Parágrafo IV - A organização dos Departamentos será disciplinada por disposições que se conterão no regimento interno da Fundação.

- CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 8º - Os Diretores não respondem pessoalmente subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade, salvo quando praticarem atos estranhos ao fim da Fundação, ou contrários à lei e seus estatutos. - Artigo 9º - A duração da Fundação Bom Jesus é por tempo indeterminado. - Artigo 10º - A extinção da Fundação ocorrerá se verificarem quaisquer das hipóteses previstas no artigo 30 do Código Civil Brasileiro e, nesse caso, seu patrimônio será incorporado à instituição congêneres ou alienado e o valor revertido a entidades de caráter, educacional, cultural, social ou assistencial, escolhidas pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim, cuja liquidação será assistida pelo representante do Ministério Público da Comarca de Manhumirim. - Artigo 11º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Fundação. Em caso de impossibilidade de solução pelo Conselho Diretor, este se socorrerá ao Poder Público, através do órgão competente, para fiscalizar Fundações. - Artigo 12º - Fica fazendo parte integrante da Fundação Bom Jesus, a pessoa jurídica, hoje denominada "RÁDIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM LTDA" - **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** - Artigo 13º - O primeiro Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus fica assim constituído: Pe. Paulo Dias Barboza, brasileiro, solteiro, sacerdote católico - CPF: 329.711.686/20, residente à praça Pe. Júlio Maria, s/n, Manhumirim/MG, para o cargo de Diretor-Presidente; José Raimundo da Costa, brasileiro, solteiro, sacerdote católico - CPF: 212.845.986/91, residente à rua Nunes da Rosa, 38, Manhumirim/MG, para o cargo de Diretor-Vice-Presidente. Os três Diretores Assistentes são: Antônio Pio Lopes, brasileiro, casado, aposentado - CPF: 032.920.616-87, residente à Travessa Capitão José Gomes, 37, Presidente Soares-MG, Mauro Humberto de Lima Brandão, brasileiro, casado, bancário - CPF: 032.919.876-91, domiciliado à Vila Quinca Barbeiro, 30, em Manhumirim/MG - Salma Maluf, brasileira, solteira, balconista, CPF: 094.020.716-87, residente à avenida Raul Soares, 400, em Manhumirim/MG. Parágrafo Único - O Diretor-Presidente e o Diretor-Vice-Presidente foram nomeados pelo Superior Geral do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, conforme artigo 4º, parágrafo II, destes estatutos. - Artigo 14º - O mandato do primeiro Conselho Diretor será até o dia 31 de Dezembro de 1991. Manhumirim, 22 de abril de 1986. Pe. Paulo Dias Barbosa - Diretor-Presidente.

Eu, _____, secretário, copieei do Livro de Atas da FUNDAÇÃO BOM JESUS.

Protocolado no L.º AN-4 sob o n.º 6616 de ordem
Registrado no L.º AN-2 de Registro Civil das Pessoas
Físicas sob o n.º 393 de ordem,
Manhumirim, 07 de junho de 98
Manhumirim
OFICIAL DO REGISTRO

Cleycei Lopes de Faria
2º. JUR. SUS-T. 2º OFÍCIO
MANHUMIRIM - MG

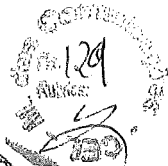
SANDRA ELISABETH FRAGA
DE MIRANDA
Oficial do Registro
MANHUMIRIM - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 02.10.98

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02.10.98

EM 02.09.108



Cleyde L. Lopes
ISC. JUR. SU. T.

Autenticação
AXW 86216

Com a data de 02.09.108
em 02.09.108
Manhumirim MG
Em 02.09.108
Trib. 1ª Inst. 108



17

Ato da reunião extraordinária de número 11, de
seis (06/2007), realizada aos cinco dias do mês
de janeiro de dois mil e sete (05.01.2007) às no-
ve horas (9h00) na sede da Fundação Bom Jesus.
Estando presente os diretores - presidente e vice atuais e,
Paulo Rogério Machado, João Lúcio Gomes Benfica e dire-
tores auxiliares: José Geraldo Barbosa, José Weber Pereira,
Rosamaria de Castro Chaves e Júlio Pessoa Franco que compo-
niam a próxima diretoria. Assim, através do Ato de Nomeação
do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente da Fun-
dação Bom Jesus em Manhumirim - MG, o Sr. Carlos
Roberto Altoé, SDN, Rg. nº 558.438 / SGPC-ES e CPF nº
674.843.877-20, Superior geral do Instituto dos Missio-
nários Sacramentinos de Nossa Senhora, (CNPJ - 22.295
638/0001-30), eleito pelo XIII Capítulo geral Ordinário-
Eletivo da Congregação dos Missionários de Nossa Senho-
ra do Santíssimo Sacramento, realizado em Manhu-
mirim - MG, de 09 a 13 de janeiro de 2006, no ex-
cício de sua função, conforme lhe faculto o Esta-
tuto da "Fundação Bom Jesus" - CNPJ 22.697.254/0001
43 - (Capítulo III Art. 4º §§ II e V), NOMEIA Diretor Pre-
sidente da referida Fundação, o senhor JOÃO LÚCIO GO-
MES BENFICA, brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg.
nº MG 4.945.393 / SSP-MG, e CPF. nº 729.947.206-63,
residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gonzales, 549
Centro, Manhuacu - MG; e como Diretor Vice-Presidente
da mesma Fundação, o senhor JÚLIO PESSOA FRANCO,
brasileiro, solteiro, sacerdote católico, Rg. nº 571.242 e
CPF. nº 206.963.026-91, residente e domiciliado à Rua
Monsenhor Gonzales, 549 - Centro Manhuacu - MG.
A presente nomeação tem validade por 05 (cinco) anos
invalidando a anterior, datada de 25 de janeiro
de 2006 e registro no dia 30 de janeiro de 2006.

DE FISCALIZAÇÃO
MANHUMIRIM
MG
5º

ans, conforme prescreve o artigo 42 § IV dos Estatutos da Fundação. Para facilitar registros e comunicações junto aos órgãos do governo federal, estadual e municipal e quaisquer outros que se fizerem necessários manda-se aqui a composição do Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus com nomeações e posse. Como diretora-assistente Rosiana de Castro Chaves, brasileira, casada, portadora do CPF. nº 715.321.296-53 e Carteira de Identidade (RG) nº M-3.624.748, residente e domiciliada na Rua Trajano Lima, 148 - Centro - Manhumirim/MG; diretor-assistente José Geraldo Barbosa, brasileiro, casado, portador do CPF. nº 068.857.136-00, RG. nº M.1.299.632, residente e domiciliado na Rua Teófilo Kedi, 66 - Isolado Manhumirim/MG; diretor-assistente José Weber Pereira, brasileiro, casado, portador do CPF. nº 026.158.996-27, RG. nº M-8.468.340, residente e domiciliado na Rua Alameda Bela Vista, 133 - U.S. Aparecida, Manhumirim/MG. Assim está composto o Conselho Diretor da Fundação Bom Jesus e esta passa a ser a Ata Oficial de NOMEAÇÃO e POSSE do referido CONSELHO e NOVA DIRETORIA. Nada mais a tratar, o Superior geral, da esta municiô por encerrada. Após lida e aprovada, esta ata será assinada pela nova diretoria. Manhumirim - MG, 05 de janeiro de 2007. De Carlos Roberto Altos, 1º, e José Luis Gomes Benfante, 2º, Pe. Paulo Rogério Machado, 3º, sen, (José Luis Gomes Benfante)



Protocolado no 1.º de fev. de 2007 nº 15001
Registrado no 1.º de fev. de 2007 nº 151
nessas Jurisdições sob o nº 151 de ordem, sexta da
Manhumirim, 19 de janeiro de 2007
Rosiana

Cleyser Lopes de Faria
2º SC. JUR. SUBST. - 2º Ofício
MANHUMIRIM - MG

Assinatura: Cleyser Lopes de Faria
2º SC. JUR. SUBST. - 2º Ofício
Nº 53710.000391/02
Data: 05 / 09 / 08
Nome: Liza
que assinou: 130

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Comun.
Fls. 130
Rubrica

Memorando nº *165* /2008/CEL/MC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 030526/2008-94

SEAPA/EC

02/09/2008-11:14

Em 02 de setembro de 2008.

Ao
Diretor do Departamento de Outorga e Serviços/SCE
Dr. Carlos Alberto Freire Resende

Ref. Fundação Bom Jesus.

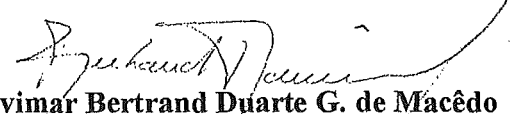
1. Tendo em vista pedido de desistência protocolizado neste Ministério com CPROD de nº 53000.031329/2008-44, por meio da **Fundação Bom Jesus**, é o presente para solicitar a V.Sa., que nos informe se a constituição da referida fundação, com a incorporação da "**Rádio Sociedade a Voz de Manhumirim Ltda**", permissionária nos termos da Portaria 325/56 (DOU de 15/12/56) e seguintes, foi aprovada por este Ministério.
2. Solicito saber se a constituição da presente diretoria foi aprovada pelo Ministério.

Atenciosamente,

RECEBI O ORIGINAL

Em: 02 / 09 / 2008

Diego Fernandes
Assinatura e Carimbo


Alvimar Bertrand Duarte G. de Macêdo
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COPIA ORIGINAL

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53710-000239/02 a documentação
a seguir descrita, em uma folhas,
que assim reza: 131
Data: 05 / 09 / 08
Nome: Luiz
Assinatura: [assinatura]

RECEBUEMOS
EM 05/09/08
O(A) [assinatura]
DE [assinatura]
Pelo(a) [assinatura]
[assinatura]

CEL
Rubrica
131
das Comunicações

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Regime Legal de Outorga
Grupo de Trabalho – Portaria nº 158, de 20/06/2008

Memorando nº 315 /2008/COSMS/CGLO/DEOC/SCE-MC

Em 03 de setembro de 2008.

Ao Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Referência : Documento nº 53000.038526/2008

Senhor Presidente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 038863/2008-81
SEDAP/CGLO/DEOC/SC
03/09/2008-16:07

1 - Em atenção ao Memorando mencionado, informamos que consta que a outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Manhumirim, no Estado de Minas Gerais, foi deferida originariamente a **RADIO SOCIEDADE A VOZ DE MANHUMIRIM LTDA.**, e posteriormente transferida para a **FUNDAÇÃO BOM JESUS** pelo Decreto nº 97.534, de 20 de fevereiro de 1989.

2 - Informamos, ainda, que a atual diretoria aprovada pela Portaria nº 023, de 08 de março de 1995 – DMC/BH, possui a seguinte composição:

LUCIANO PORTILHO BORCHIO – DIRETOR ASSISTENTE
RONALDO LOPES CORREA – DIRETOR PRESIDENTE
NEIDE APARECIDA ANANIAS – DIRETORA ASSISTENTE
JOSÉ GERALDO BARBOSA – DIRETOR ASSISTENTE
JESUS MOREIRA DE REZENDE – DIRETOR VICE-PRESIDENTE

3 - Quedamo-nos à disposição de V. Senhoria para quaisquer outras informações sobre o assunto, consideradas necessárias.



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga dos Serviços de Comunicação Eletrônica

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
CEL

Nota para anexar aos autos do processo de
nº 537/10.000.239/02 a seguinte documentação
que assim consta: 132 folhas
Data: 11/09/2008
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

INFORMAÇÃO Nº 016/L- 8 -CEL- SSR/MC

Referência: Pedido de desistência.

Processo nº 53710000239/2002

CONCORRÊNCIA Nº: 102/2001-SSR / MC.

Serviço: FM

Localidade(s)/Serviço(s): Espera Feliz e Fervedouro- MG

1. **FUNDAÇÃO BOM JESUS**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem perante a Comissão Especial de Licitação de Radiodifusão apresentar pedido de desistência de sua proposta de preço para localidade e Concorrência sob referência.
2. A requerente alega como fundamento de seu pedido de desistência, que em decorrência de investimentos em novos serviços, problemas de ordem financeira surgiram e impedem a entidade de manter as propostas pelas localidades de Fervedouro e Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais, bem como nas demais localidades a que concorre em outros Editais.
3. A Comissão Especial de Licitação na condução do trabalho de julgamento de requerimentos desta natureza, e como elemento preliminar para análise do pedido de desistência, adotou como critério considerar a fase em que a Concorrência se encontra para conhecer o pedido e aceitá-lo, sem que com isto repercuta no quadro de classificação de proponentes. Objetivamente busca desta foram suprir lacuna do Edital com a finalidade de atender aos princípios que regem a matéria.
4. Neste sentido a Comissão Especial de Licitação tem considerado procedentes os pedidos de desistência encaminhados antes do início da fase de abertura de preço, fase final do certame e momento da disputa em que categoricamente se definem posições e os valores reais de mercado da outorga a ser adjudicada. A posição decorre da necessidade de a Comissão Especial de Licitação não alterar o resultado final, seja em detrimento do Poder Público, quando resulte em proposta desfavorável em decorrência do valor ofertado pela segunda colocada, ou a favor da proponente quando vencedora em mais de um certame e devendo ser julgada dentro dos critérios estabelecidos no art. 12 do Decreto nº 236/67.
5. Ainda, considera-se como elemento secundário para motivar a análise do pedido, a comprovação de fato do que realmente causa o impedimento

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
JONFER

alegado como fundamento do que se requer, que conforme a lei deve ser cabalmente comprovado e aceito pela Comissão.

6. O pedido sob apreciação foi encaminhado à Comissão Especial de Licitação em 22 de agosto de 2008, e a sessão de abertura dos invólucros contendo as propostas de preço para as localidades de Espera Feliz e Fervedouro no Estado de Minas Gerais, foram realizadas em 24 de julho de 2008. Desta forma, a requerente sabia de sua condição no certame à aproximadamente 28 dias, vez que revelado ao público o preço ofertado pelas Outorgas.

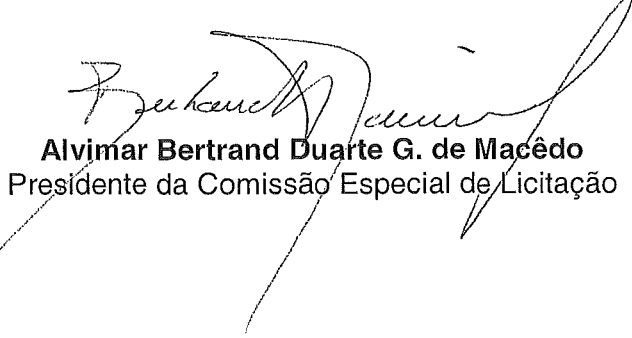
7. Ainda, sabia ter se sagrado como vencedora para localidade de Espera Feliz, em 05 de agosto de 2008 (DOU), ofertando a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e que o segundo colocado ofertou apenas R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). Que sua desistência ocorre, desta forma, em desfavor do Poder Público e em favor do segundo colocado, que ofertou menos pela prestação do serviço, sem, contudo ter proposta técnica melhor.

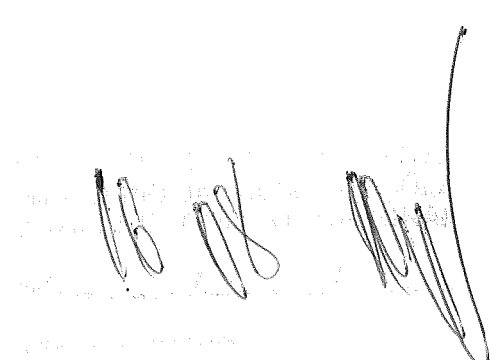
8. Por conseguinte, e em que pese o fato de alegar não ter como adimplir com ofertado, a proponente não traz aos autos elementos que comprovem a alegada condição de não poder arcar e sustentar a proposta feita ao Poder Público, restringindo o pedido em mera manifestação unilateral de vontade em desistir de participar do certame na fase de procedimento de homologação e adjudicação da outorga.

9. Por todo exposto, e à luz da legislação que serve à matéria, e pelas orientações adotadas por esta Comissão, **sugiro** ao Senhor Presidente e aos Senhores Membros desta Comissão Especial de Licitação, por cautela e isenção no procedimento, bem como por isonomia, **que não aceitem o requerimento de desistência da proponente Fundação Bom Jesus para a localidade de Espera Feliz no Estado de Minas Gerais, e com relação à localidade de Fervedouro no mesmo Estado, considerem o pedido desprovido de objeto, vez que a requerente não se sagrou vencedora no certame, onde figurando como segunda colocada.**


RUSSIL DE BEM
Assessor

De acordo.


Alvimar Bertrand Duarte G. de Macêdo
Presidente da Comissão Especial de Licitação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

134
Rubrica
CEL

ATA DE REUNIÃO Nº 057/2008

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro de 2008, às 15h:00 (quinze horas), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado, Marcus Ferreira da Silva e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de apreciar os trabalhos referentes à análise do "**pedido de desistência**" interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise do referido pedido de desistência. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas na "**Informação**" constante desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSOS E INFORMAÇÕES Nº (s)
102/2001-SSR/MC	53710.000239/02 e 016/08/L8/CEL-SSR/MC


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

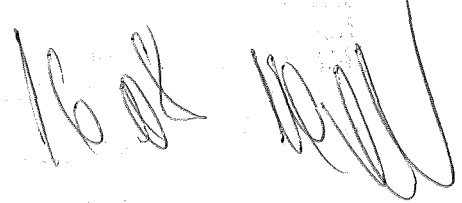

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

MARCUS FERREIRA DA SILVA
Titular


CLÁUDIO SILVA SOUZA
Titular

Publicada no DOU de 11/09/2008.



das
Fls. 135
Rubrica
135



convocados anteriormente, que surgiu 01 (uma) vaga para o respectivo cargo, na cidade de Esperantina/TO. Os candidatos que manifestarem interesse no preenchimento das vagas deverão apresentar requerimento endereçado à Gerência de Recursos Humanos/DR/GT, localizada na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, N. 11 - Subsolo - Centro - Goiânia/GO - CEP 74003-901, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A convocação será de acordo com o previsto no mencionado Edital, ou seja, em ordem rigorosa de classificação. O não pronunciamento indica a não aceitação da vaga oferecida, sem que isto implique qualquer alteração da ordem de classificação de sua localidade base.

AURORA GONÇALVES DA SILVA ARAÚJO
Presidente Regional da Comissão Organizadora

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 800 0005/2008 - DR/TO**

OBJETO: Contratação de serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados nas localidades do Estado do Tocantins, pelo período de 12 meses, sendo o certame homologado à empresa SOLUÇÕES INTEGRADAS IND. COM. E SERV. LTDA, CNPJ: 05.688.877/0001-30, no valor global de R\$ 239.778,00 (duzentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e oito reais).

THAIS ATAÍDES MIRANDA
Pregoeira

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2008

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 187, incisos XXIX e XL, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 24 subsequente, resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentar os documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades listadas implicará o arquivamento do Processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
BA	FEIRA DE SANTANA	53640001182/98	ASSOCIAÇÃO MISSÃO EVANGÉLICA EL SHADAY	4957/08 DE 23/06/08	DE NÃO EXISTE Nº INDICADO
GO	MAIRIPOTABA	5300004509006	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FÉDERAL FM	5661/08 DE 07/07/08	DE MUDOU-SE
RR	SÃO JOÃO DA BALIZA	530000337947/07	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E TV EM DEFESA E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOÃO DA BALIZA	5993/08 DE 07/08/08	DE DESCONHECIDO
RO	VILHENA	530000000289/99	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - SANTA ISABEL	5840/08 DE 29/07/08	DE ENDEREÇO INSUFICIENTE
SC	NOVA TRENTO	537400000237/01	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA NEOTRENTINA	5789/08 DE 23/07/08	DE MUDOU-SE

**COMUNICADOS
ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 187, inciso XL do Regimento Interno do Ministério das Comunicações e ainda o subitem 9.3, alínea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente, resolve, pelo presente Edital comunicar às entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, do arquivamento de seus processos, de acordo com o subitem 9.7 da supracitada Norma Complementar, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, apresentar solicitação visando a revisão da decisão de arquivamento. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AM	MANAUS	53630000190-00	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE NOVA	5968/08 DE 18/08/08	DE NÚMERO INEXISTENTE
ES	BREJETUBA	53660000813/98	ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE BREJETUBA	7690/04 DE 22/05/04	DE AUSENTE
ES	CARIACICA	53770000977/01	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ITANHENGA	5199/06 DE 04/07/06	DE NÃO EXISTE Nº INDICADO
ES	CARIACICA	53660000246/99	AR ORGANIZAÇÃO POPULAR DE NOVA ROSA DA PENHA	5198/06 DE 04/07/06	DE NÃO EXISTE Nº INDICADO
ES	CARIACICA	53000053391/04	UNIÃO COMUNITÁRIA CAPIXABA	5202/06 DE 04/07/06	DE MUDOU-SE
ES	CARIACICA	53770001194/01	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA CEU	5156/06 DE 03/07/06	DE NÃO EXISTE Nº INDICADO
ES	CARIACICA	53000054977/04	ASSOCIAÇÃO O BOM SAMARITANO DO BRASIL	0777/08 DE 19/02/08	DE AR EXTRAVIADO
ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53770000608/01	ASSOCIAÇÃO FUTEBOL CLUBE	7187/03 DE 29/07/03	DE MUDOU-SE
ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53770000220/01	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA DOS PESQUEIROS-ASMOVILPES	5153/06 DE 03/07/06	DE ENDEREÇO INSUFICIENTE
ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	53660000036/00	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA	5154/06 DE 03/07/06	DE ENDEREÇO INSUFICIENTE
GO	VOLPARAÍSO GOIAS	53000056066/05	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A CRIANÇA APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS	5418/06 DE 12/09/06	DE AR EXTRAVIADO
MG	ÁGUA BOA	53710000400/00	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BOQUETE	4717/08 DE 17/06/08	DE RECUSADO
MG	TAIOBEIRAS	53000051100-06	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES DE RIBEIRÃO	5670/08 DE 18/08/08	DE DESCONHECIDO

MT	TAFAURAH - ITANHANGA	53000090142-02	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL RECANTO ALEGRE	4635/08 DE 24/08/08	DE NÃO PROCURADO
PA	SANTA BÁRBARA DO PARAÍ	53000056256-06	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA BÁRBARA DO PARAÍ	5627/08 DE 16/07/08	DE NÃO PROCURADO
PE	ARARIPINA	53103000403/99	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ARARIPINA	5252/08 DE 01/07/08	DE AUSENTE
PE	CATENDE	530000036491-02	PRIMEIRA IGREJA BATISTA RENOVADA EM CATENDE	5251/08 DE 01/07/08	DE NÃO PROCURADO
PR	CASTRO	53000044972/03	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO PRADO VELHO	4431/08 DE 05/06/08	DE NÃO PROCURADO
RJ	SÃO JOSÉ DE UBA	53100000458/04	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DE UBA	5917/08 DE 29/05/08	DE AR EXTRAVIADO
RN	MAXARANGUAPE	53780000433/98	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE	5043/08 DE 27/05/04	DE AR EXTRAVIADO
RN	PARANAMIRIM	53000058773-06	IGREJA PENTECOSTAL DO CONCERTO	5230/08 DE 01/07/08	DE NÚMERO INEXISTENTE
RR	PITANGA	53000098472/08	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PITANGUENSE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA	1498/08 DE 19/05/08	DE DESCONHECIDO
SC	RIO DO SUL	530000934401/03	ARCA - ASSOCIAÇÃO RIOSULENSE DE COMUNICACAO ALTERNATIVA	5234/08 DE 01/07/08	DE NÃO PROCURADO
SE	PEDRINHAS	53000009223/08	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PEDRINHAS	5301/08 DE 03/07/08	DE DESCONHECIDO
SP	SÃO PAULO	53830002532/98	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO MATEUS	2981/07 DE 16/06/07	DE MUDOU-SE
SP	SÃO PAULO	53000009929/08	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FALA DO POVO	5934/08 DE 18/08/08	DE DESCONHECIDO
SP	SÃO PAULO	53000009926/08	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIAL E CULTURAL VALE VERDE	5742/08 DE 18/08/08	DE MUDOU-SE
TO	CARMOLÂNDIA	53000010624/08	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA VOZ ATIVA	5430/08 DE 08/08/08	DE DESCONHECIDO

INDEFERIMENTO DE REVISÃO DE DECISÃO DO ARQUIVAMENTO

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no subitem 9.3, alínea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente, resolve, pelo presente Edital COMUNICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, da manutenção do arquivamento de seus processos, mediante indeferimento da revisão de decisão do arquivamento, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, apresentar recurso endereçado à Consultoria Jurídica. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AP	BAILIQUE	53710000264/99	CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE	0176/08 DE 04/07/08	DE NÃO PROCURADO
BA	SERRINHA	53000001919/04	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SERRINHENSE	0123/08 DE 16/06/08	DE NÃO PROCURADO
DF	BRASILIA	530000092461/99	INSTITUTO NACIONAL DESPORTIVO E CULTURAL DO BRASIL - INDESCUB	5970/00 DE 10/10/00	DE AR EXTRAVIADO
PB	CABEDELO	53000047644/07	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MAR ABERTO	0106/08 DE 16/06/08	DE AUSENTE

Em 10 de setembro de 2008.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

**AVISO
CONCORRÊNCIA Nº 102/2001-SSR/MC**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2006 e suas alterações, torna pública, por meio deste Aviso e seu anexo único, deliberação sobre o(s) Pedido(s) de Desistência do(s) proponente(s) e, em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, concluiu pela NÃO ACEITAÇÃO do(s) pedido(s).

Brasília - DF, 10 de setembro de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÉDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº	UF	Localidade	Serviço	Proponente	Processo Nº
102/2001-SSR/MC	MG	ESPERA FELIZ	FM	FUNDACÃO BOM JESUS	53710007339/02

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 7/2002-SSR/MC**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna pública os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 9 de setembro de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÉDO
Presidente da Comissão

ANEXO

Concorrência nº 007/2002-SSR/MC, Localidade de Santana/BA.

Processo Nº	Proponente(s)	Serviço	PP	VP
53640.000439/02	TIPIANA FM LTDA.	FM	95.516	99.552

RECEBIDO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. COPIA DO ORIGINAL

Nesta data, anexo aos autos do processo de
nº 53710.000239/02, documentação
a seguir constituída de 1 (uma) folhas,
que assim numerai: 136X-X-X-
Data: 26 109 108
Nome: AZAMIR
Assinatura: AZAMIR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CERTIDÃO

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, certifica que transcorreu *in albis* o prazo conferido às fls. 135 sem que chegasse a sua Secretaria qualquer manifestação da(s) interessada(s).

Brasília (DF), 26 / 07 / 2008.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/N.º 1812 - 2.17 / 2009

CONCORRÊNCIA Nº 102/2001 – SSR/MC

PROponentes Vencedoras:

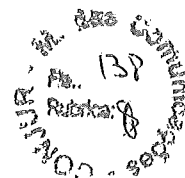
53710.000249/02 (SISTEMA MILLENIUM DE
RADIODIFUSÃO LTDA.),
53710.000240/02 (SISTEMA NOROESTE DE
COMUNICAÇÃO LTDA.) e
53710.000239/02 (FUNDAÇÃO BOM JESUS).

PROCESSO PRINCIPAL N.º: 53000.004771/01.

DEMAIS PARTICIPANTES: 53710.000245/02,
53710.000238/02, 53710.000247/02, 53710.000248/02,
53710.000250/02, 53710.000243/02, 53710.000237/02,
53710.000246/02, 53710.000244/02, 53710.000241/02,
53710.000242/02.

EMENTA: Concorrência nº 102/2001-SSR/MC. **SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de Guapé/MG; **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de Fervedouro/MG e **FUNDAÇÃO BOM JESUS.**, declarada vencedora para a localidade de Espera Feliz/MG. Verificação da legalidade e regularidade do certame. Pela homologação e adjudicação do certame às licitantes declaradas vencedoras.

1. Trata-se de procedimento licitatório com vistas a outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, para as localidades de Guapé, Fervedouro e Espera Feliz, todas no Estado de Minas Gerais.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

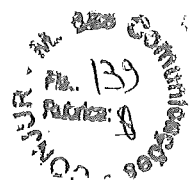
§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito." (FILHO, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001, p.481)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. COM. O. 10/2009
[Assinaturas]



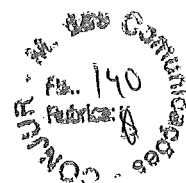
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

5. A licitante SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. foi declarada vencedora para a localidade de Fervedouro, no Estado de Minas Gerais, após realização de sorteio, conforme resultado publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 15/08/2008, página 81, à fl. 88. Não houve interposição de recursos (certidão da CEL à fl. 95).
6. Para a localidade de Guapé, no Estado de Minas Gerais, a licitante SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. foi declarada vencedora, nos termos do resultado publicado no DOU, Seção 3, de 05/08/2008, página 76, à fl. 67 dos autos da proponente vencedora. De igual modo, não houve interposição de recurso.
7. A licitante FUNDAÇÃO BOM JESUS foi declarada vencedora para a localidade de Espera Feliz, também no Estado de Minas Gerais. A proponente requereu desistência do certame à fl. 121. O pedido foi indeferido pela Comissão Especial de Licitação, conforme INFORMAÇÃO Nº 016/L-8 – CEL-SSR/MC, às fls. 132 e 133.
8. O indeferimento da CEL baseou-se nos seguintes fatos: a) ausência de comprovação de motivo justo para “ não ter como adimplir com ofertado, ..., restringindo o pedido em mera manifestação unilateral de vontade em desistir de participar do certame na fase de procedimento de homologação e adjudicação da outorga”, e b) a proponente sabia que tinha sido vencedora para a localidade de Espera Feliz. E tal pedido prejudicaria o Poder Público, na medida em que favoreceria o 2º colocado que ofertou preço inferior que a licitante desistente.
9. Desse modo, verifica-se que a Comissão Especial de Licitação agiu corretamente ao manter a proponente FUNDAÇÃO BOM JESUS como a vencedora no certame, eis que ultrapassada a fase de habilitação a desistência somente é cabível mediante motivo justo e aceito pela CEL, o que não se verificou no caso em apreço.
10. No que se refere ao procedimento licitatório para as localidades de Guapé, Fervedouro e Espera Feliz, todas no Estado de Minas Gerais, a homologação demonstra-se viável.
11. Destaque-se, outrossim, que a presente análise cinge-se somente ao certame da Concorrência nº 102/2001 – SSR/MC, não tendo nenhuma relação com os demais certames em que participam as proponentes ora declaradas vencedoras.
12. Ante o exposto, opinamos para que seja **homologado** o certame e **adjudicada** a outorga de serviço de radiodifusão sonora em **Frequência Modulada (FM)**, às licitantes **SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de Guapé/MG; **SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de Fervedouro/MG e **FUNDAÇÃO BOM JESUS.**, declarada vencedora para a localidade de Espera Feliz/MG.

16.08.08

Carimbo: PARECER JURÍDICO Nº 1812/2009

Assinatura: [assinatura]



4

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

13. À consideração do Senhor Ministro. E, após, à Comissão Especial para providências.

Brasília, 18 de setembro de 2009.


KIYOMI MAEZOE
Assistente – CONJUR/MC

Em 30 / 09 / 09


MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA
Consultor Jurídico

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 23710.000.239/04 documentação
a seguir constituída de 09 (duas) folhas,
que assim numerei: 141 à 142
Data: 04 / 12 / 2009
Nome: _____
Assinatura: [assinatura]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 26 de novembro de 2009.

Acolho o **PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 1812 – 2.17/2009**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


HELIO COSTA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SER- VIÇO	PROPONENTES VENCEDORAS	Nº PROCESSO
102/2001	MG	GUAPÉ	FM	SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53710.000249/02
102/2001	MG	FERVEDOURO	FM	SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53710.000240/02
102/2001	MG	ESPERA FELIZ	FM	FUNDAÇÃO BOM JESUS	53710.000239/02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM



preendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

d) no mínimo, quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e quatro horas semanais na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

e) no mínimo, cinco horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 14 (quatorze) horas, e cinco horas semanais na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

f) no mínimo, seis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 14 (quatorze) horas, e seis horas semanais na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 72 (setenta e dois) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

g) no mínimo, dez horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 14 (quatorze) horas, e dez horas semanais na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

h) no mínimo, doze horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

i) no mínimo, dezesseis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 108 (cento e oito) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

j) no mínimo, vinte horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

k) no mínimo, vinte e quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 132 (cento e trinta e dois) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

7.3. No caso de afiliada ou retransmissora: na data de início da transmissão ou retransmissão com tecnologia digital observada, à época, quanto à veiculação dos recursos de acessibilidade de que trata o subitem 5.1, a mesma proporção de horas e o mesmo horário estabelecido para a geradora cedente da programação." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

DESPACHO DO MINISTRO Em 26 de novembro de 2009

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 1812 - 2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	PROPOSTANTES VENCEDORAS	Nº PROCESSO
SSRAMC					
102/2001	MG	GUAPÁ	FM	SISTEMA MILLENNIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53710.090244/02
102/2001	MG	FERVEZOURO	FM	SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53710.090246/02
102/2001	MG	ESPERA FELIZ	FM	FUNDAÇÃO BOM JESUS	53710.090239/02

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 6.625, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009

Procedimento Administrativo nº 53500.005724/2009. Expede Autorização à EQUANT BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 66.624.776/0001-90, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE Em 23 de novembro de 2009

Nº 8.130 - Processo nº 53500.014615/2008 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de Anuência Prévia para a celebração do Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel CONT/CSA/007/2003 entre a concessionária do STFC, COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ nº 71.208.516/0001-74 e CAIXA ESCOLAR JOSÉ DE ALENCAR, CNPJ/MF nº 22.233.936/0001-03, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 543, realizada em 04 de novembro de 2009, anuir a referida contratação, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 616/2009-GCAB, de 29 de outubro de 2009, e de conformidade com o Informe nº 242/2008 - PBOAC/PBOA/SPB, de 12 de junho de 2008.

Nº 8.132 - Processo nº 53500.030903/2008 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de Anuências Prévias para a celebração dos Contratos de Prestação de Serviços entre a concessionária do STFC, COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, e ENGSEET ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 08.162.032/0001-03, Contratos CONT/CSR/002/2008 e CONT/CGT/007/2008, LOPTITEL SERVIÇOS EM REDES DE TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ/MF nº 04.984.935/0001-00, Contrato CONT/CSR/002/2008, e ESTACÃO ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 05.762.222/0001-65, Contrato CONT/CSR/003/2008, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 543, realizada em 04 de novembro de 2009: a) anuir com a celebração dos referidos Contratos, nos seus exatos termos, e b) determinar que a Superintendência de Serviços Públicos adote as providências pertinentes no sentido de solicitar a realização de fiscalização, de forma planejada, com o objetivo de acompanhar a execução dos mesmos, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 605/2009-

GCAB, de 29 de outubro de 2009, e de conformidade com o Informe nº 107/2009 - PBOAC/PBOA/SPB, de 27 de fevereiro de 2009.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União do dia 9 de novembro de 2009, Seção 1, pág. 112, retifica-se conforme segue:

I - Onde se lê: "ATO Nº 7.411, DE 19 DE OUTUBRO DE 2009";

II - Leia-se: "ATO Nº 2.432, DE 11 DE MAIO DE 2009".

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.883, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009

Autorizar a(o) Embaixada da República Popular da China a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, Foz do Iguaçu/PR e Manaus/AM, no período de 25/11/2009 a 30/11/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 6.929, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Processo nº 53000.019287/05. RADIO DIVINOPOLIS LTDA - OM - Divinópolis/MG. Autoriza o Uso de Radiofrequência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.906, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à ANTONIO ISIDORO ZANELLA LODI, por meio do Ato nº 999, de 27/08/2008, para UNILODI AGRONEGÓCIOS CEREALIS LTDA., CNPJ nº 09.347.948/0001-92, bem como a outorga de autorização de uso de radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.907, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à LEONICE MONARETTO LASTA, CPF nº 019.344.419-45 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.908, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à SAFETY VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.462.405/0001-03 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.909, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à TECNOSEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.702.684/0001-27 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.910, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à AGENOR PANISSON LODI, CPF nº 083.973.689-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.911, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à MANOEL GOMES FERREIRA, CPF nº 200.170.309-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.912, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à UNIMED REGIONAL MARINGÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, CNPJ nº 76.767.219/0001-82 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.913, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à ACOPLATION ANDAIMES LTDA, CNPJ nº 02.576.794/0001-61 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.914, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Expede autorização à LIVAN RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ nº 04.493.325/0001-04 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 6.915, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

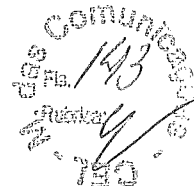
Expede autorização à SERGIPE JET SERVICE COMERCIAL LTDA ME, CNPJ nº 32.740.490/0001-59 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

RECEBIMOS DO PÚBLICO TRIBUNA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
16/08/2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



C E R T I D ã O

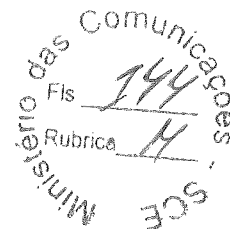
Processo n.º 53710-200239/2002.

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, em face da publicação de fls. 142, certifica que até a presente data não chegou à sua Secretaria qualquer manifestação da concorrente interessada.

Brasília (DF), 23 / 06 / 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 08/10/10
Página: 100 Seção: 1
ANOTADO POR: *fox*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 896 , DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000239/2002, Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO BOM JESUS para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



PORTARIA Nº 774, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, inciso I, da Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e;

Considerando o disposto na Resolução Nº 245, de 27 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos produzidos e saídos de fábrica, nacionais e importados;

Considerando a Portaria Nº 129, de 18 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que definiu as características do processo de certificação e homologação para o sistema antifurto obrigatório, a ser instalado em veículos novos que sejam licenciados no Brasil, e para os provedores de serviço de monitoramento e localização, com as alterações promovidas pela Portaria Nº 253, de 22 de julho de 2009;

Considerando a Portaria Nº 133, de 27 de maio de 2009, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que estabeleceu as regras e os procedimentos para designação de Organismos de Certificação;

Considerando a Portaria Nº 224, de 13 de julho de 2009, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que, nos termos do art. 6º da Portaria DENATRAN Nº 133/09, designa a Associação NCC Certificações do Brasil para atuar como Organismo de Certificação;

Considerando o que consta do Processo Nº 80000.021769/2010-81, resolve:

Art. 1º Homologar a empresa Controle Monitoramento de Veículos Ltda. para atuar como Provedor de Serviços de Monitoramento e Localização com infraestrutura própria, nos termos da Portaria Nº 129/08, com as alterações dadas pela Portaria Nº 253/09 do DENATRAN.

Art. 2º A empresa poderá perder a homologação de que trata esta Portaria nos seguintes casos:

I - executar qualquer serviço no âmbito da Resolução CONTRAN Nº 245/07 sem a prévia e expressa autorização do proprietário do veículo ou, ainda, se por qualquer ato, mesmo que por omissão ou negligência, lesar o proprietário do veículo ou expor a terceiros informações obtidas em razão do serviço prestado.

II - deixar de ter certificado de avaliação de conformidade válido, emitido por organismo de certificação designado pelo DENATRAN, nos termos da Portaria Nº 133/09.

III - deixar de cumprir as normas e regulamentos que disciplinam a atividade para a qual a empresa está sendo homologada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 775, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, inciso I, da Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e;

Considerando o disposto na Resolução Nº 245, de 27 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos produzidos e saídos de fábrica, nacionais e importados;

Considerando a Portaria Nº 129, de 18 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que definiu as características do processo de certificação e homologação para o sistema antifurto obrigatório, a ser instalado em veículos novos que sejam licenciados no Brasil, e para os provedores de serviço de monitoramento e localização, com as alterações promovidas pela Portaria Nº 253, de 22 de julho de 2009;

Considerando a Portaria Nº 133, de 27 de maio de 2009, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que estabeleceu as regras e os procedimentos para designação de Organismos de Certificação;

Considerando a Portaria Nº 224, de 13 de julho de 2009, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN que, nos termos do art. 6º da Portaria DENATRAN Nº 133/09, designa a Associação NCC Certificações do Brasil para atuar como Organismo de Certificação;

Considerando o que consta do Processo Nº 80000.029350/2010-77, resolve:

Art. 1º Homologar a empresa Zatix Tecnologia S/A para atuar como Provedor de Serviços de Monitoramento e Localização com infraestrutura própria, nos termos da Portaria Nº 129/08, com as alterações dadas pela Portaria Nº 253/09 do DENATRAN.

Art. 2º A empresa poderá perder a homologação de que trata esta Portaria nos seguintes casos:

I - executar qualquer serviço no âmbito da Resolução CONTRAN Nº 245/07 sem a prévia e expressa autorização do proprietário do veículo ou, ainda, se por qualquer ato, mesmo que por omissão ou negligência, lesar o proprietário do veículo ou expor a terceiros informações obtidas em razão do serviço prestado.

II - deixar de ter certificado de avaliação de conformidade válido, emitido por organismo de certificação designado pelo DENATRAN, nos termos da Portaria Nº 133/09.

III - deixar de cumprir as normas e regulamentos que disciplinam a atividade para a qual a empresa está sendo homologada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010100800100

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 887, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observando o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a" da Constituição Federal, e no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.022000/2009, resolve:

Consignar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Assis, Estado de São Paulo, o canal 16 (dezesseis), ocupando a faixa de frequências de 482 - 488 MHz, para transmissão digital do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), na mesma localidade.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 889, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 94, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002890/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência direta da permissão outorgada a BRASIL AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO EMPREENDIMENTOS LTDA., pela Portaria nº 261, de 4 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 subsequente, referendada pelo Decreto Legislativo nº 236, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Redenção, Estado do Pará, a WWW COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, cujo quadro societário e diretivo ficará alterado conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, rege-se-á de acordo com o Código brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Determinar que, após aprovação dos atos por este Ministério, se proceda à devida comunicação ao Congresso Nacional nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 892, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Sobral (Aracatiap), Estado do Ceará, canal 13+ (treze decalado para mais).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 893, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, canal 53- (cinquenta e três decalado para menos).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

ao:

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 894, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Gurupava, Estado do Paraná, canal 58 (cinquenta e oito).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 896, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000239/2002, Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Bom Jesus. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 897, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000249/2002, Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Millennium de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guapê, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.213, DE 30 DE JUNHO DE 2010

Processo nº 535200025412009 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), do interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º **53710.000239/02**

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 896, de 05 de outubro de 2010, no Diário Oficial da União no dia 08 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 08 de outubro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

147

Augusto Mendes
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 66 /2010/GM-MC

Brasília, 14 de outubro de 2010.

Ao Senhor
LUÍS ALBERTO DOS SANTOS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais
Palácio do Planalto, 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00486 2010 EM ✓
- 53000.055695/2007

MC 00544 2010 EM ✓
- 53740.000953/1998 / 53000.024819/2008

MC 00745 2010 EM ✓
- 53000.046274/2007


MC 00746 2010 EM ✓
- 53740.000116/2002

MC 00747 2010 EM ✓
- 53710.000474/1998 / 53000.027495/2008 ✓

MC 00748 2010 EM ✓
- 53000.055489/2009

MC 00749 2010 EM ✓
- 53000.014655/2010

MC 00750 2010 EM ✓
- 53000.015303/2010



148
MC 00751 2010 EM ✓
- 53640.000054/2001

MC 00752 2010 EM ✓
- 53000.052134/2006


MC 00753 2010 EM ✓
- 53000.009034/2003

MC 00754 2010 EM ✓
- 53000.008638/2006

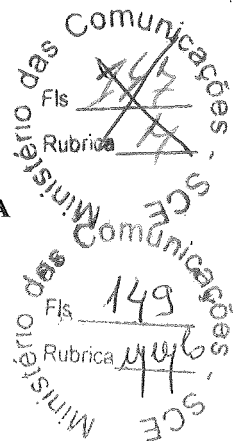
MC 00755 2010 EM ✓
- 53710.000239/2002

MC 00756 2010 EM ✓
- 53710.000249/2002

Atenciosamente,


PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS



DESPACHO Nº 556/2011 - COCAN/CGLO/DEOC/SCE

Ref. Processo nº : 53710.000239/2002
Concorrência nº: 102/2001-SSR/MC
Serviço : Frequência Modulada
Interessada : Fundação Bom Jesus
Assunto : Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação
Em anexo : Minuta de Exposição de Motivos

Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

Conferido.


ALICIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRÍCIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 24/2/2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 01/03/2011


DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53710000239/02 a documentação
a seguir constituída de 04 folhas,
que assim numerarei: 150 / 153
Data: 01 / 04 / 011
Nome: Jamie
Assinatura: R

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA NOITE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
255	FUNDACAO BOM JESUS	MG	Espera Feliz	FM	C		
780 kHz	FUNDACAO BOM JESUS	MG	Manhumirim	OM	3	M	

Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Data: 11/03/2011

Hora: 18:31:59

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Perfil das Empresas - FUNDACAO BOM JESUS

CNPJ: 22697254000143

Presidente:

Endereço: RUA NUNES DA ROSA - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 0,00

Reserva de Capital:

Total: 0,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
027.645.929-65	HEITOR VICENTE DE CARVALHO	DIRETOR ASSISTENTE	
068.857.136-00	JOSÉ GERALDO BARBOSA	DIRETOR ASSISTENTE	
206.963.026-91	JULIO PESSOA FRANCO	DIRETOR VICE-PRESIDENTE	
715.321.296-53	ROSIANA DE CASTRO CHAVES	DIRETORA ASSISTENTE	
729.947.206-63	JOAO LUCIO GOMES BENFICA	DIRETOR PRESIDENTE	

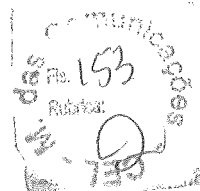
Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar Imprimir Exportar Excel



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CONCORRÊNCIA : 102/2001-SSR/MC
PROCESSO ESPECÍFICO : 53710.000239/2002 (Cópia nº 01)

DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 105/2011

01. A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 102/2001-SSR/MC, na qual a FUNDAÇÃO BOM JESUS sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

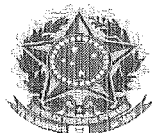
02. A pesquisa realizada no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL, extratos às fls. 150, informam que a entidade em comento não extrapolou os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67.

03. Impende informar que houve alteração do quadro de participantes da diretoria da entidade, consoante extrato do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL (fl. 151), justificada pela imposição do Estatuto da Fundação em promover eleição de seu Conselho Diretor a cada 5 (cinco) anos, quadro diretivo esse homologado por meio do Despacho Nº 10, de 14 de abril de 2010, conforme cópia acostada á fl. 152.

Pelo exposto, considerando que o fato novo não obsta o prosseguimento do feito e que a Portaria nº 896, de 5 de outubro de 2010, outorgando a Permissão à entidade, foi publicada no Diário Oficial da União em 08.10.2010, encaminhamos cópia dos autos, juntamente com a minuta da nova Exposição de Motivos, à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 1º de abril de 2011.


ALYIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR
Fls. 154
Rubrica
M. das Comunicações

COTA nº 080/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53710.000239/2002 (cópia 1)
Interessado:FUNDAÇÃO BOM JESUS.

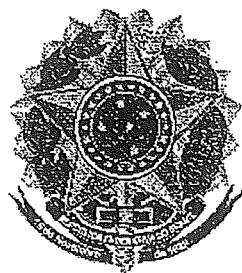
Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos do PARECER Nº 1812 – 2.17/2009/KMM/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls.137 a 140, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 01 de abril de 2011.

Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

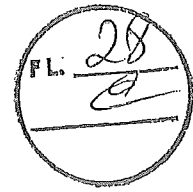
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 102/2001 - SSR/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

A large, stylized handwritten signature or mark, possibly a signature, located to the right of the text 'PERMISSÃO DE FM'.

Brasília-DF, Dezembro de 2001



ÍNDICE

1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS

A large, stylized handwritten mark or signature located in the bottom right area of the page.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



CONCORRÊNCIA N.º 102/2001 – SSR/MC
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 18/02/02, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado de Minas Gerais, situada à Rua Timbiras, 1778 – Bairro Lourdes/Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30140-061.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

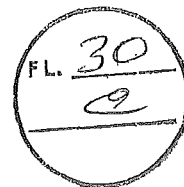
2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC
Rua Timbiras, 1778
Bairro Lourdes/Centro
Belo Horizonte/MG
CEP 30140-061.

A large, stylized handwritten signature or mark.

Internamente:



- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

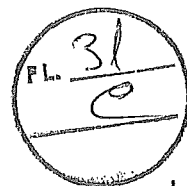
2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a

partir da assinatura, pelo Ministro das Comunicações, dos atos de outorga referentes às primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.



3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.

4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.3 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.4 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;

5.2.5 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da

lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

a) da Receita Federal ;

b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;

c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;

d) da Fazenda Municipal



5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

- a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Proposta deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Editais da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
Localidade(s) de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><u>Conteúdo:</u></p> Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica Qualificação Econômico-Financeira Regularidade Fiscal	

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA Editais da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
Localidade de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><u>Conteúdo:</u></p> Conjunto nº 2: Proposta Técnica	

2

FL. 37
e

CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Serviço/UF:	
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<u>Conteúdo:</u> <u>Conjunto nº 3:</u> <u>Proposta de Preço pela Outorga</u>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que

seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes ~~bastantes~~ para a prática daquele ato.



9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, suas alterações, legislação específica, bem como o estabelecido neste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

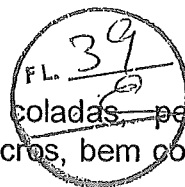
9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o

Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.



9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura do(s) Conjunto(s) nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação, pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação das proponentes para verificação.

9.4.7 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação, para os fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo a publicação dos conceitos de **Habilitada** e **não Habilitada**, resultantes da análise, no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) interposição de recurso contra habilitação de terceiros;
- b) interposição de recurso contra a própria inabilitação.

9.5.1 Superada esta etapa da fase de habilitação, a Comissão Especial de Licitação publicará Aviso no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) apresentação de impugnação a recursos interpostos.

9.5.2 A publicação de que trata o subitem anterior, para os fins de cientificação das proponentes, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a Unidade da Federação (UF);
- b) a localidade de execução do serviço;
- c) o número da Concorrência;
- d) o serviço ou serviços objeto de cada Concorrência;
- e) a indicação de existência ou não de recurso por localidade/concorrência/serviço.

9.5.3 A relação dos nomes de recorrentes contra a habilitação de terceiros e contra a própria inabilitação, com a indicação dos respectivos concorrentes com documentos questionados, será fornecida diretamente pela Comissão de Assessoramento Técnico - CAT e disponibilizada no site do Ministério das Comunicações na Internet (www.mc.gov.br).

12

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

13

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a) $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$ pontos, para $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima: $Tt = 16$ horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a) $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a) $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a) $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:



a) $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a) $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$, para $9 \leq Pz \leq 36$

B) Condição Mínima: $Pz = 36$ meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$ pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

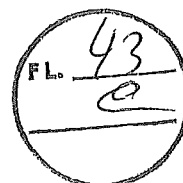
11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento C)



PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os

recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação da proponente vencedora.



12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.1.1 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.2. A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

12.2.1 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.3 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no item 1 deste Edital.

12.4 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.5 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissionária.

12.5 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.7, com 10 (dez) dias de antecedência;

12.6 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.7 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.8 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.9 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.10 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.11 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

12.12 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação intimará as demais proponentes, nos moldes estabelecidos pelos subitens 9.5.1 e 9.5.2, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PL. 46
18

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da recorrente;

b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

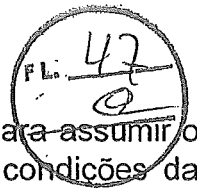
13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

19



14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

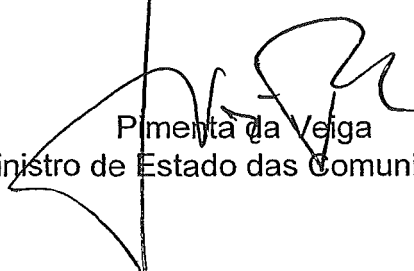
15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 5 de novembro de 2001.


Pimenta da Veiga
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO I

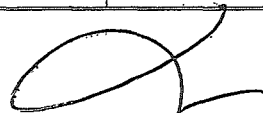
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark located in the bottom right corner of the page. It consists of a large, stylized loop followed by a vertical stroke.

ANEXO I
EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 102/2001-SSR/MC
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO: MINAS GERAIS

Localidade de Execução do Serviço	Tipo de Serviço	Canal	Classe	Grupo de enquadramento	Potência Efetiva Irradiada			Altura da Torre (m)	Obs.	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas
					Máx kW	Limitação					
						Az	KW				
CONCEICAO DO RIO VERDE	FM	222	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02
ESPERA FELIZ	FM	255	C	A	0,3					12.282,50	18/02/02
FERVEDOURO	FM	212	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02
GRAO MOGOL	FM	276	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02
GUAPE	FM	241	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02
GUARACIABA	FM	218	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02
URUCANIA	FM	203	C	A	0,3					10.000,00	18/02/02




ANEXO II



MODELO DE DECLARAÇÃO

REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE

A handwritten signature, possibly 'JH', located in the lower right area of the page.

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO



O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

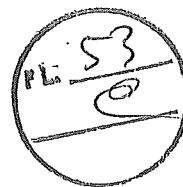
d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III



MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly initials, located in the bottom right area of the page.

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: _____ CNPJ/MF: _____ Data: ____/____/____
Edital da Concorrência nº ____/____-SSR/MC Localidade: _____ UF: _____

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): _____ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

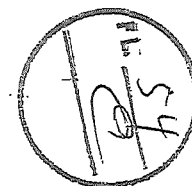
programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100



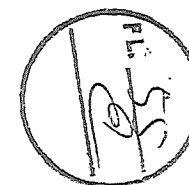
5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

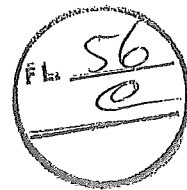
6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)



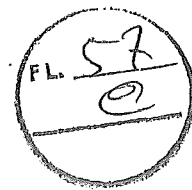
ANEXO IV



MODELO DE
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A large, stylized handwritten signature or set of initials, possibly 'JH' or 'JL', written in dark ink.

ANEXO IV
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga



Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente: _____

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-SSR/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark located in the bottom right corner of the page.

ANEXO V



MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A _____ PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE
FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº _____, de _____ de _____, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de _____ de _____ de _____, para explorar o serviço de, na cidade d _____ Estado d _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado d _____, o serviço de radiodifusão sonora de _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº _____/_____-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;

c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de _____ meses, contado da data de vigência da outorga;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de _____% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de _____% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de _____% do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de _____% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens -TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A _____ permissionária recolheu o valor de R\$ _____ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A _____ permissionária deverá recolher o valor de R\$ _____ em _____, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A freqüência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta freqüência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,

considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____/____ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Permissionária

Testemunhas:





ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (PARTICULAR)

A large, stylized handwritten signature or mark located in the bottom right area of the page.



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (Particular)

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

2

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 18 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00220 2011

- 53000.014655/2010

MC 00221 2011

- 53000.015303/2010

MC 00222 2011

- 53710.000239/2002

MC 00223 2011

- 53830.000056/1999

MC 00224 2011

- 53710.001698/1998

MC 00225 2011

- 53000.008424/2002

MC 00226 2011

- 53710.000240/2002

MC 00227 2011

- 53000.000117/2002



MC 00228 2011
- 53000.059524/2009

MC 00229 2011
- 53000.023478/2007

MC 00230 2011
- 53000.008528/2010

MC 00231 2011
- 53000.005957/2010

MC 00232 2011
- 53000.023298/2008

MC 00233 2011
- 53000.007120/2002 - vol. I e II

MC 00234 2011
- 53000.060199/2009

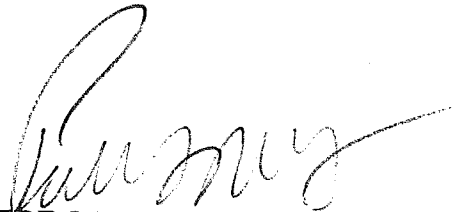
MC 00235 2011
- 53000.085647/2006

MC 00236 2011
- 53000.023187/2008 - vol. I e II

MC 00237 2011
- 53000.045079/2007

MC 00238 2011
- 53000.008890/2006 - vol. I e II

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto